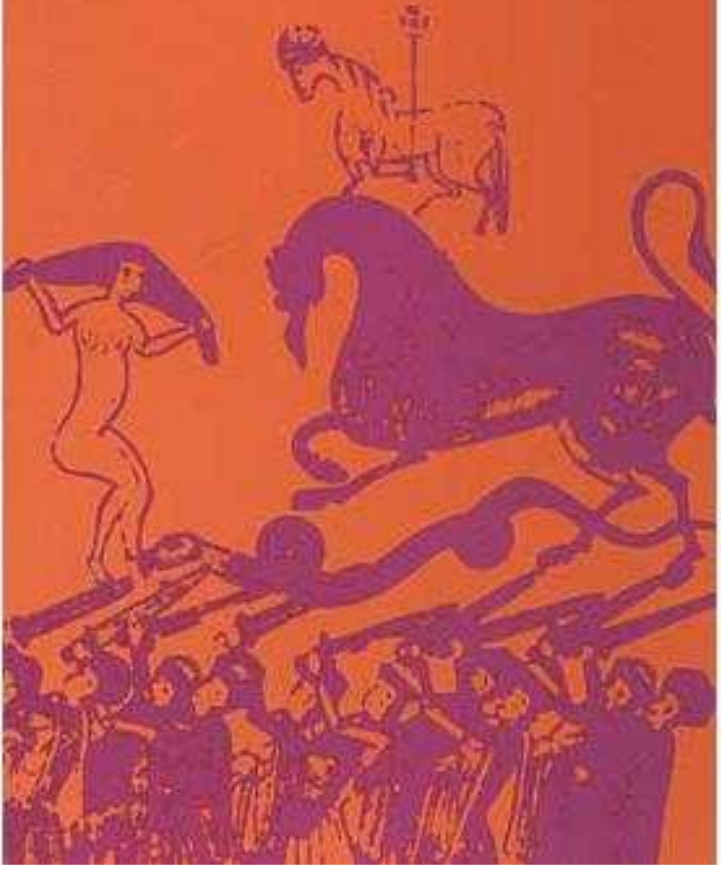
PERSPECTIVA

Khronos 9

Heresias Medievais

Nachman Falbel



Heresias Medievais

Nachman Falbel

Coleção Khronos Dirigida por J. Guinsburg

Equipe de realização
Revisão: Janete Meiches;
Produção: Ricardo W. Neves e Adriana Garcia;
Digitalização: Uther Pendragon

Esta obra foi digitalizada pelo grupo Digital Source para proporcionar, de maneira totalmente gratuita, o benefício de sua leitura àqueles que não podem comprá-la ou àqueles que necessitam de meios eletrônicos para ler. Dessa forma, a venda deste e-book ou até mesmo a sua troca por qualquer contraprestação é totalmente condenável em qualquer circunstância. A generosidade e a humildade é a marca da distribuição, portanto distribua este livro livremente.

Após sua leitura considere seriamente a possibilidade de adquirir o original, pois assim você estará incentivando o autor e a publicação de novas obras.

http://groups.google.com.br/group/digitalsource

http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros

Nachman Falbel

Heresias Medievais

Editora Perspectiva, 1976

1ª edição - reimpressão

Direitos reservados à
EDITORA PERSPECTIVA S.A.
Av. Brig. Luís Antônio, 3025
01401-000 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone: (011) 885-8388 Fax: (011) 885-6878
1999

À Shulamit, companheira e esposa

Agradecimento:

Agradeço a Janete Meiches, minha orientanda, pelo cuidadoso trabalho de revisão a que submeteu o texto, e ao colega e amigo Prof. Dr. Jacó Guinsburg pelas inúmeras sugestões apresentadas durante a preparação deste trabalho.

SUMARIO*

CRONOLOGIA 8
INTRODUÇÃO 10
PRIMEIRA PARTE: OS FATOS 20
1. Pedro de Bruys, o Monge Henrique de Lausanne e outras heresias do século XII 21
2. Os albigenses ou cátaros 30
3. Os valdenses 51
4. Os pseudo-apóstolos ou apóstolos de Cristo 56
5. Joaquim de Fiore 61
6. Os beguinos 67
7. Conclusões 78
SEGUNDA PARTE: ELEMENTOS DO DOSSIÊ E OUTROS PROBLEMAS 81
O estado atual da questão e uma avaliação bibliográfica sobre o tema das heresias medievais 82
Documentos e Testemunhos 86
BIBLIOGRAFIA 93

* A numeração entre colchetes inserida no texto representa a paginação da edição original.

CRONOLOGIA

1115 Morte do heresiarca Tanquelmo.
1132-3 Pedro de Bruys é queimado como herético.
1132-4 O Segundo Concílio de Latrão condena Henrique de Lausanne.
1139 A heresia cátara se expande e atinge elevado nível de organização. Hugo Speroni estuda jurisprudência em Bolonha.
1148 Eudo de Stella é condenado pelo Concílio de Reims.
1148 Bula de Eugênio III contra Arnaldo de Bréscia.
1149 O primeiro bispo cátaro se estabelece no Norte da França.
1150 Morte de Eudo de Stella.
1163 Pela primeira vez se emprega a palavra **cathari** na Alemanha.
1163 O Concílio de Tours faz referência à heresia cátara.
1167 O Bispo Nicetas, dos bogomilos, visita o Ocidente.
1173 Pedro Valdo começa a pregar sua heresia.
1179 No Terceiro Concílio de Latrão decide-se recorrer ao braço secular no combate à heresia.
1179 Pedro Valdo é autorizado a pregar pelo Papa Alexandre III, mas somente com autorização eclesiástica.
1182 Nascimento de São Francisco de Assis.
1184 O Sínodo de Verona condena os valdenses. O Papa Lúcio III publica a Bula Ad Abolendam.
1201 Os Humiliati de Milão são confirmados como ordem religiosa por Inocêncio III.
1202 Morre Joaquim de Fiore.
1204 Primeira condenação da doutrina de Amaury de Bène pela Universidade de Paris.
1205 Inocêncio III lembra a Filipe-Augusto que, pela Bula **Ad Abolendam,** ele pode privar os feudos daqueles que protegem os heréticos.
1207 Morte de Amaury de Bène.
1208 Assassinato do Legado Papal Pedro de Castelnau.
1209-10 Confirmação da Primeira Regra Franciscana por Inocêncio III.
1210 Os amalricianos são condenados e o Sínodo de Paris condena os escritos de David de Dinant.
1210 A Física de Aristóteles é proibida.
1215 O Quarto Concílio de Latrão condena novamente os amalricianos.
1215 Condenação de Amaury e sua doutrina, pronunciada pelo Legado Pontifício Roberto de Courzon.

1215 Morte de David de Dinant.
1215 Luciferinos são combatidos por Conrado de Marburgo.
1215 Os Stedinger são combatidos por Frederico II e Gregório IX.
1218 Concílio de Bérgamo que procura unir os grupos lombardos e os transalpinos dos valdenses.
1220 Surgem associações de begardos nos Países Baixos.
1220 Leis de Frederico II contra os heréticos.
1229 Criação do Tribunal do Santo Ofício no Concílio de Toulouse. A Cruzada albigense chega ao seu fim.
1230 O Arcebispo de Brêmen declara em Concílio que os Stedinger são heréticos.
1232 Gregório IX publica bula pregando a Cruzada contra os Stedinger.
1254 Publicação do **Introductorius in Evangelium ternum,** condenado em 1255, de Gerardo da Borgo San Donnino.
1255 Realização do Concílio cátaro em Pieusse.
1260 Os flagelantes se espalham pela Europa, saindo da Itália Central.
1260 A heresia de Guilelma, originária da Boêmia, se difunde.
1260 Início da seita dos pseudo-apóstolos.
1294 Sobe ao trono papal Celestino V, o Papa Angélico.
1298 Morre Pedro João Olivi, líder dos espirituais da Provença.
1300 Em junho, Gerardo Segarelli é queimado.
1305 Clemente V organiza uma Cruzada contra os pseudo-apóstolos.
1307 Dolcino de Novara é preso e encarcerado com sua companheira Margarida.
1316 Início do pontificado de João XXII.
1317 A Bula Sancta Romana declara os beguinos heréticos.
c.1220 Bernardo Guy escreve o seu Manual do Inquisidor.
1322 O Papa João XXII ordena que se investigue os beguinos.
1326 Condenação da Postilla de Pedro João Olivi.

Introdução
[Pg. 013]

Os séculos XII e XIII poderiam ser chamados de séculos heréticos, caso pudéssemos olhar a história de uma época ou período sob um único prisma, ou seja, o da história da Igreja Ocidental.

A palavra heresia (do grego hairesis, hairein, que significa escolher) acompanhou a vida da Igreja desde os inícios, e para os escritores eclesiásticos o termo designava uma doutrina contrária aos princípios da fé oficialmente declarada.

As primeiras heresias distinguem-se das que ocorreram nos séculos XII e XIII pelo seu caráter puramente filosófico e teológico que fazia especulação racional em torno dos princípios ou dogmas cristãos, em geral planos do pensamento que tratavam da Trindade, da natureza divina e humana de Cristo e da própria relação existente entre ambas, bem como de questões ligadas à essência da divindade. Porém, o que caracteriza as heresias posteriores, isto é, as da Baixa Idade Média, é o seu cunho popular assentado sobre uma nova visão ética da instituição eclesiástica e do cristianismo como religião vigente na sociedade ocidental.

O caráter intolerante da religião cristã em relação aos seus heterodoxos afirma-se desde o início, pois, desde **[Pg. 014]** que foi dada importância à unidade de doutrina, a partir do Concílio de Nicéia, procurou-se usar a autoridade do Estado de privar os sacerdotes heréticos de suas imunidades e também de seus privilégios. Constantino foi o primeiro a tomar tal iniciativa com a devida severidade e a convicção segura de que assim deveria ser. E mesmo antes de Nicéia e de Constantino, alguns expoentes da literatura patrística tenderam, às vezes, no ardor da polêmica contra os heréticos, a recorrer a meios mais persuasivos do que a simples argumentação. Tertuliano, que defendia a liberdade de consciência, pôs de lado parte de suas convicções quando resolveu combater os gnósticos com meios mais violentos. E os montanistas foram combatidos com violência semelhante pelos defensores da fé no segundo século de nossa era. Ao poder temporal foi atribuída a função primária de defender a integridade da sociedade cristã perante as ameaças da heresia, e sabemos que no desenvolvimento das relações entre Igreja e Estado este aspecto foi alvo da teorização que defendia tanto o regnum quanto o sacerdotium.

A grande variedade e a multiplicação de movimentos ou grupos heréticos nestes dois séculos leva-nos a perguntar e a inquirir sobre as causas que levaram a concentrar uma oposição tão forte, e mesmo violenta,

contra o corpo eclesiástico e contra as verdades tradicionais da Igreja Romana. Na verdade, podemos ver na crítica herética, ou melhor dito, em parte desta crítica, uma tentativa de apontar os erros e os desvios da instituição eclesiástica, da sua intervenção no poder secular à custa de sua missão espiritual; enfim, uma tentativa de alertar a sociedade cristã de que os seus representantes desvirtuaram a verdadeira imagem da religião fundada por Cristo.

A medida que esta crítica é feita, mais se aprofundam as diferenças entre o reinante estado de coisas e a imagem do passado cristão. Não houve a possibilidade de diálogo, uma vez que a crítica herética sonhava voltar a um passado que ficara há muito para trás. Sua linguagem agressiva não era compreendida ainda que se batesse pela volta ao estilo de vida de Cristo e de seus primeiros discípulos, os Apóstolos. A pobreza, a humildade, a caridade dos primeiros tempos da religião não era exatamente o que caracterizava a Igreja **[Pg. 015]** nos séculos XII e XIII. O herético recorre ao devaneio místico para fugir desta realidade e construir uma nova Jerusalém.

E de concreto, a crítica herética pouco pode alcançar, já que a Igreja, além de atuar em uma sociedade altamente hierarquizada, baseada na obediência contratual normalmente feita sob juramento, tinha como elemento auxiliar, no combate à heresia, o braço secular.

A natureza da sociedade feudal cristã conduzia à visão da heresia como quebra da ordem divina e social alicerçada sobre a fides. O braço secular não deixou de atuar segundo os ditames de uma sociedade de guerreiros, que via na heresia uma falta grave, equivalente no plano religioso à quebra de um juramento de fidelidade do vassalo a seu senhor, de tal modo que "infidelidade" social e religiosa se confundem. E, à medida que aumentava o número de heresias e a sua influência, procurava-se aperfeiçoar os instrumentos mobilizados para combatê-las.

Já no século XI, a Igreja começou a tomar medidas mais enérgicas, em especial com relação aos cátaros que nessa época começavam a difundir intensamente as suas doutrinas. Mesmo assim ainda hesitava em adotar providências mais extremas, pois dificilmente elas poderiam harmonizar-se com a caridade tão apregoada pelo cristianismo. O impulso para a radicalização da atitude social contra os heréticos partiu de baixo para cima, ou seja, do fanatismo popular que tomava corpo à medida que se cristianizava a sociedade bárbaro-européia. Mesmo no ano de 1045, quando foram descobertos alguns heréticos em Châlons, as autoridades eclesiásticas recorreram aos legisladores pois ainda não sabiam o que fazer

com eles. A ausência de uma legislação precisa fazia com que os heréticos fossem tratados ora com clemência, ora com excessivo rigor. Quando a população de Colônia queimou certo número de cátaros em 1145, São Bernardo de Clairvaux recriminou os atos da multidão, embora tivesse aprovado o seu zelo religioso, argumentando que a fé devia ser defendida pela persuasão e não pela violência[1]. Com **[Pg. 016]** o passar do tempo, a Igreja lançou a excomunhão como meio de induzir o poder secular a participar da perseguição e do combate à heresia. Nesse sentido, o Concilio de Verona de 1148 estabeleceu que os soberanos deveriam empenhar-se, ao lado da lei civil e canônica, para o seu extermínio, sob ameaça de excomunhão. São Bernardo não foi a única voz a se levantar; outra personalidade da época, Gerhoh de Reichersberg, também condenou em alta voz a conversão forçada.

A violência do braço secular contra a heresia parece ter crescido em proporção à sua difusão e influência nas camadas da população medieval. Pedro de Aragão, em 1197, introduziu no Código Civil a condenação do herético através da punição pelo fogo que, mais tarde, faria parte do arsenal de armas para o seu combate. Frederico II, no estatuto de 1220, incluiu a perseguição aos heréticos, a seguir agregada ao direito público europeu. O estatuto previa o confisco dos bens e a colocação dos acusados fora da lei, o que equivalia à pena de morte. Em 1231, Frederico II inclui na Constituição da Sicília a pena drástica da fogueira. Mas o Imperador Hohenstaufen não foi o único a tomar tal atitude em relação aos heréticos daquele tempo, pois o doge de Veneza, em 1249, antes de ascender ao cargo, jurou queimar todos os heréticos de sua região. A prática de mandar à fogueira os heréticos era geral na época e não surgiu com a criação da lei positiva, baseada no costume popular, e que acabou sendo incorporado pelos legisladores com o decorrer do tempo.

Essas punições podem ter uma origem longínqua, remontando à legislação de Diocleciano que as estabeleceu durante sua luta contra os maniqueus bem como contra os cristãos, perseguidos cruelmente pelo imperador romano. É possível explicar a crueldade das perseguições aos heréticos pelo fato da heresia ser considerada o maior dos delitos e, em conseqüência, o castigo deveria ser terrível e sensacional para servir de exemplo aos demais.

A Igreja procurou justificar tais punições buscando um apoio exegético nas Escrituras Sagradas. Todos esses elementos estavam

[1] SÃO BERNARDO. Sermo in Cant. 66, nº 121, «Fides suadenda est, non imponenda» em Migne, Patrologia Latina, CLXXXIII.

preparando o caminho para o futuro surgimento de uma instituição que tratasse especificamente **[Pg. 017]** da identificação e da perseguição dos heréticos. Assim, a Inquisição surgiu no cenário da história do século XIII para tornar-se uma instituição de temor bem marcante.

Os abusos cometidos na perseguição aos heréticos, bem como as pressões exercidas sobre eles, forçaram a institucionalização das formas de repressão, embora exageros e execuções em massa tivessem sido praticados por um papa como Inocêncio III na Cruzada contra os albigenses em 1208.

A Gregório IX devemos a organização do tribunal inquisitorial e, em 1229, no Concílio de Toulouse, foi criado oficialmente o Tribunal do Santo Ofício. Os dominicanos logo se puseram à disposição da nova instituição, cabendo-lhes a tarefa de legislar e condenar os heréticos, entregando-os ao braço secular. O processo movido contra o herético muitas vezes era feito de tal modo que o acusado ignorava o nome do próprio acusador, sendo que mulheres, escravos ou crianças podiam servir de testemunhas da acusação, mas nunca da defesa. Para obter a confissão podia-se utilizar métodos que não deixavam de ser, de certa forma, torturas, como, por exemplo, a fadiga, propositalmente provocada, ou o enfraquecimento físico do acusado. Uma vez apurada a culpa, concedia-se ao réu um prazo para que se apresentasse espontaneamente ao tribunal. Caso isso não ocorresse, poderia ser denunciado pelo inquisidor e ser preso. Em caso de confissão da culpa, dava-se ao acusado a oportunidade de retratar-se, sendo que, neste caso, deveria submeter-se a uma série de penitências, flagelações, peregrinações e, em casos mais graves, à prisão. Porém, como já dissemos anteriormente, se o acusado persistisse em seu pecado, era julgado e entregue ao braço secular que, por sua vez, o conduzia à fogueira.

O Quarto Concilio de Latrão, em 1215, decretou medidas contra os senhores seculares caso protegessem heresias em seus territórios, ameaçando-os até com a perda dos domínios. Já antes do Concílio e como conseqüência dele, as autoridades laicas decretaram a pena de morte para evitar a disseminação de heresias em seus territórios, a começar por Aragão em 1197, Lombardia 1224, França 1229, Roma 1230, Sicília 1231 e Alemanha 1232. **[Pg. 018]**

Além disso, Gregório IX, a fim de evitar que a Inquisição tivesse outras finalidades que não o combate à heresia, ligou-a diretamente à Igreja e ao papado. Os direitos tradicionais dos bispos de julgarem a heresia em suas próprias dioceses não eliminaram a obrigação de apoiarem os inquisidores papais e de porem à sua disposição os meios necessários para exercerem as suas funções. Algumas vezes, os bispos sentiram que a

Inquisição intervinha excessivamente em seus direitos, e por isso o Concílio de Viena, em 1312, ordenou a cooperação mútua entre os inquisidores papais e episcopais.

Devemos também levar em consideração que os inquisidores passaram a manejar um aparato de auxiliares, conselheiros, escribas, policiais, que faziam com que a função fosse vista com respeito e adquirisse dignidade. Mesmo porque o poder de excomungar senhores laicos ou príncipes fazia com que eles recebessem o apoio das autoridades laicas.

Por outro lado, a sua respeitabilidade derivava do fato de destacarem-se pela erudição e conduta exemplar. Com o tempo, foram sendo elaborados manuais escritos por inquisidores experientes que procuravam orientar os perseguidores das heresias sobre os seus fundamentos doutrinários e também sobre a técnica ou o modo de conseguir a confissão do acusado. Nesses manuais cada heresia é caracterizada, permitindo muitas vezes aos estudiosos um melhor conhecimento de suas concepções. Entre os_ mais importantes devemos mencionar o de Bernardo Guy, Practica Inquisitionis haereticae praevitates, e o de Nicholas Eymeric, Directorium Inquisitorum, destacando-se o primeiro como fruto das experiências de um renomado inquisidor que acumulou vastíssimo conhecimento sobre as heresias. Bernardo Guy escreveu, além de seu manual, Liber Sententiarum Inquisitionis Tolosanae, que revela muitos aspectos dos métodos utilizados para obter-se a confissão do herético e levá-lo a contradizer-se até revelar a sua verdadeira crença.

Também não podemos desligar o fenômeno do surgimento das heresias nestes séculos de seu contexto histórico amplo, ou seja, o renascimento comercial e urbano a partir do século XII, cada vez mais intenso, **[Pg. 019]** após um longo período de recesso e estagnação, que se estendeu até o século XI.

E curioso observar que grande parte das heresias tem fundamento urbano e se manifestou entre os homens que habitavam a urbe. O campo pouco teve a ver com a heresia. Portanto, não deixa de ser verdadeira a afirmação de um medievalista contemporâneo, quando escreve:

Após o ano de 1100, o desenvolvimento das correntes religiosas ortodoxas ou em oposição ao cristianismo, valdeísmo, catarismo, heresias populares, e o crescimento das cidades haviam confirmado a persistência destas opções espirituais. Em 1200, o progresso da economia comercial ou

de bens de raiz, dos produtos e das finanças que se tornaram mais e mais abundantes, permitiram manter por muito tempo e amplamente uma vida de desprendimento e apostolado.[2]

Notamos um crescimento demográfico acentuado a partir do século XI que, como uma de suas conseqüências, levará a determinar novos agrupamentos, criando confrarias, corporações, enfim, uma nova situação social. Há uma tendência claramente comunitária, agrupante, na nova sociedade medieval.

Por outro lado, podemos considerar como fator decisivo e importante no desenvolvimento das heresias o impulso cultural e espiritual motivado pelo chamado Renascimento do século XII. Até o século XII foram traduzidos ao latim partes da Lógica de Aristóteles e grande parte do Timeu de Platão, a Matéria Médica de Dioscórides, o Physiologus, os tratados de Galeno e Hipócrates e partes do Liber Regalis de Ali ibn Abbas. Nos séculos XII e XIII é que foram traduzidos para o latim grande parte dos textos árabes, gregos e hebraicos.[3] Praticamente a partir daí é que Aristóteles passou a ser conhecido no Ocidente. Até então, predominava o platonismo na interpretação agostiniana. Deve-se uma boa parte destas traduções à famosa Escola de Tradutores de Toledo, que introduziu os textos árabes nos estudos das escolas ocidentais, no período de 1130 a 1150, sob a égide de Raimundo, Arcebispo de Toledo. Neste trabalho destacam-se os nomes de Domingos Gundisalvo (Gundisalinus) e João **[Pg. 020]** de Sevilha.[4] Toledo passou a atrair estrangeiros que colaboravam na divulgação destas traduções, formando novas escolas, como a de Gerardo de Cremona e Miguel Escoto, que trabalhavam com o auxílio de judeus e árabes.

A interpretação da filosofia de Aristóteles pelos pensadores árabes chegou à Faculdade de Teologia de Paris juntamente com as traduções, introduzindo o germe das heresias teológicas que Amaury de Bène e David de Dinant manifestaram.

Amaury de Bène[5] foi estudante em Paris e tornou-se, mais tarde, um de seus professores mais ilustres, chegando mesmo a ser convidado por Filipe-Augusto para ser o preceptor do Delfim. Vinculando-se ao

---

[2] GENICOT, L. Le XIIIe siéde européen. Paris, Nouvelle Clio, 1968, p. 227.
[3] Ibid., pp. 213-218.
[4] PELAYO, M. M. Historia de los heterodoxos. Madri, B. A. C., 1965, vol. 1, p. 428.
[5] HEFELE-LECLERCQ. Histoire dei Conciles d*'aprés les documents originaux.* Paris, t. V;. Parte II, 1913, pp. 1303 e ss.

pensamento de Escoto Erígena, chegou a formular uma concepção claramente panteísta.

Tudo é em tudo, tudo é em Deus, Deus é tudo. Deus é simples, a natureza é simples. Mas duas substâncias simples não diferem entre si. Deus e a matéria se confundem, portanto Deus se conhece refletindo-se na multidão de criaturas onde a essência é única. Ele é a inteligência que organiza e a essência do que é organizado. Por outro lado, a inteligência é idêntica ao objeto do conhecimento.[6]

Ao mesmo tempo, Amaury procurou harmonizar a sua concepção com os dogmas cristãos. Afirmava que o mundo momentaneamente diferenciado devia corresponder a três épocas classificadas sucessivamente sob a dependência de uma das três pessoas da Trindade. No curso da segunda época, cada fiel deve considerar-se como um membro de Jesus Cristo, e na terceira época, cada um poderá considerar-se como a encarnação do Espírito Santo. A conseqüência deste pensamento é que cada homem será submetido à ação salvadora direta do Espírito Santo, sem a mediação do simbolismo sacramental. De fato, a seu ver, os sacramentos substituíram a lei e serão, por sua vez, substituídos pela ação imediata do Espírito Santo. Está claro que o pensamento de Amaury, inevitavelmente, se chocava com a ortodoxia, uma vez que contradizia o dogma da eucaristia, **[Pg. 021]** o julgamento após a morte, a punição dos pecados, bem como os sacramentos. Já que a anulação final em Deus é o fim de tudo, fica suprimida a vida futura individual e deixa inutilizadas as recomendações purificadoras da Igreja. Podemos encontrar em suas afirmações um apoio na autoridade de São Paulo, bem como na de Aristóteles. Na Epístola aos Corintios, I, 15.28, lemos: Des omnia in omnibus; na Epístola aos Colossenses, 1.16: In ipso condita sunt universa in coelis in terra, visibilia et invisibilia.

Em 1204, Amaury foi censurado pelos colegas da Universidade de Paris por ter ensinado que nenhum homem pode salvar-se se não acreditar que é um dos membros de Cristo, ou seja, que participa da divindade. Recorrendo ao Papa, Amaury foi condenado em 1207. Logo depois abandonou sua cátedra em Paris e retirou-se para um convento onde faleceu.

O pensamento de Amaury, porém, criou asas entre seus discípulos, os amalricianos, que se aprofundaram na heresia.[7] Falavam de uma tríplice

[6] AEGERTER,. E. Les hérésies du Moyen Age. Paris, Ed. E. Leroux, 1939, p. 62.
[7] PRA, MARIO DAL. Amalrico di Bène. Milão, Fratelli Bocca, pp. 14-16.

encarnação de Deus, como Pai em Abraão, como Filho em Cristo e como Espírito Santo em cada crente. Negavam os sacramentos e as instituições eclesiásticas, viam no papa o Anticristo e pretendiam ilimitada liberdade moral. A seita foi descoberta em Paris, em 1209, e condenada em Concílio, em 1210; seus membros foram degradados das ordens sagradas e entregues ao braço secular que os fez queimar. Entre estes encontravam-se o ourives Guilherme e um bom número de clérigos. O corpo de Amaury foi desenterrado e reduzido a cinzas, que foram dispersas por todos os cantos.[8] Em 1215, o Concílio de Latrão renovou a condenação aos amalricianos.

David de Dinant também foi panteísta e lente de filosofia em Paris. Foi o aristotélico mais puro, revalorizando o antigo panteísmo, nem mesmo fugindo de suas conseqüências materialistas. Tanto os Quaternuli como o Liber de tomis sive de divisionibus foram condenados ao fogo pelo Sínodo de Paris de 1210. A proibição dos livros de Aristóteles e de David de Dinant **[Pg. 022]** surtiu pouco efeito, visto que teve de ser renovada nos estatutos que o Legado Roberto de Courzon deu à Universidade de Paris. Nestes estatutos autoriza-se os estudos dos livros dialéticos e éticos de Aristóteles, mas proíbe-se a Metafísica e a Filosofia Natural, a Suma ou o resumo deles e os tratados que encerram doutrinas de Amaury de Bène (ou de Chartres), David de Dinant e Maurício Hispânico:

Non legantur libri Aristoteles de Metaphysica et naturali Philosophia nec sutnma de eisdem aut de doctrina Mag. David de Dinant aut Amalrici haeretici, aut Mauritii Hispani.[9]

Como vemos, Aristóteles, ao ser traduzido para o latim, causou certa inquietação intelectual na Universidade de Paris a ponto de se associar seus escritos às heresias de Amaury de Bène ou de Chartres e de David de Dinant. Na verdade, o pensamento aristotélico não teve influência tão direta sobre estas heresias teológicas e nenhuma sobre as heresias populares do tipo da dos albigenses, valdenses ou dos beguinos. Estas nasceram e inspiraram-se no sentimento popular e não no criticismo teológico; no ataque às instituições e costumes eclesiásticos e não na especulação filosófica.

---

[8] MARTENE, E. & DURAND, V. Thezaurus Novus Anedoclorum seu colleclio monumentorum. Paris, 1917, 5 vpls., v. IV, p. 166: Corpus magislri Amaurici extrahatur a cimiterio et projiciatur in serram son henedictam...

[9] DENIFLE e CHATELAIN. Chartularium Universitatü Parisienses. Bruxelas, Culture et Civilisation, 1964, t. I, 1889, pp. 78-79.

Amaury de Bène distingue-se como elemento de transição entre um tipo de heresia, a teológica, restrita ao círculo da Universidade de Paris, e a heresia popular, com expressão ampla nas camadas populares. O panteísmo de Amaury empregava a língua vulgar, possuía formas ontológicas precisas e simples e apresentava determinado caráter profético, antecipando o tipo de heresia popular joaquimita, que tanto influenciou a heresia medieval.

Não é nossa intenção, neste trabalho, tratar de todas as heresias dos séculos XII e XIII, mesmo porque isso seria impossível no marco de um trabalho como o nosso. A nossa intenção foi selecionar as heresias que tiveram maior repercussão no seio da Igreja e causaram maior impacto entre os homens da época, quer sob o aspecto do número de seus adeptos, quer pela força de penetração de sua concepção ou doutrina. **[Pg. 023]**

Devemos, porém, ressaltar o papel desempenhado por Joaquim de Fiore que poderia ser considerado como a fonte principal das heresias populares, que, em um ou outro aspecto, sofreram influência de suas idéias e visões apocalípticas. Em grande parte das heresias vemos a presença espiritual do místico calabrês. Cabe-nos ainda observar que a heresia no seio da Ordem Franciscana foi motivo de estudo mais detalhado em nossa tese de doutoramento que tem por título: A luta dos Espirituais e sua contribuição para a reformulação da teoria tradicional acerca do poder papal.

Também, certo tipo de heresia, como a dos Stedinger, está relacionada diretamente a uma situação social específica que não tem a ver exatamente com o dogma da Igreja, como podemos verificar pelos poucos elementos que trazemos ao leitor para efeito de ilustração. Os Stedinger eram descendentes dos frisios e saxões que, no fim do século XII, emigraram e se estabeleceram nos territórios do Weser inferior, tomando-se camponeses livres, ricos e independentes, a ponto de recusarem obediência ao Duque de Oldenburgo. Foram acusados por Hartwig II de não pagarem impostos a Gerardo II, Arcebispo de Brêmen de 1219 a 1258. Este exigiu o pagamento, por várias vezes, mas eles se recusaram a atendê-lo.

A verdadeira perseguição aos Stedinger começou quando o Arcebispo de Brêmen convocou em 17 de março de 1230 um Sínodo Diocesano, declarando os rebeldes heréticos. Uma das primeiras bulas que fazem referência aos Stedinger é a de 16 de julho de 1231 dirigida a João de Lübeck, Prior dos dominicanos de Brêmen, e ao seu penitenciário João

de Vicenzo.

O Papa Gregório IX, em Bula de 6 de julho de 1231, reproduziu as acusações do Sínodo de 1230 e em 1232, em uma nova Bula, oficializou abertamente uma Cruzada contra os Stedinger e justificou-a dizendo que se tratava de heréticos que menosprezavam os ensinamentos da Igreja, combatiam sua liberdade, não respeitavam, em sua crueldade, idade ou sexo, vertiam o sangue de eclesiásticos, profanavam a santa eucaristia, consultavam os demônios e adoravam ídolos de cera.[10] **[Pg. 024]**

Outra Bula, datada de 12 de novembro de 1232, permitia ao arcebispo de Brêmen o direito de castigar os clérigos acusados de heresia ou aqueles que a protegessem. De qualquer forma, a primeira Cruzada não teve o sucesso esperado e foi necessário recorrer a mais forças políticas para enfrentar os heréticos. Nesse sentido, Gregório IX, em Bula de 19 de janeiro de 1233, ordenou aos bispos de Paderborn, Hildesheim, Verden, Münster e Osnabrück que juntassem seus esforços aos dos bispos de Munique, Lübeck e Ratzebourg, no combate à heresia.

As Cruzadas contra os Stedinger não cessaram, e em 1233 uma ação militar contra os heréticos do Leste foi vitoriosa. Também é possível que a política papal tenha posteriormente sofrido certa mudança, pois, em uma epístola de 18 de março de 1234, dirigida a Guilherme de Módena, Gregório IX refere-se aos Stedinger como camponeses que estiveram em conflito com o arcebispo local, incitando-os ao mesmo tempo à paz, para o benefício de todas as partes. Contudo, tal atitude do Papa não evitou que uma nova Cruzada, dirigida contra os Stedinger do Oeste, os levasse à sua total destruição, em 27 de maio de 1234.[11]

Começaremos por examinar as heresias de Pedro de Bruys e do monge Henrique, no século XII, para, em seguida, descrever as difundidas heresias dos albigenses, dos valdenses e dos pseudo-apóstolos. Dedicamos um capítulo especial a Joaquim de Fiore pela importância e repercussão que teve em seu tempo e nas heresias posteriores, em particular nas heresias ligadas a grupos franciscanos tais como a dos beguinos e dos fraticelli. Por fim, trataremos, nos últimos capítulos, das heresias franciscanas que tiveram certa ligação com os grupos espirituais daquela Ordem. **[Pg. 025]**

---

[10] M G H, Epist., t. I, p. 489.

[11] M G H, SS, t. XVI, pp. 361 e st.; SS, t. XVII, p. 844; SS, t. XVII, p. 40.

PRIMEIRA PARTE:

OS FATOS

CAPITULO 1

[Pg. 026]

Pedro de Bruys, o Monge Henrique de Lausanne e outras heresias do século XII

Entre as heresias do século XII encontramos a de Pedro de Bruys, que se supõe ter morrido entre 1132 e 1133 e iniciado sua heresia entre os anos de 1112 e 1113. Nascido no Cantão de Rosans, nos Alpes, sabe-se que chegou a ser padre e que por motivo desconhecido foi expulso de sua igreja. Começou a pregar de lugar em lugar, chegando à Provença **e** adquirindo cada vez mais adeptos para as suas doutrinas. Mas com o passar do tempo, este tipo de pregação, condenado pela Igreja, levou-o ao cárcere e à morte.

Ao que tudo indica, dos livros da Bíblia ele se atinha aos Evangelhos, colocando em dúvida os demais livros do Novo Testamento, chegando mesmo a desconfiar da autenticidade da Epístola de São Paulo e de outros Apóstolos. Por outro lado, Pedro de Bruys entendia que a Igreja, não o conjunto de suas propriedades ou bens materiais, mas a unitate congregatorum fidelium dos que crêem nos Evangelhos, era o único e verdadeiro testemunho apostólico, desprezando todo o resto, inclusive a sua hierarquia.

Aqui se delineia um conceito de Igreja destituído de toda materialidade e que se esforça em vê-la como **[Pg. 027]** ecclesia spiritualis, fundamentada somente na fé nos Evangelhos. Foi sob este aspecto que seus seguidores rejeitaram o batismo das crianças, pois estas não poderiam ter uma fé pessoal consciente, não tendo o batismo, portanto, nenhum valor do ponto de vista da salvação, nem tampouco como remissão dos pecados. A conseqüência desta posição é que, no seu entender, o batismo deve ser dado em uma idade mais adulta.

Outro aspecto peculiar aos petrobrusianos é sua rejeição e condenação da cruz como símbolo tradicional do cristianismo. Alguns historiadores encontram nesta atitude dos adeptos de Pedro de Bruys certa associação com as teorias heterodoxas de Cláudio de Turim e de Agobardo de Lyons, ou ainda com certas correntes cátaras da França Meridional.

Não só negavam a cruz mas também a eucaristia e o sacrifício da missa, sob a justificativa de que o corpo e o sangue de Cristo foi dado apenas uma única vez, isto é, durante a última ceia, e nunca mais depois, seguindo literalmente as palavras: hoc est corpus meus e hoc est sanguis meus. Pedro, o Venerável, Abade de Cluny, escreveu um tratado contra os

heréticos de seu tempo e nele se refere ao fato de nem levarem em consideração o canto litúrgico na sua Igreja Espiritual.[1]

Idéias próximas às de Pedro de Bruys foram disseminadas pelo Monge Henrique, condenado pelo Concílio de Pisa em 1135, que foi confundido muitas vezes com o primeiro. Um texto importante, que trata da discussão entre o monge e um certo Guilherme, permite o conhecimento de suas idéias religiosas. Ele recebera permissão de predicar em Le Mans, na Diocese do Bispo Ildeberto de Lavardin, depois deste ter sido pressionado pelo povo para que assim o fizesse, o que ocorreu no ano de 1116 aproximadamente.

Mas o seu direito de predicar duraria pouco tempo pelo fato de a cidade se voltar contra os condes e o clero, num clima de agitação e turbulência em que Henrique tomou parte e ficou, portanto, visto como elemento de pouca confiança pelas autoridades.

O Bispo Ildeberto, ao regressar de Roma, encontrou a cidade em franca oposição a ele, mas aguardou **[Pg. 028]** uma oportunidade para voltar-se contra Henrique. Ela surgiu por ocasião de um incêndio, quando a explicação dada ao povo pelo bispo foi de que a causa da desgraça estava no fato deles seguirem um falso profeta e, assim, este seria o verdadeiro castigo de Deus que veio inculpá-los dos males que cometeram. Henrique foi preso e o Bispo Ildeberto libertou-o, proibindo-o, porém, de predicar em sua diocese e pedindo-lhe que abandonasse o território. Mas, apesar de tudo, seus discípulos continuaram apegados às suas doutrinas que, no fundo, frisavam duas coisas: a) os vícios do clero, chamando a atenção do povo contra eles; b) a sua posição perante o matrimônio e a redenção das prostitutas.

Parece que Pedro de Bruys e Henrique se encontraram em algum lugar e o último deve ter sofrido influência do primeiro, a ponto de radicalizar mais suas idéias, rompendo com a Igreja. Como Pedro de Bruys, ele também rejeitou o batismo das crianças, apoiando-se no Evangelho de S. Marcos: "O que crer e for batizado, será salvo, mas o que não crer será condenado". Como as crianças não podem crer porque não têm idade para isso, não devem, portanto, ser batizadas. E mesmo que sejam batizadas, o batismo não terá nenhum efeito já que o próprio pecado original, na concepção de Henrique, era diferente do dogma da Igreja. Ele pensava que Adão e Eva pecaram por eles mesmos e seu pecado não se transmitira aos seus descendentes, uma vez que a responsabilidade dos atos

[1] PETRI VENERABILIS. Tractatus adversus Petrobrusianus. M P I, t. 189, pp. 847-849

é individual e não é justo que alguém pague pelo que não cometeu. Encontrou o fundamento bíblico para tal concepção em Ezequiel, 18.20: "A alma que pecar, deverá morrer", e "O filho não carregará a iniqüidade paterna".

O batismo, nesse caso, é visto somente como uma identificação com a fé cristã, não precisando sequer ser feito com a unção, com o crisma e o óleo santo, mas bastando que se faça com água.

Mas o importante é diferenciar entre a formulação de Pedro de Bruys, que aceitava a doutrina do pecado original, exigindo, porém, que o batismo fosse consciente, e a de Henrique, que negava o pecado original e sua transmissão às gerações da humanidade. **[Pg. 029]**

Sua posição quanto ao batismo e o fato de Henrique encarar o matrimônio como acordo direto entre duas pessoas, dispensando, portanto, todo cerimonial eclesiástico, leva à conseqüência de que a hierarquia eclesiástica poderia ser dispensada em boa parte de suas funções. A seu ver, esta hierarquia tinha de ser humilde e adotar a pobreza, privando-se do desejo de acumular bens materiais; não deveria adornar-se com paramentos luxuosos, tendo os bispos de abandonar a mitra, o anel e o báculo, símbolos de pompa que podiam ser deixados de lado. Mesmo a magnificência e o luxo dos edifícios das igrejas não eram necessários. Um outro aspecto da doutrina de Henrique, que representava um confronto direto com a Igreja, é a sua interpretação da questão da comunhão dos santos, e que diz que os vivos nada podem fazer aos mortos, pois os que morrem são de imediato salvos ou condenados. O caminho que Henrique e Pedro de Bruys abriram era para uma Igreja Espiritual, livre de toda materialidade e ao mesmo tempo evangélica.

Ainda que Henrique tenha sofrido a influência de Pedro de Bruys, devemos vê-lo como um herético independente, que tinha uma doutrina própria sobre os sacramentos e a vida eclesiástica.

Em 1134, Henrique compareceu ao Concílio de Pisa, no qual jurou abjurar completamente a sua heresia, dispondo-se a entrar no Mosteiro de Cîteaux, onde se encontrava São Bernardo. Mesmo assim, no Concílio de 1139[2] ainda ouvimos falar de nova condenação de sua heresia. A condenação, sem dúvida, baseava-se no fato de Henrique ter se retirado para Toulouse, com o apoio do conde da cidade, que lhe permitiu continuar difundindo a sua heresia sem obstáculos. São Bernardo, visitando a região do Languedoc em 1145, encontrou a região tomada por heréticos e a Igreja

[2] HEFELE-LECLERCQ. Op. cit., V, 1, pp. 731-732.

totalmente abandonada por seus fiéis. Henrique evitou encontrar-se com o Santo; fugiu, mas finalmente foi encontrado e entregue ao Cardeal-Bispo Alberico de Ostia, que foi encarregado de examinar a situação religiosa em toda a França, como legado pontifício.

A partir daí não se ouve mais falar dele, apesar dos henriqueanos ainda serem mencionados até o ano **[Pg. 030]** de 1152. O Monge Henrique não foi um fenômeno isolado no tipo de heresia religiosa que se apega ao Evangelho e chega muitas vezes a negar por completo a Igreja, opondo-se ao clero e abandonando-se a um fervor extremado, próprio dos que pensam estar agindo em nome de uma nova verdade religiosa.

Entre outras heresias, menores quanto ao número de adeptos, sem repercussão em outras regiões da Europa, concentrando-se essencialmente na região que corresponde à Holanda atual, encontramos a de Tanquelmo. O caráter de sua heresia era antieclesiástico por excelência e negava, por conseguinte, os sacramentos da Igreja. Como ocorreu muitas vezes na Idade Média, e identicamente a outros hereges, sua conduta adquiriu aspectos bizarros, como o fato de até se fazer passar por filho de Deus e mesmo se casar com uma imagem de Nossa Senhora. Também se dizia que seus seguidores costumavam beber a água na qual ele se banhava. Sua heresia foi predicada nas cidades de Utrecht, Bruces, Antuérpia e outras da região; mas finalmente foi assassinado por um clérigo em 1115. Esta heresia foi combatida especialmente por São Norberto de Xanten, fundador da Ordem Premostratense. Tanquelmo chegou a levantar uma força de 3 000 homens que dominou a Antuérpia e Bruges durante algum tempo. Mas, ao retornar de Roma, para onde havia se dirigido com seus discípulos, foi aprisionado pelo arcebispo de Colônia, sendo vários de seus discípulos queimados, tendo os demais abjurado a sua crença herética.[3]

No ano de 1148, o Papa Eugênio III reuniu o Concílio de Reims, onde lhes apresentaram o heresiarca Eudo de Stella e a descrição de sua heresia é testemunhada pelo cronista William de Newburgh:

E assim, quando se encontrava Eugênio III sentado no plenário entre os bispos e nobres, um tipo pestilento foi trazido perante ele. Este homem, impregnado de espírito demoníaco, tinha por arte de magia seduzido tanta gente que, vagava de lugar a lugar hostilizando igrejas e especialmente mosteiros. Assim, após ter devastado de modo selvagem e amplo, a sabedoria sobrepôs-se à sua malícia, sendo aprisionado pelo Arcebispo de Reims que o trouxe perante o Santo Concílio. Seu **[Pg. 031]** nome era Eudo, bretão de origem, apelidado De l'Etoile (de Stella); homem iletrado

[3] BORST, A. Die Katharer. Stuttgart, Hierseniann Verlag, 1953, p. 84.

e ignorante, tão enlouquecido por sua imaginação demoníaca, que, por ser chamado Eun na língua gálica, acreditava que sua pessoa estivesse diretamente associada ao exorcismo eclesiástico: "Eu te obrigo em nome Daquele que virá julgar os vivos e os mortos e o mundo pelo fogo" (Per *'Eum' qui venturus est judicare vivos et mortuos, et seculum per ignem).* Era tão estúpido que não conseguia distinguir entre Eum e Eun; porém, em sua grandiosa cegueira, acreditava que ele era Deus e Juiz dos vivos e mortos. Por meio de diabólica magia conseguia prender as almas dos simples como uma aranha capta as moscas, atraindo e reunindo, dessa forma ao seu redor uma multidão de iludidos, que o seguiam como a um Senhor entre os Senhores. Muitas vezes, movimentava-se de um distrito a outro com surpreendente agilidade; em outras ocasiões, refugiava-se com seus seguidores em lugares desérticos e inacessíveis, de onde, por instigação do diabo, ele irrompia repentinamente, atacando igrejas e mosteiros. Freqüentemente, admiradores e parentes (pois não era de origem plebéia) iam encontrá-lo ou para recriminá-lo com certa intimidade, ou para saber com cautela o que se passava com ele. Daí parecer ele cercado de imensa glória, pompa real e orgulho; e seus companheiros parecerem despreocupados, sem terem de trabalhar, festejando suntuosamente e vivendo em ilimitada alegria; em conseqüência, os que vinham recriminá-lo e viam sua falsa e fantástica glória acabavam por ceder à corrupção. Pois os que faziam tais fantásticas demonstrações eram os próprios demônios; demônios que alimentavam esta mísera multidão naqueles lugares desertos, não com verdadeiro e sólido alimento, mas com aparências. Pois (como ouvi posteriormente de alguns que estiveram em sua companhia e que, após ter sido ele aprisionado, vagavam como penitentes pelo mundo) eles encontravam imediata satisfação de seu desejo, pão, carne, peixe e tudo que poderia haver de bom. Estes alimentos não eram sólidos mas sem substância, e ministrados pelos espíritos do ar... Portanto, vendo que este pestilento, através da ação de Satã, causava grande destruição, como eu já disse antes, foi enviado um exército para persegui-lo; mas em vão, pois quando era avistado não era encontrado. Por fim, ele foi abandonado pelos demônios; e uma vez que Satã não mais permitiu atuar através dele (pois eles não podem fazer mais do que, pelo justo julgamento de Deus, aquilo que as forças superiores permitem fazer), foi facilmente preso pelo Arcebispo de Reims e a multidão estúpida que o acompanhava foi dispersa. Em seguida, seus discípulos mais próximos foram aprisionados. Quando foi levado ao Concílio e inquirido pelo papa quem era, respondeu: "Eu sou Eun, que veio para julgar os vivos e os mortos e o mundo pelo fogo". Segurava na mão um bastão, de feitio estranho, em forma de garfo na

extremidade superior. Ao ser indagado sobre o que significava tal bastão, respondeu: "É algo que encerra um grande mistério. Pois, quando o bastão aponta para os céus com as suas duas cabeças, Deus possui duas partes do mundo e eu fico com a terceira. Porém, quando inclino as duas cabeças de meu bastão em direção à terra e levanto a parte baixa e única aos céus, deixo a **[Pg. 032]** Deus somente uma parte e guardo duas para mim". Ao ouvir tais palavras, toda a assembléia caiu em riso, zombando daquele homem que se tinha entregue a tais pensamentos. O Concílio então decretou que ele deveria ser cuidadosamente vigiado, a fim de evitar que esta praga se espalhasse novamente. Ele distinguiu os seus adeptos com nomes grandiosos, chamando a um Sabedoria, a outro Conhecimento, a outro Julgamento, e assim por diante. Uma vez que esses não aceitavam o verdadeiro caminho da fé, mas persistiam obstinadamente em seus falsos nomes, tanto que o denominado Justiça ameaçou aqueles que o prenderam com uma sentença de vingança, foram julgados e condenados à fogueira, escolhendo esta última, ao invés de se corrigirem e viverem.

Eu ouvi de um venerável homem, que esteve presente quando ocorreram esses fatos, que o chamado Justiça, no momento em que estava sendo levado à morte, gritou várias vezes: "Ó Terra, abra-te!", como se com o seu grito a terra pudesse abrir-se e engolir os seus inimigos, assim como fez com Dotã e Abirã. Tal era a força desta heresia, uma vez implantada em seus corações.[4]

Eudo de Stella morreu na prisão em 1150, não deixando seguidores diretos de sua doutrina.

Entre as heresias da época encontramos as que se apresentam com um claro matiz político-social, independentemente de suas doutrinas religiosas. Nas convulsivas cidades italianas surge a figura de Arnaldo de Bréscia, que promulga o ideal de reforma eclesiástica ao lado da aspiração de restauração da grandeza política da urbe romana. Nascido em Bréscia por volta de 1100, estudou filosofia em Paris com Abelardo, com quem manteve uma amizade duradoura. De personalidade ascética e de conduta moral elevada, acabou por conquistar a multidão da cidade de Roma para as suas convicções republicanas e democráticas. Ao voltar da França, identificou-se com a tendência que via na opulência da Igreja a raiz de todos os seus males. Sua crítica visava os clérigos que adquiriam dignidades e benefícios, e acumulavam riquezas por meios simoníacos, desviando-se da religião dos Evangelhos e da imitação da vida de Cristo e

[4] COULTON, G. G. Inquisition and Liberty. Londres, Toronto, W. Heinemann, 1938, pp. 52-56.

seus Apóstolos. Em 1141, participou do Concílio de Sens, no qual seu mestre, Abelardo, foi condenado como herético por São Bernardo. Anteriormente, Arnaldo fora denunciado pelo seu bispo no Segundo Concílio de Latrão, sendo obrigado a abandonar a Itália. Arnaldo, em Paris, continuou a **[Pg. 033]** atacar o clero até ser, por insistência de São Bernardo, expulso da França por ordem real, indo refugiar-se entre os cônegos agostinianos em Zurique. Nem lá encontrou descanso, pois São Bernardo tratou de evitar que tivesse qualquer proteção das autoridades eclesiásticas locais. Em 1144, retornou a Roma, reconciliando-se com o Papa Celestino II.

Eugênio III, papa a partir de 1145, encontrou Roma convulsionada politicamente, porém, ao negar a aprovação da constituição republicana e a confirmação do Senado, teve de abandonar a urbe para estabelecer residência em Viterbo. Mas o papa acabaria vencendo mesmo as paixões republicanas e populares, levando Arnaldo de Bréscia, que se apresentava como um dos líderes da multidão romana, a subordinar-se à autoridade papal. Pouco durou, no entanto, o acordo estabelecido entre o papa e o Senado, retirando-se o pontífice novamente para Viterbo.

Arnaldo pregava a reconstrução do Capitólio, a renovação do Senado, a reforma da ordem eqüestre, inspirado nas antigas instituições romanas. Formulava a separação dos poderes espiritual e temporal, cabendo, portanto ao Sumo Pontífice a jurisdição eclesiástica sem o governo de Roma. Adepto da pobreza apostólica, não aceitava a temporalidade da Igreja, exigindo que os clérigos renunciassem a todos os bens terrenos, e que estes pertencessem somente aos leigos ou aos príncipes laicos. Por conseguinte, dizia que os prelados e abades deveriam abrir mão de seus direitos feudais, reconhecendo, porém, que os dízimos eram necessários ao sustento do clero. No seu ataque à Igreja material e na formulação da separação dos poderes temporal e espiritual, ele antecipou as heresias "espirituais" de alguns círculos franciscanos. O mais interessante é que São Bernardo, inimigo ortodoxo de Arnaldo de Bréscia, num de seus escritos mais importantes, o De consideratione, retrata uma Igreja e um Vicarius Dei ideal como expressão das aspirações reformistas da época que, apesar das diferenças de fundamento, coincidem em certos aspectos com as aspirações espiritualizantes do agitador romano.

Eugênio III morreu em, julho de 1153 e um de seus sucessores, Adriano IV, teve de enfrentar a revolução **[Pg. 034]** romana com um interdito contra a cidade, interrompendo-se com isso as cerimônias ligadas ao culto religioso. Para uma população medieval, tal interdito constituía verdadeira catástrofe e por isso o Senado teve de retratar-se perante o papa.

Além disso, o Imperador alemão Frederico Barbarroxa, que ambicionava ser coroado pelo papa, acabou interferindo nos acontecimentos da Itália. Na marcha em direção a Roma, e com a promessa de defender a Igreja e seus direitos, prendeu Arnaldo, entregando-o ao Sumo Pontífice em troca da coroação imperial. Arnaldo de Bréscia, após ter sido entregue ao prefeito da cidade de Roma, foi enforcado e seu cadáver queimado; em seguida, suas cinzas foram jogadas no Rio Tibre, a fim de não ser venerado como santo.

Outra doutrina que sistematiza uma crítica à hierarquia eclesiástica, a certos aspectos da doutrina cristã e tem mesmo implicações importantes para a futura elaboração do protestantismo é a de Hugo Speroni.

Nascido em Piacenza, estudou jurisprudência em Bolonha, exercendo a função de cônsul em 1164. Sua doutrina assemelha-se em grande parte às idéias expostas mais tarde por Calvino, especialmente a ênfase dada à predestinação. Por outro lado, seu espiritualismo extremado recusava-se a aceitar toda organização eclesiástica, bem como todo poder religioso e sacramental, eliminando, assim, todas as ordens da cristandade e toda separação entre clérigos e leigos. Speroni desenvolveu suas idéias heréticas em vários planos, a saber: a negação do sacerdote que, a seu ver, não pode exercer atribuições religiosas na medida em que também está sujeito aos pecados como qualquer ser humano. A santidade, portanto, não é adquirida automaticamente com o sacerdócio. Na verdade, este é puramente espiritual e, sob este aspecto, não pode haver nenhuma distinção entre clérigos e leigos, já que o verdadeiro sacerdote é o puro, justo e santo, independentemente de sua ordenação ou não. A não-aceitação dos sacramentos e do cerimonial ligado ao culto é outra característica do speronismo que se estende, em conseqüência, a certos aspectos do dogma. Se o batismo das crianças e dos adultos é inútil, por não existir a transmissão do pecado original de Adão aos seus descendentes, a própria doutrina **[Pg. 035]** do pecado original apregoada pela' Igreja fica invalidada. A eucaristia foi interpretada diferentemente: não como o sacrifício de Cristo, mas como uma ceia verdadeira na qual o pão e o vinho são apenas símbolos de seu corpo e sangue. Portanto, todo ato exterior é supérfluo, inclusive a missa, que não atende a quem a celebra e tampouco aos fiéis, assim como é supérfluo tudo o mais que compõe a vida da Igreja,

como os tempos, festas litúrgicas, etc. Hugo Speroni fundamentava sua doutrina na Bíblia como um todo, incluindo o Velho e o Novo Testamento, que aceitava integralmente. A heresia, que não foi mencionada até o ano de 1184, por ocasião do Sínodo de Verona, passou a ser conhecida pouco tempo depois e está relacionada entre as que constam no edito promulgado por Frederico II, no dia de sua coroação, em 22 de novembro de 1220. **[Pg. 036]**

CAPITULO 2

Os albigenses ou cátaros

A heresia albigense foi a que reuniu maior número de adeptos na Baixa Idade Média e a que teve maior repercussão naquela época. Os cátaros distinguiam-se das seitas desse período pelo caráter dualista de sua doutrina.

Dualismo, nesse sentido, significa a crença de que a bondade existe somente no mundo espiritual do deus bom e que o mundo material é mau e foi criado por um deus mau ou espírito chamado Satã. O Bem e o Mal possuem dois criadores diferentes, e tal concepção está próxima das seitas gnósticas que também tinham as mesmas idéias e foram igualmente disseminadas no início da Idade Média, nos Bálcãs e no Oriente Próximo, pelas seitas dos paulicianos e bogomilos.[1] Os cátaros relacionam-se com esses dois últimos, que eram conhecidos no Ocidente como publicani (corrupção de paulicianos e também um eco dos publicanos do Novo Testamento) ou bougres (isto é, búlgaros, pois na Bulgária **[Pg. 037]** localizavam-se os bogomilos) e mais tarde como cathari (cathari = puros) ou albigenses, da cidade de Albi, um dos centros de influência herética no Sul da França.

A palavra "albigense" muitas vezes se refere a todos os heréticos da região, inclusive os valdenses.

As fontes cátaras

Pouco se sabe dos livros ou das fontes cátaras, não restando nenhum documento original que permita a investigação sobre fontes diretas, com exceção de um Novo Testamento, traduzido para o provençal, seguido de um ritual cátaro em *langue d'oc.* Talvez os tratados cátaros, já numericamente limitados por pertencerem a uma doutrina esotérica para uma elite, os Perfeitos ou Puros, tivessem sido eliminados, sem deixar vestígio, pelo aparato inquisitorial.

Temos enfim três tipos de fontes para estudar a heresia: a) os processos deixados pela Inquisição; b) os escritos dos polemistas que, para combaterem a heresia, detalhavam os seus erros; c) os manuais que alguns inquisidores compuseram para orientar os seus iniciados no combate à heresia.

---

[1] Devido a problemas criados para o Império Bizantino pelas inúmeras heresias que nele grassavam sucessivamente até o século IX, os maniqueus, apesar das perseguições que sofreram, puderam manter-se nos séculos XI e XII, onde os encontramos implantados em Constantinopla e nos Bálcãs sob o nome de bogomilos

Os que combateram a heresia foram Bernardo de Clairvaux; Eckbert, Monge de Schõnau, que escreveu contra os cátaros alemães de Colônia; Alain de Lille, professor em Paris e Montpellier; e também os italianos Rainiero Sacconi (1190-1258), autor da Summa de Catharis et Leonistis seu pauperibus de Lugduno, anteriormente bispo cátaro, que fazia profissão de fé católica entre os dominicanos; e Bonacorsi, que fora doutor e bispo da seita e depois escreveu, em Milão, seu Manifestatio haeresis cathororum.

Entre os autores de manuais para inquisidores, o mais célebre é Bernardo Guy, inquisidor de Toulouse. Sua Practica Inquisilionis haereticae praevitatis, escrita em princípios do século XIV, é uma verdadeira obra histórica, onde o autor completou sua experiência pessoal com numerosa documentação extraída de seus predecessores.

A essas fontes é preciso acrescentar outras, tais como: correspondências, crônicas, bulas papais, cânones **[Pg. 038]** de concílios, que permitem controlar as primeiras. Pedro des Vaux-de-Cernay abre a sua história com uma tabela precisa e documentada das heresias cátara e valdense.

Surgimento da heresia

Na primeira metade do século XI, apareceram grupos isolados de heréticos, mas pouco se sabe de seus costumes. Estes grupos eram anticlericais, puritanos e talvez havia entre eles alguns dualistas. Apareceram na Alemanha Ocidental, Flandres, França e Norte da Itália, e um pouco mais tarde não se houve falar mais neles. Entretanto, no século XII, reapareceram nos mesmos lugares, disseminando-se entre a população.

O período mais rápido de crescimento localiza-se nos trinta anos seguintes a 1140. Nesta época, a Igreja bogomil foi reorganizada, formando episcopados, enviando missões. Uma das causas dessa expansão foi que a Reforma Gregoriana, acompanhada no início por entusiasmo popular, não conseguiu que a Igreja canalizasse esse entusiasmo em seu favor. O desenvolvimento da educação clerical e a elevada ênfase dada à importância dos sacramentos fez do clero mais uma classe à parte e deixou os leigos com pouca possibilidade de desenvolver sua própria iniciativa nos assuntos da Igreja. Foi entre os cavaleiros pobres, mercadores e artesãos que a heresia se tornou mais popular no século XII.

O movimento herético foi um aspecto do renascimento religioso da época e, em parte, um subproduto das mudanças culturais, sociais e econômicas dos séculos XI e XII.

A pregação de São Bernardo contra a heresia não se mostrou muito eficiente.

Por volta de 1149, o primeiro bispo cátaro estabeleceu-se no Norte da França; anos mais tarde, outros estabeleceram-se em Albi e na Lombardia. A autoridade destes bispos não estavam bem definida. O Bispo Nicetas dos bogomilos visitou o Ocidente em 1167, chegando à Lombardia e ao Sul da França.

Nos anos seguintes, mais bispos foram se instalando na Itália, e no fim do século já havia onze bispados no total: um no Norte da França, quatro no Sul (Albi, **[Pg. 039]** Toulouse, Carcassonne, Val d'Aran), outros dois foram acrescentados mais tarde, e seis na Itália (Concorezzo, perto de Milão, Desenzano, Bagnolo, Vicenza, Florença e Spoleto).

Na segunda metade do século XII, a palavra cathari foi usada, pela primeira vez na Alemanha, em 1163.

Organização da Igreja Cátara

Rainiero Sacconi distingue as seguintes igrejas cátaras no Midi: de Albi, de Toulouse e de Carcassone. É preciso agregar as de Agen e de Razés, cuja existência é revelada pelos dossiês interrogatórios da Coleção Doat. Cada igreja tinha, em princípio, um chefe - um bispo assistido por dois auxiliares fiéis, também considerados bispos pelos fiéis.

Em 1255 realizou-se uma espécie de Concílio Cátaro, em Pieusse, sob a presidência de Guilabert de Castres, onde Benedito de Termes foi eleito Bispo de Razés.

Os bispos eram secundados por diáconos itinerantes, intermediários entre os bispos e os Perfeitos, cabendo-lhes a administração material das igrejas. Possuíam casas onde os Perfeitos viviam em comunidade e recebiam os neófitos para o estágio obrigatório. A nobreza herética confiava seus filhos aos Perfeitos, sobretudo as filhas, do mesmo modo que os nobres católicos as faziam entrar no convento. Essas casas, espalhadas por todo o Languedoc Ocidental, eram dirigidas por um superior ou superiora, além de serem uma instituição pública até o momento da Cruzada organizada contra os heréticos.

Com o crescimento da heresia, o voto de pobreza cátara ficou ameaçado, pois o desenvolvimento de igrejas e bens materiais era inevitável. A acusação de avareza e cupidez imputada à Igreja Romana foi

também lançada contra a Igreja Cátara. Rainiero Sacconi, antigo Perfeito, acusou-os de querer enriquecer avidamente, embora acrescentasse que tal atividade se devia às perseguições que os levavam a acumular bens para os tempos mais difíceis. É significativa a acusação **[Pg. 040]** de Joaquim de Fiore, inimigo dos cátaros, que afirmou terem eles atraído adeptos por suas riquezas terrenas.

Podemos considerar como causa principal da expansão da heresia cátara a opulência da Igreja Romana no Midi. O clero era rico e os bispos dispunham de um poder temporal considerável. Os Bispos de Béziers, de Agde, de Lodève, de Albi, eram os senhores de grande parte de suas cidades. Também as abadias foram se constituindo, pouco a pouco, em verdadeiros domínios.

Essa riqueza teve um efeito dissolvente sob o ponto de vista religioso, e podemos dizer que não encontrou nenhuma oposição. As grandes reformas monásticas não conseguiram penetrar no Midi, que levava uma vida à parte do Norte da França. O episcopado meridional estava nas mãos da nobreza, que fazia eleger por pressão ou simonia os seus candidatos aos cargos eclesiásticos. Muitos prelados foram acusados de indignos e tolerantes para com a heresia, e até abades eram recriminados pelo seu estilo de vida laico e secular. Inocêncio III criticou violentamente tanto uns quanto outros.

Por outro lado, convém lembrar que a avidez da aristocracia meridional em espoliar uma Igreja opulenta levou-a a apoiar os heréticos. As terras eclesiásticas sempre atraíram os senhores laicos que, de qualquer modo, quando não podiam apossar-se das terras apossavam-se dos dízimos.

Dois partidos

A multiplicação de bispados na Itália devia-se também a uma divergência doutrinal. O Bispo Nicetas esteve no Ocidente em 1167 com a finalidade de persuadir seus colegas a seguirem um dualismo mais rigoroso. A divergência dentro da própria Igreja Bogomil consistia naqueles que acreditavam que Satã, o criador do mundo, fora um anjo de Deus caído em desgraça, e os que julgavam ser ele uma divindidade independente. A primeira posição acarretava o fato de que Deus foi o criador universal, revestindo-se, assim, de um dualismo moderado; a segunda, claramente afirmada no Liber de duobos principüs, escrito por um companheiro **[Pg. 041]** de João de Luzio, o bispo herético de Bérgamo, era mais radicalmente dualista. Os do Sul da França eram mais radicais em

seu dualismo, e os da Itália divididos em duas partes, ainda que as divergências variassem de lugar para lugar.

Segundo o consenso geral, a matéria era má e o homem um alienado habitando num mundo mau. O objetivo principal era que o homem deveria restaurar este mundo para a comunhão com Deus. Acreditavam na redenção dos espíritos, embora nem sempre na redenção universal. Acreditavam, igualmente, na transmigração das almas do homem para o homem, e do homem para a besta, pois os animais, segundo eles, também possuíam almas.

Tinham regras para jejuar e a carne era proibida. As relações sexuais eram vedadas e tinham horror à procriação, pois implicava o aprisionamento de seus espíritos ao mundo da carne. Acreditavam piamente no celibato e em qualquer forma ascética de renúncia ao mundo, olhando favoravelmente o suicídio.

Pelo extremo ascetismo, os cátaros eram, na verdade, uma igreja de eleitos. Mas, sendo popular, distinguiam-se dois corpos de fiéis: os "Perfeitos" e os "Crentes". Os Perfeitos eram isolados das grandes massas dos Crentes por uma elaborada cerimônia de iniciação, ou batismo espiritual, o consolamentum. Havia entre os Perfeitos uma hierarquia de bispos e diáconos, mas estes últimos não tinham o direito exclusivo de administrar os sacramentos.

Afora o consolamentum e a ordenação, os cátaros tinham dois outros sacramentos: a penitência e a quebra do pão. Esta era uma espécie de comunhão, pois não acreditavam na transubstanciação. Os Perfeitos dedicavam-se à contemplação e esperava-se que mantivessem o mais elevado nível moral, cabendo aos Crentes fornecer-lhes alimentos.

Os Crentes não podiam aspirar ao alto nível dos Perfeitos. Por não obedecerem inteiramente à proibição das relações sexuais, por exemplo, eles provocavam aberrações nos relacionamentos, o que constituía motivo para os católicos acusarem-nos de todos os tipos de vícios. Mas é possível que estas acusações tenham sido exageradas. **[Pg. 042]**

As doutrinas cátaras da criação levaram a reescrever o relato bíblico e a elaborar uma mitologia que o substituísse para negar a noção de que a Bíblia toda era sagrada. Viam o Velho Testamento com reserva, e o Novo Testamento foi reinterpretado. A doutrina da reencarnação de Deus era impossível aos cátaros, para os quais Jesus foi um anjo que veio para indicar o caminho da salvação, mas não fornecê-lo em pessoa; logo, seus sofrimentos e morte eram uma ilusão.

A cristandade frente à heresia

Pelo fato de as doutrinas cátaras negarem o cristianismo, como religião, e as instituições da cristandade, as autoridades da Igreja e do Estado reuniram-se para atacá-las. Os heréticos do século XI e princípios do século XII, porém, morreram mais pelo zelo das autoridades laicas ou pela violência da turbamulta instruída pelas autoridades eclesiásticas. Com a propagação da heresia chegou-se facilmente à conclusão de que era preciso uma perseguição mais sistemática.

A própria existência da heresia é, sem dúvida, sinal demonstrativo da vida religiosa dos tempos medievais. Por isso, não se deve estranhar a violência gerada no combate à ela, violência com profunda base popular. Nem sempre o extermínio dos heréticos cátaros era executado pelos funcionários que deviam justiçá-los, mas por iniciativa do populacho fanatizado que não tolerava a heresia "filha de Satã". E temos exemplos em que, por descuido ou não da justiça, os heréticos eram arrancados das prisões e queimados sem piedade. Foi o que ocorreu em 1120, em Soissons, quando o Bispo Lisiardo prendeu suspeitos de heresia e, na sua ausência, os burgueses dessa cidade os queimaram.

A fogueira não era, na época, aplicada apenas aos heréticos, mas também a pena empregada para os envenenadores e os feiticeiros.

A atitude da Igreja perante a heresia era, primariamente, a de tentar converter os heréticos à fé católica, só adotando uma atitude agressiva e o uso da violência quando nada se conseguia no primeiro caso. A violência popular também era condenada pela Igreja. **[Pg. 043]** Vemos estas tendências nas palavras de São Bernardo, escritas ao papa após o massacre de Colônia (1145):

O povo de Colônia passou da medida. Se aprovamos seu zelo, não aprovamos, de modo algum, o que fez, pois a fé é obra da persuasão e não podemos impô-1a.[2]

De qualquer modo, o herético era considerado mais perigoso que o infiel, pois em sua ação proselitista desviava o fiel da verdadeira religião para lançá-los nos braços do "demônio".

O uso do poder temporal para perseguir, julgar e exterminar a heresia apoiava-se na teoria das "duas espadas" do Papa Gelasius, que afirmava que Deus havia dado o poder temporal e espiritual ao papa que, por sua vez, entregara o poder temporal aos reis, monarcas e príncipes para

[2] SÃO BERNARDO. «Sermo in Cant. 66n, no 12. In MIGNE, Patrologia Latina, CLXXXIII.

proteger a fé, como bons súditos que lhe deviam obediência.[3] Em última instância, a heresia que visava atacar a cátedra de São Pedro, o papa, era perigosa não só do ponto de vista religioso dogmático, mas também sob o aspecto da unidade política do mundo cristão. Inocêncio III, que considerava o papa acima dos reis e do poder temporal, com o direito de julgá-los, tentou estabelecer o imperium mundi, sob a hegemonia da Santa Sé, vendo, portanto, no combate à heresia a eliminação daquela tendência desagregadora que levava a criar comunidades isoladas, sem contato com o resto da cristandade, provocando conflitos.

O esforço de Inocêncio III para conseguir o apoio de Raimundo VI, Conde de Toulouse, a fim de exterminar a heresia, acabou desastrosamente. O Legado Papal, Pedro de Castelnau, foi assassinado, em 15 de janeiro de 1208, e uma Cruzada foi declarada, com um exército liderado por um grupo de barões do Norte da França, que massacrou os habitantes de Toulouse.

A Cruzada foi violenta e cruel, mas a perseguição organizada por Luís XI, em aliança com a Inquisição nascente, foi mais efetiva para quebrar o poder dos **[Pg. 044]** cátaros. Em 1244, a grande fortaleza da Montségur, perto dos Pirineus, foi capturada e destruída. Os cátarus passaram à clandestinidade e muitos cátaros franceses fugiram para a Itália, onde a perseguição era menos intensa.

Com a fundação da Ordem Dominicana, no século XIII, criaram-se elementos dotados para a perseguição, julgamento e conversão dos heréticos. Por outro lado, a fundação da Ordem Franciscana ameaçava os cátaros sob outro aspecto, pois São Francisco pregava às mesmas classes em que se apoiavam os cátaros. Sua mensagem, porém, era de alegria, e afirmava que o mundo era de Deus, e era bom. É melhor acreditar que os cátaros malograram em sua doutrina e apelo, do que devido às fogueiras da Inquisição; sabe-se que o catarismo desapareceu na França e Itália ao mesmo tempo, embora a perseguição fosse maior na França.

Entretanto, na França Meridional, com a proteção da nobreza e aproveitando-se da negligência do clero, os albigenses haviam-se constituído numa potência terrível, e parte da burguesia aderira a eles. O Papa lnocêncio III enviou repetidamente, a partir de 1198, à França Meridional, cistercienses na qualidade de legados, mas com poucos

---

[3] GELASIO I, Ep. "'Famuli vestrae pietatis' ad Anastasium I"'. In: DENZINGER-SCHONMETZER. Enchiridion symbolorum definitionum et declarationum de rebus fidei et morum, Barcelona, Herder 1963, p. 120.

resultados. Sua apresentação pomposa não era indicada para reduzir ao silêncio as censuras que os hereges lançavam contra a riqueza da Igreja e o lucro do clero. Mesmo a obra missionária, desenvolvida com abnegação por São Domingos, não obteve resultados positivos.

No Cap. XIII do Libellus de principüs ordinis praedicatorum, de Jordão da Saxônia, lemos:

> Naquele tempo, o Papa lnocêncio enviara doze abades da Ordem Cisterciense com um legado, a fim de pregar a verdadeira fé contra os hereges albigenses.[4]

E, mais adiante, referindo-se à ação missionária de São Domingos, diz:

> Durante o tempo que as Cruzadas estiveram lá, até a morte do Conde de Montfort, Frei Domingos foi o pregador laborioso da palavra de Deus.[5]

[Pg. 045]

Já em 1207, Inocêncio III, no Concilio de Toulouse, incitou o Rei Filipe Augusto e outros a reprimirem com as armas a heresia. Em janeiro de 1208, quando o Legado Papal, Pedro de Castelnau, da Ordem Cisterciense, foi assassinado, o papa conclamou uma Cruzada contra os albigenses e seu poderoso protetor, o Conde Raimundo VI de Toulouse, reunindo um considerável exército, composto, em grande parte, de franceses do Norte. A guerra albigense (1209-1229), iniciada sob a direção militar de Simão de Montfort e a direção eclesiástica do Legado Papal, Abade Arnaldo de Cister, foi travada por ambas as partes com selvagem crueldade (o massacre de Béziers em 1209, por exemplo), prolongando-se durante muito tempo devido também à ambição pessoal de Simão de Montfort e de outros barões.

A paz de Paris de 1229 assinalou finalmente o término, quando quase toda a França Meridional já estava devastada e a força da heresia subjugada. Só alguns pequenos núcleos heréticos mantiveram-se ainda vivos, obscuramente, por certo tempo, apesar da perseguição movida pela Inquisição.

Ao contrário do Norte, no Midi os laços feudais não eram tão fortes. Os reis da França, principalmente a partir de Filipe-Augusto, conseguiram

---

[4] Santo Domingo de Guzmán, su vida, su orden, sus escritos. Madri, B. A. C., 1966, p. 154.

[5] Ibid., p. 158.

criar a unidade na Ile-de-France subjugando os grandes senhores feudais. Os fatores da desagregação do Império Carolíngeo, em decomposição, foram superados por outros que favoreceram a união, tais como as invasões normandas no Oeste e as magiares no Leste. A defesa e a organização frente ao perigo das invasões é que estreitaram os laços do feudalismo do Norte.

Conforme Belperron, a máxima militar do Norte era: "Nenhuma terra sem senhor"; e no Midi é conservada a fórmula jurídica, "Nenhum senhor sem título".[6] Assim se procura mostrar o caráter diversificado do. feudalismo militar do Norte, e o jurídico, sob influência romana, do Midi. Uma das conseqüências destas diversificações foi que o allodium persistiu no Midi, demonstrando o caráter independente dos grandes senhores. Também no Norte o homagium teve **[Pg. 046]** caráter religioso sacro, que era diminuído ou quase inexistente no Midi, já que a Igreja se encontrava debilitada pela heresia que proscrevia o juramento.

Isso explica por que os Raimundos de Toulouse, senhores, por direito, de todo o Midi, não encontraram as forças necessárias para impor a sua autoridade em seu próprio domínio, como os Capetos fizeram na França da *langue d'oeil.*

Como antecedentes da Cruzada contra os albigenses, encontramos a ação de Afonso II de Aragão e seus aliados, os Trencavel e Hermengarda de Narbona, que invadiram Rovergue; ao mesmo tempo, o Legado Henrique de Albano reunia uma Cruzada de sulinos e provinciais para assediar Lavaur a fim de obrigar Rogério Trencavel a romper com os heréticos.

Nas batalhas travadas, empregavam-se, em ambos os lados, routiers[7] mercenários, hábito da época.

As grandes cidades do Midi, que conquistaram a liberdade, eram também cidades opulentas, em mãos de uma aristocracia seminobre e semiburguesa, capaz de se opor eficazmente aos poderosos feudais. Sabemos que estas cidades não se juntaram em uma frente única para fazer face ao invasor. É evidente que se tivessem se unido para apoiar Rogério Trencavel e mais tarde, Raimundo VI, em vez de ver somente seus próprios interesses, dando-lhes apoio financeiro, mobilizando seus

---

[6] BELPERRON, Pierre. La rroisade contre les albigeois et l*'union du Languedoc à la* France (1209-1249). Paris, 1942, p. 19.

[7] GUERAUD, H. «Les routiers au XIIº siècle. In: Bibl. de École de Chartres, 1841-1842, pp. 125-147, pp. 417-447.

cavaleiros e milícias, abrindo às tropas languedocianas o abrigo de suas muralhas, a Cruzada não teria conhecido sucesso ímpar e Simão de Montfort teria sido incapaz de manter-se no Languedoc. O fato é que as cidades não eram uniformes, pois Narbona, Montpelier, Nîmes, Cahors e Rodez eram católicas e não tinham nenhum motivo para combater a Cruzada.

Em 1184, o Papa Lúcio III e Frederico Barbarroxa, reunidos em Verona, publicaram a Bula Ad abolendarn, que instruía sobre o procedimento para um julgamento eclesiástico; ela permitia, após a sentença, que um herege fosse entregue ao braço secular para a punição; esta poderia consistir em confisco da propriedade, em exílio, e até em morte. Como dissemos **[Pg. 047]** anteriormente, a tradição punia com a fogueira um herege não arrependido.

O Papa Inocêncio III preferia a conversão à perseguição. Os cátaros, porém, não se convertiam facilmente, uma vez que a crescente propagação da heresia no Sul da França e no Norte da Itália fazia com que acreditassem no predomínio dela sobre a Igreja Católica.

Os adeptos eram recrutados entre os humildes, sobretudo entre os artesãos; daí serem chamados "tecelões", nome com que são conhecidos na Inglaterra, em 1160, por William de Newburgh e outros autores. Mas na Provença e em certas partes da Itália, como vimos antes, eles receberam o apoio da nobreza.

A Cruzada Espiritual (1147-1209)

Cerca de cinqüenta anos antes da Cruzada contra os albigenses, usaram-se meios pacíficos para impedir a expansão da heresia. O historiador da Cruzada contra os albigenses, Belperron, denomina este período de "Cruzada Espiritual". Destacam-se, nesta fase, como pregadores contra a heresia, duas grandes personalidades da Igreja medieval: São Bernardo e São Domingos.

A ameaça representada pela heresia cátara foi notada, oficialmente, pela primeira vez, em 1119, no Concílio de Toulouse. Ela foi excomungada por Calixto II,[8] excomunhão posteriormente reforçada por Inocêncio II. Este Papa designou seu Legado no Midi, Alberico, Monge de Cluny, para combater a mesma. Alberico pediu a ajuda de Geoffroy, Bispo de Chartres, e de São Bernardo. Ao chegar a Toulouse, onde Henrique de

[8] MANSI, Concilia. Vol. XXI, p. 226.

Lausanne convertera à heresia nobres, burgueses e, em particular, tecelões, São Bernardo conseguiu reavivar, com sua pregação, a fé católica, mas mesmo assim a heresia não foi extirpada.

Em 1163, o Concílio de Tours, presidido pelo Papa Alexandre III, verifica que uma perigosa heresia se espalhou na região de Toulouse, onde ganhou, pouco a pouco, a Gasconha e outras províncias...

[Pg. 048]

47

Por volta dessa época, realizou-se o Concílio Cátaro de Saint-Felix de Caraman (c. 1167), presidido pelo patriarca cátaro de Constantinopla, Nicetas. Mas com o insucesso da pregação e as condenações esporádicas, o tom de combate à heresia fez-se cada vez mais forte. No Concilio de Lombers (c. 1178), a heresia foi novamente condenada.

Assim, no Terceiro Concilio de Latrão, em 1179, recorre-se, pela primeira vez, ao braço secular. O Cânone 27 trata dos heréticos e, em particular, dos cátaros do Languedoc:

"Embora a Igreja", como diz São Leão, "se satisfaça com um julgamento sacerdotal e não realize execuções sangrentas, ela deve recorrer às leis seculares e pedir ajuda aos príncipes para que o temor de um suplício temporal obrigue os homens a utilizar o remédio espiritual. Deste modo, como os heréticos, que alguns denominam cátaros, outros patarinos e outros publicanos, fizeram grandes progressos na Gasconha, em Albi, em Toulouse e em outras regiões, onde ensinam os seus erros e se esforçam em perverter os simples, nós os anatemizamos, bem como a seus protetores. Nós proibimos a todos de ter qualquer relação com eles. Se persistirem no pecado, não se fará nenhuma ação em seu favor e não se lhes dará sepultura entre os cristãos".[9]

Para executar essa sentença, Alexandre III designou como Legado o Abade de Clairvaux, Henrique, mais tarde Cardeal de Albano. Este, além de enviar pregadores, organizou uma Cruzada, a primeira contra os heréticos. Reuniu um contingente de cavaleiros católicos da Provença e do Baixo Languedoc e sitiou Lavaur, reduto dos heréticos, protegidos por Rogério Trencavel II, em 1181.

Apesar de tudo, a heresia continuou florescendo no Languedoc até a ascensão ao trono papal, em 1198, de Inocêncio III.

Já em 1204 e 1205, Inocêncio III dirigira-se ao Rei Filipe-Augusto,

[9] MANSI. Concilia. Vol. XXII, p. 232.

salientando que pela Bula Ad abolendam ele tinha direito de privar dos feudos os vassalos que protegessem os heréticos. Filipe-Augusto, ocupado com a guerra contra os Plantagenetas, não deu muita atenção ao pedido papal. Em 1207, Inocêncio III escreve novamente a Filipe-Augusto:

É preciso que os sectários sejam esmagados pelo vosso poder e que as misérias da guerra os aproximem da verdade.[10] **[Pg. 049]**

Ao mesmo tempo enviou uma carta circular nos mesmos termos aos grandes feudatários do reino, ao Duque de Borgonha, aos Condes de Bar, de Nevers, de Dreux e, em geral, a todos os fiéis do Reino da França, aos quais prometeu indulgências iguais às da Cruzada à Terra Santa. Na verdade isto já representa um apelo direto à Cruzada contra a heresia.

A resposta de Filipe-Augusto ao Papa mostra uma tentativa de evasão em participar de tal empreendimento. O que mudou a atitude do monarca e de seus vassalos foi um acontecimento inesperado: o assassinato do Legado Papal Pedro de Castelnau, por Raimundo VI, em 14 de janeiro de 1208.

A Cruzada Aibigense

Trataremos neste item, com mais pormenores, da Cruzada contra os albigenses, a que já nos referimos antes.

No mês de junho de 1209, o exército cruzado concentrou-se em Lyons, tendo sido formado no molde de todos os exércitos feudais. A sua frente marchavam os grandes senhores eclesiásticos e laicos, seguidos de um número variável de vassalos e cavaleiros assalariados ou voluntários. Dentre os representantes da elite feudal pode-se citar o Arcebispo de Sens, os Bispos de Autun, de Clermont e de Nevers, bem como três grandes feudatários da Coroa: Eudes III, Conde de Borgonha, Hervé IV, Conde de Nevers e Gaucher de Châtillon, Conde de Saint-Pol. Depois, alinhavam-se os grandes barões e os cavaleiros mais importantes, que agrupavam, ao redor de si, número reduzido de cavaleiros: Guilherme de Roches, o célebre Senescal de Anjou, o Conde de Bar-sur-Seine, Gaucher de Joigny, Guichard de Beaujeu e muitos outros nobres. Aderiram também à Cruzada os senhores da Provença, vassalos de Raimundo VI, que a ela se uniram na sua passagem pela região, entre os quais se encontravam Ademar de Poitiers e Pedro Bermond, genro de Raimundo VI.

Além dos simples cavaleiros, participaram da Cruzada muitos aventureiros que desejavam ganhar as indulgências prometidas por Inocêncio III. A pregação popular arrastou consigo elementos de todas as camadas **[Pg. 050]** da população, universis populis. Segundo o autor da

[10] MIGNE, Patrologia Latina, CCXV

Chanson, Guilherme de Tudela, o número de participantes da Cruzada era de aproximadamente 20 000 cavaleiros armados e de mais de 200 mil vilões e camponeses, sem considerar o clero e os burgueses.[11] Ora, como um cavaleiro, conforme suas posses, normalmente era seguido de um ou mais escudeiros, de sargentos de armas montados ou a pé e de valetes, ele constituía uma célula de mais ou menos cinco combatentes, em média. Por conseguinte, a cifra de Guilherme de Tudela é astronômica e fantasiosa.

Nessa primeira fase da Cruzada destaca-se a crueldade na destruição de Béziers (julho de 1209) e de Carcassonne (agosto de 1209). Em Béziers o massacre foi terrível, conforme o testemunho da Chanson.[12]

A Cruzada contra os albigenses continuou no afã de extermínio da heresia. Simão de Montfort declarou guerra ao Vice-Condado de Trencavel (setembro de 1209-maio de 1211), reduto de heréticos sob a proteção de Raimundo e Rogério de Trencavel. A campanha militar estendeu-se, em seguida, ao Condado de Toulouse (junho de 1211-dezembro de 1212). Destacam-se, nesta fase da campanha, a rendição de Cabaret e a tomada de Lavaur. Em junho de 1211 foi feito o cerco de Toulouse e em setembro de 1212 o de Castelnaudary. De outubro de 1211 a novembro de 1212, efetuou-se a conquista de Agenais e de Comminges.

Em dezembro de 1212, Simão de Montfort promulgou os estatutos de Pamiers, codificando as conquistas dos novos senhores feudais e regularizando-as com um novo direito.

Em 1212, porém, Raimundo VI, despojado de seu condado, atravessou os Pireneus a fim de solicitar a ajuda de Pedro II de Aragão. Apesar da coligação estabelecida entre Pedro de Aragão e Raimundo VI, Simão de Montfort derrotou-os de forma espetacular na batalha de Muret (10 de setembro de 1213) onde o Rei de Aragão encontrou a morte. Com o triunfo militar, Simão de Montfort afirmou-se mais e mais como senhor de Toulouse. O Concílio de Latrão, em 1215, organizado por Inocêncio III e que tratou das heresias **[Pg. 051]** da época, confirmou as novas possessões de Simão de Montfort. Ao mesmo tempo, o Concílio permitiu a conciliação dos senhores do Sul com a Igreja, com o compromisso de perseguirem a heresia. Com isto, as terras dos senhores do Midi foram, em parte, asseguradas.

[11] La Chanson de la Croisade Albigeoise. Paris, «Les classiques de l'histoire de France au Moyen Age», 1931, p. 37.
[12] Ibid., p. 59.

Em 1216 a Provença sublevou-se e Simão de Montfort foi novamente obrigado a pegar em armas, desta vez já cansado de tantas lutas. Raimundo VII conseguiu cercar Baucaire (em maio-agosto de 1216) e vencê-la, desobedecendo por completo ao compromisso firmado no Concílio de 1215; nesse ínterim, Inocêncio III já havia falecido e Simão de Montfort foi obrigado nessa batalha a negociar com seus inimigos. Os senhores do Midi, estimulados pela derrota de Simão de Montfort, estenderam a sublevação, ocasionando novas batalhas, que não contaram, porém, com o apoio e o prestígio anteriores.

Após tentar várias vezes enfrentar a nova situação, Simão de Montfort acabou morrendo no segundo cerco de Toulouse (outubro de 1217-julho de 1218), morrendo com ele também a Cruzada, após ter semeado a destruição em todo o Sul, sem, entretanto, extinguir a heresia.

Com a morte de Simão de Montfort, Honório III, sucessor de Inocêncio III, foi obrigado a transferir ao Rei da França, Luís VIII, a liderança da luta contra a heresia.

Raimundo VI morrera em 1222, e seu filho, Raimundo VII, substituiu-o no amparo à heresia, que de 1220 a 1226 teve um intervalo pacífico, e passou a praticar a sua doutrina.

Durante a Cruzada e a ocupação francesa os Perfeitos passaram de Carcassonne para Toulouse, daí para Foix, desta para a Provença e, por último, para as montanhas. Montségur serviu-lhes de refúgio por ser uma fortaleza inacessível; com a calma reinante entre 1220 e 1226, os Perfeitos começaram a sair de seu refúgio e reabriram os antigos conventos.

Em 1224, Luís VIII, liderando os barões do Norte, empreendeu uma nova Cruzada que durante três anos alcançou sucessivas conquistas até chegar a Avignon **[Pg. 052]** onde, após um cerco prolongado (junho-novembro de 1226), terminou esta fase da luta contra a heresia.

Na conferencia de Maux (dezembro de 1228-janeiro de 1229) estabeleceu-se um projeto de paz assinado em Paris, em abril de 1229, no qual ficou determinado que o Languedoc permaneceria parte integrante do Reino. Nessa ocasião, Raimundo VII submeteu-se a todas as condições que lhe foram impostas pelo tratado.

A partir de 1230 começou a cessar a oposição ao tratado que havia despojado Raimundo VII e seus barões de suas possessões e de seus bens. A política dúbia do novo Papa Gregório IX em relação a Raimundo VII também provocou uma reação do Midi, visto que a nobreza dessa região se encontrava em situação difícil, privada de todo o poder e incapaz de dar aos seus súditos uma proteção real. Assim, em 1240 e em 1242, verificamos novas revoltas no Midi. Em uma delas, foram assassinados

inquisidores, fato que provocou a ira da opinião pública (isso ocorreu em Avignoret, em 1242). Como reação ao assassinato, Avignoret foi conquistada, e, em 1244, o grande reduto dos cátaros em Montségur foi tomado de assalto, provocando um duro golpe nos heréticos.

A heresia, contudo, não terminara com Montségur. Na última metade do século XIII, após a morte de Raimundo VII em 1249, constatamos uma intensa atividade da Inquisição na perseguição dos heréticos, demonstrando deste modo que a heresia continuava viva, apesar de Afonso da França, sucessor de Raimundo VII, ter prometido clemência para os descendentes dos heréticos. Os que restaram da perseguição fugiram para a Lombardia e para outros lugares da Itália que serviam de refúgio à heresia. De acordo com Runciman,[13] estima-se que em 1274 não havia mais nenhum bispo cátaro na França, e que para ser ordenado Perfeito o herético deveria viajar para a Itália a fim de receber o rito dos bispos que lá se encontravam.

As violências e perseguições da Inquisição salientaram-se em 1277 e 1278. Em 1296, em Béziers e Carcassonne, os inquisidores foram repelidos pelo povo **[Pg. 053]** e pelas autoridades municipais, e verificamos a queda da simpatia popular por essa instituição.

No início do século XIV houve um reinicio das perseguições (entre 1304 e 1302), durante o reinado de Filipe IV, o Belo, acabando-se a esperança da heresia de renovar-se. A constante pressão sobre os heréticos, nas décadas seguintes, levou ao seu desaparecimento quase completo do cenário da França.

A doutrina cátara

Na verdade, a base da doutrina cátara encerra o eterno mistério da coexistência e da relação entre o perfeito e o imperfeito, o absoluto e o transitório, o eterno e o temporal, o bem e o mal, o espírito e a matéria.

Procurando conciliar o inconciliável, os adeptos da doutrina afirmavam que Deus, infinitamente bom e perfeito, não podia ser o criador de um mundo mau e corruptível. Portanto, o mundo da matéria seria a obra de um segundo deus, o deus do mal, que o criou para sobrepor-se ao deus bom.

Os cátaros não estavam inteiramente de acordo quanto à natureza desse deus-mal, que chamavam de Satã, Lúcifer ou Lúcibel. Os do Languedoc acreditavam na coexistência dos dois deuses, sem que um se originasse do outro, ao passo que os monarquianistas, numerosos na Itália, julgavam que Lúcibel não passava de um demiurgo, uma encarnação do

[13] RUNCIMAN, S. Le Manichéisme médiéval. Paris, Payot, 1949, p. 133.

deus-bem, e que agia segundo a vontade deste. Os monarquianistas aproximavam-se, portanto, de um monoteísmo católico.

A cosmogonia cátara não era muito rígida e encontramos nela algumas concepções do mundo. Os dualistas, que não admitiam a participação do deus-bem, tiveram de dar ao deus-leal o poder de criar o mundo ex-nihilo. Os monarquianistas aceitaram o fato de ter o deus-bem criado o caos ou os quatro elementos, tendo Satã-Lúcibel feito o mundo em seguida.

A criação do homem era explicada da seguinte maneira: Lúcibel, após ter criado a terra, decidiu povoá-la e constituir uma milícia para combater o deus-bem. Penetrou no céu, seduziu alguns anjos pela concupiscência e para prendê-los à terra deu-lhes uni corpo. Depois disso, induziu-os ao pecado carnal, ligando-os **[Pg. 054]** à condição humana. Possuía uma reserva de anjos decaídos que forneciam alma a cada novo corpo que nascia. Do mesmo modo que na doutrina cristã, o homem estaria condenado desde o nascimento; mas, segundo o catarismo, o pecado original era determinado pelo céu.

O deus-bem, compadecido de seus anjos encadeados na terra pelo deus-mal, decidiu salvá-los e recuperá-los. Dentre os anjos, enviou um voluntário como emissário, que se tornou o Filho de Deus. O corpo mortal de Cristo foi apenas uma aparência, visto que uma emanação do deus-bem não pode ter contato com a matéria, obra impura do deus-mal. Certos cátaros explicavam deste modo as teorias da gnose sobre a natureza de Cristo. Por uma sucessão de hipóteses, formara-se entre Deus e os homens uma corrente de eons, sendo cada um deles a emanação da divindade. A última destas emanações fora Jesus, que por ser a mais afastada de Deus aceitou entrar num corpo humano. Mas em sua paixão, tirou este invólucro carnal e assistiu, invisível, ao seu sacrifício. Como recompensa à sua missão, tornou-se Filho de Deus.

Para os cátaros, Jeová, Deus dos judeus, era o deus-mal, pois criara o mundo. Foi, pois, Jeová que, por intermédio dos judeus, se propôs em vão a supliciar e a matar Cristo, enviado do deus-bem. Aos anjos decaídos Cristo levara os meios e o conhecimento para libertarem-se, graças ao Evangelho.

As conseqüências dessa teoria são evidentes, estando em primeiro plano a rejeição do Velho Testamento, obra de Jeová, deus-mal. O encargo de Cristo foi uma simples missão num mundo satânico, sendo negadas a

encarnação, a paixão e a ressurreição. O homem não foi criado à imagem de Deus, mas pelo demônio. Daí o ódio dos cátaros pela cruz e pelo sinal da cruz que se relacionam aos sofrimentos de Cristo e o ligam à matéria impura.

A mensagem levada por Cristo aos anjos decaídos, nos quais a alma divina se encontrava presa no corpo satânico dos homens, estava contida no Evangelho de São João, que recebia dos cátaros atenção especial. Pretendiam encontrar a confirmação de sua doutrina no Anticristo do Apocalipse. **[Pg. 055]**

De acordo com a doutrina cátara, o deus-bem triunfará sobre o deus-mal, e conseqüentemente todos os homens serão, por certo, salvos, pois o triunfo de Deus sobre Satã não poderia ser completo enquanto a última criatura deste não abandonasse o seu invólucro carnal, para alcançar seu lugar no seio da milícia celeste. Para eles, não havia Inferno ou Purgatório, pois o impuro não poderia aproximar-se do deus-bem e penetrar no reino supraterrestre. A purificação da alma deveria ser feita na terra. Esta teoria, que salvava definitivamente todas as almas, abolia o Inferno e a danação eterna, era de fato consoladora.

Os Perfeitos

Os cátaros dividiam-se em Perfeitos e Crentes: só os Perfeitos, que recebiam o consolamentum, faziam parte da Igreja Cátara; os Crentes, como os catecúmenos da primitiva Igreja, estavam excluídos e não possuíam existência religiosa, salvo se recebessem o consolamentum.

Visto que para os Perfeitos tudo que fora criado era obra do demônio, o homem, portanto, não poderia entrar na "Religião do Espírito", exceto se tivesse rompido com a matéria de tal maneira que levasse uma vida material limitadíssima, a ponto de permitir-se apenas a sobrevivência física.

Para os cátaros, dar à luz a uma criatura, seja ela qual for, era participar da luta do deus-mal contra o deus-bem. Os Perfeitos proscreviam tudo que se originasse da procriação. Abstinham-se totalmente da carne, da gordura, dos ovos, do leite e do queijo. Só admitiam o vinho, o pão, os legumes, as frutas e os peixes. Afora isso, os Perfeitos observavam três quaresmas por ano, durante as quais passavam três dias por semana a pão e água.

A castidade era uma obrigação absoluta para os Perfeitos. A mulher era um perigo permanente, e se fosse tocada, mesmo involuntariamente, expunha o Perfeito a três dias de jejum. O casamento era considerado um

estado satânico porque regularizava o crime da carne e tinha como conseqüência natural a procriação. A concubina era mais aceita do que a mulher casada, fato que levou aos cátaros a acusação de terem hábitos **[Pg. 056]** promíscuos. Os Perfeitos que observavam a castidade não podiam impô-la aos Crentes, mas desaprovavam o casamento, o que causava certo embaraço aos adeptos. Deste modo, o casamento era condenado e a destruição da família favorecida, levando assim à aceitação da união livre e à restrição de nascimentos. Foi uma antecipação da liberdade sexual absoluta.

Interpretavam literalmente certas passagens do Evangelho. Por exemplo, "não matarás" levou os cátaros a condenarem a "morte" sob qualquer forma, tanto nas guerras como nas penas impostas pela justiça. Censuravam também os poderes públicos e o direito de julgar e ordenar, pois afirmavam que a autoridade descrita no Velho Testamento era obra do deus-mal e fora abolida por Cristo. Não prestavam qualquer juramento, base das relações humanas na cristandade medieval.

Negavam à Igreja o direito de propriedade temporal, bem como a si mesmos o direito da posse. Mas na realidade, quando se organizaram em Igreja, foram obrigados a abolir esta teoria.

O consolamentum

Era pelo consolamentum que uma pessoa se tornava um Perfeito, um puro, e entrava realmente na Igreja Cátara.

Havia um período de noviciado que durava de um a dois anos antes da pessoa receber o consolamentum, que era proibido às crianças. Nessa fase ficavam submissos a um mestre que lhes ministrava os ensinamentos religiosos. Se durante esse tempo o iniciado se mostrasse firme, era apresentado à comunidade que deveria "elegê-lo". Por fim, marcava-se o dia da cerimônia. No meio de uma sala bem iluminada, o "Texto", isto é, o Evangelho de São João, repousava sobre uma mesa coberta com uma toalha branca. O Perfeito que oficiava e seus dois auxiliares lavavam as mãos e o celebrante pronunciava uma alocução na qual expunha os princípios da doutrina e as obrigações às quais se submeteria o futuro Perfeito. Em seguida, recitava-se o Pater, comentado frase por frase, e que era repetido pelo iniciado. Na ocasião, enunciava-se o abrenunciatio, pelo qual o iniciado rompia com a Igreja **[Pg. 057]** Católica. Depois disso, o neófito prosternava-se três vezes para entrar na fé verdadeira, sob a bendição do Perfeito e, enfim, renunciava a comer o proibido, a mentir, a prestar juramento, a matar e a cometer o pecado da carne. Após uma nova

alocução do oficiante, o iniciado fazia publicamente uma confissão de suas faltas e pedia a Deus e ao público que o perdoassem.[14]

O celebrante colocava o "Texto" sobre a cabeça do iniciado, enquanto todos os presentes estendiam as mãos pedindo a Deus que o recebesse e lhe enviasse o Espírito Santo. Depois, o público recitava em voz alta a oração dominical, o oficiante lia os dezessete primeiros versículos do Evangelho e dizia novamente o Pater. O neófito recebia então a vestimenta do Perfeito. Os cabelos longos, sem tonsura, eram inteiramente cobertos de negro, sendo facilmente reconhecidos. Mas durante a Cruzada procuraram não se expor tanto e passaram a usar um cordão simbólico, que os homens traziam em volta do pescoço.

Quando o novo Perfeito já havia recebido a vestimenta, o oficiante dava-lhe o beijo da paz, que era transmitido à pessoa ao seu lado e assim por diante. Quando se tratava de uma mulher, o oficiante contentava-se em tocar sua espádua com o "Texto".

Se o iniciado fosse casado, antes da imposição do livro, prometia nunca mais ver seu consorte e libertava-se do juramento conjugal.

Por fim, os Perfeitos que o haviam "consolado" confiavam-no a um confrade veterano, na qualidade de socius ou companheiro. Era proibido a um Perfeito isolar-se, e o socius acompanhava-o a todo lugar.

Pelo consolamentum, o Espírito Santo, o Paracleto consolador, descia na alma do novo Perfeito. Seu desejo era abandonar o corpo satânico para sua alma poder subir ao céu a fim de encontrar seu corpo celeste e se tornar novamente um anjo de Deus. Alguns cátaros, à força de mortificação e vontade, viviam em completo isolamento do mundo. Outros, devido a muitos anos de austeridade, apressavam a realização de seu ideal por meio do suicídio, ainda que este não fosse uma **[Pg. 058]** prática recomendada. Além do suicídio por envenenamento ou salto num precipício, ou ainda a pneumonia voluntariamente contraída, era comum procurar-se a morte pela fome ou endura; deixavam de comer até se extinguir.

Em resumo, o consolamentum substituía e contrapunha-se aos sacramentos, já que, quando admitido na Igreja Cátara, o Perfeito recebia de imediato o Espírito Santo, tendo assim o batismo, a comunhão e a confirmação. Por outro lado, como fora definitivamente absolvido de suas faltas passadas, recebia o sacramento da penitência, e como podia "consolar" outros, obtinha também o sacramento da Ordem. Até a

---

[14] GUIRAUD, J. Histoire de I'Inquisition au Moyen Age. Paris, ed. Auguste Picard, 1935, pp. 107-142.

extremunção foi substituída como sacramento pelo fato do Perfeito desligar-se do mundo satânico dos vivos. Assim, o consolamentum substituía todos os sacramentos da Igreja Católica, salvo o do casamento. Na realidade, a Igreja Cátara compunha-se apenas de seus Perfeitos, pois estes eram os beneficiários dos sacramentos. A elite que recebia o consolamentum era numericamente pequena, mas suas qualidades morais eram muito elevadas.

Os Crentes

Os Crentes não tinham as obrigações religiosas dos Perfeitos e comparados a estes possuíam, pelo contrário, uma liberdade ímpar.

Todo Crente, na presença de um Perfeito, deveria "adorá-lo" ou fazer o seu melioramentum. Este rito consistia em prostrar-se diante do Perfeito, inclinar-se três vezes e solicitar por uma fórmula tradicional a sua bênção.

Os Crentes, pelo menos os praticantes e os que não ousavam enfrentar as provas impostas aos "consolados", faziam-se "aparelhar" regularmente, em geral uma vez por mês. No curso do apareliamentumn, presidido por um Perfeito, os Crentes faziam publicamente uma confissão de suas faltas e imploravam o perdão, à semelhança da confissão pública no cristianismo primitivo. Neste rito, o Crente lia uma fórmula, na qual estavam enumerados os pecados que todo homem poderia cometer. Depois disso, o Perfeito declarava que o Crente fora absolvido e deveria fazer uma penitência, que **[Pg. 059]** consistia em três dias de jejum e cem genuflexões, com alguns Pater como suplemento. A cerimônia terminava com um beijo da paz, transmitido de um a outro. O melioramentum era obrigatório e o apareliamentum era facultativo.

O consolamentum dado in extremis facultava a salvação ao crente; mas o problema era estar seguro de que o doente não continuaria a viver. O zelo dos Perfeitos, quando ocorriam a um leito de moribundo, era conhecido. E atinham-se ao princípio de que o enfermo deveria solicitar o consolamentum, e fazê-lo de viva voz. Pelo fato dos mudos não poderem fazê-lo ou dos moribundos não conseguirem articular as palavras, os Perfeitos criaram a convenientia. Era uma promessa solene que o Crente fazia em bom estado de saúde, comprometendo-se a receber o consolamentum, se estivesse prestes a morrer. A convenientía correspondia a um verdadeiro ingresso na seita e era dada aos Crentes que fossem inteiramente dignos de confiança. Tinham direito a ela os cavaleiros que iam à guerra. O consolamentum in infirmitate era administrado de forma mais simples do que o in sanitate.

O fato dos Crentes não terem de arcar com os compromissos religiosos dos Perfeitos e poderem receber o consolamentum antes de morrer tirava a força moral e espiritual da religião cátara, já que não havia crença no inferno e na sanção do mundo post-mortem.

Os Perfeitos passaram a ser a alma da seita cátara, consagrando integralmente o seu tempo a um intenso apostolado. Eles percorriam as cidades e os campos, pregando com a palavra e com o exemplo. A finalidade dos Perfeitos era, por um lado, engrossar as fileiras de seus adeptos e, por outro, arrebatar seguidores da Igreja de Satã, a Igreja Católica. Daí arremeteram com violência contra os sacramentos, as igrejas, a cruz e os cemitérios, contra o culto, as relíquias e, enfim, contra o clero.

A paixão anticlerical, e não o anticatolicismo, levou, talvez, mais gente à Igreja Cátara, pois, na época, a vida secular do clero era alvo de crítica popular ao mesmo tempo impiedosa e justa. **[Pg. 060]**

CAPITULO 3

Os valdenses

Origem e caráter da heresia

A riqueza e o poder da Igreja eram freqüentemente fonte de graves males, e os hereges da época extraíam disso argumentos para suas principais acusações contra ela. Estes fatos despertaram em algumas almas pias o nobre desejo de restabelecer a vida pobre de Jesus e da Igreja primitiva, para poder influenciar mais eficazmente o povo com a palavra e com o exemplo.

Homens como Roberto de Arbrissel (+ 1117), fundador da Ordem Fontevrault (Fons Ebraldi), próxima de Angers, Norberto de Xanten (+ 1134), fundador da Ordem Premonstratense, no Vale Prémontré (Praemonstratum), perto de Laon, Francisco de Assis, em 1210, e seus companheiros cultivavam todo o ideal da pobreza apostólica e da pregação ambulante. Semelhante em seus princípios, o grupo de pregadores leigos chamados valdenses acabou opondo-se à Igreja e transformando-se numa seita.

Ela foi fundada pelo rico comerciante Pedro Valdo ou Valdes de Lyons que, segundo o testemunho do Anônimo de Laon, ficou profundamente abalado pela leitura das Escrituras Sagradas, por volta de 1173.[1] **[Pg. 061]**

Ele traduziu o Evangelho para o provençal e rompeu todos os vínculos com o mundo, confiando seus bens à esposa e na carestia de 1176 doou o restante de seu patrimônio aos pobres. Passaram a segui-lo homens e mulheres que praticavam a instrução do Evangelho,[2] vagando pelas estradas dois a dois, em pobreza apostólica, vestidos com simples buréis, pregando a penitência. O movimento difundiu-se rápida e extensamente, alcançando os Humilhados da Lombardia, entre os quais nasceria, mais tarde, uma ordem propriamente dita.

Os Humilhados da Lombardia, particularmente em Milão, originavam-se de uma confraria de artesãos (tecelões) que se associaram por objetivos econômicos e religiosos na primeira metade do século XII. Grande parte deles ligou-se aos valdenses, com os quais foram

---

[1] «Currente adhuc eodem anno MCLXXIII». In: Chronicon universale Anonyme Landunensis. Leipzig e Paris, Ed. A. Cartellieri, 1909, p. 20.

[2] Mt., 10, 5 e ss.; Lc., 10, 1 e ss.

excomungados pelo Papa Lúcio III. Os que permaneceram fiéis foram confirmados, em 1201, por Inocêncio III, como ordem religiosa dividida em três classes ou graus:

a) cônegos e cônegos regulares;
b) irmãos e irmãs em associação monástica;
c) homens e mulheres que vivem no mundo seguindo uma regra (terciários), como continuadores da antiga confraria.

Só mais tarde, de 1246 em diante, surgiria um Geral da Ordem.

Como os valdenses, também chamados Pobres de Lyons ou lionenses por causa de sua origem, e saibatate ou insaibatate porque usavam tamancos de madeira (em francês sabots), dedicavam-se à pregação da palavra de Deus sem a autorização eclesiástica e arvoravam-se em juízes dos costumes do clero o Arcebispo de Lyons proibiu que pregassem e baniu-os.

Valdo voltou-se, então, para o Papa Alexandre III (1159-1181) e compareceu pessoalmente ao Terceiro Concílio de Latrão (1179). O papa decidiu que eles só poderiam pregar com autorização eclesiástica prévia. O Arcebispo Guichard (1165-1180) interditou a sua pregação e excomungou-os. Mas a autorização eclesiástica permitiu que continuassem a pregar.[3] Entretanto, **[Pg. 062]** submeteram-se a esta prescrição por pouco tempo. A oposição contra a autoridade eclesiástica, causada por eles com a invocação ao texto dos Atos dos Apóstolos (5.29), teve como conseqüência a sua excomunhão pelo Papa Lúcio III, no Sínodo de Verona de 1184, juntamente com os cátaros, os passagios e os arnaldistas.

Os "irmãos" e "irmãs" valdenses foram, então, obrigados a retirar-se para a vida clandestina, recolhendo secretamente sequazes e simpatizantes (amici, credentes) entre os seculares que lhes ofereciam comida ou hospitalidade, pois eles mesmos, como os Perfeitos, haviam renunciado ao trabalho manual e dedicavam-se com exclusividade à pregação ambulante e à assistência pastoral de seus adeptos. Cumpriam o tríplice voto da pobreza, da castidade e da obediência aos superiores, isto é, ao próprio Valdo, como a um encarregado de Deus, praepositus et pontifex omnium, e aos bispos, presbíteros e diáconos por ele ordenados. As Sagradas Escrituras, que traduziram para as línguas vulgares e que recomendavam calorosamente para leitura, tinham o valor de norma doutrinal absoluta e de

---

[3] GAUTIERO MAP. De nugris curialium. Londres, ed. Camden Society, T. Wright, 1850, pp. 64-66.

código jurídico.

Com o passar do tempo, os valdenses italianos afastaram-se ainda mais da Igreja, negando, provavelmente sob influência dos cátaros, o Purgatório, o valor da oração pelos defuntos e as missas de sufrágio, o culto dos santos, as indulgências, o juramento, o serviço militar e a pena de morte, admitindo como sacramento apenas o batismo, a eucaristia e a penitência.

A seita valdense não conseguiu manter-se unida por muito tempo. Os valdenses lombardos queriam ter, malgrado a oposição de Valdo, a eleição e a ordenação de seus próprios pastores e conservar as suas próprias associações de artesãos, isto é, a prática do trabalho manual remunerado. Assim, em 1210, houve uma ruptura que continuou ainda depois da morte do fundador, em 1217. Enquanto os valdenses da França, confinados em grande parte no Languedoc, na Provença e no Delfinado, mantinham, apesar de suas doutrinas heréticas, certo liame com a Igreja Católica e participavam **[Pg. 063]** de sua liturgia, os valdenses italianos passaram à mais agressiva oposição, negando a validade dos sacramentos administrados por sacerdotes católicos e instituindo um serviço litúrgico próprio. Este ramo lombardo desdobrou-se numa grande atividade e, valendo-se de uma propaganda clandestina ativa, conseguiu difundir-se não só no Piemonte e na Sabóia, mas também na Alemanha Meridional e Oriental, na Boêmia, na Morávia, na Polônia, na Hungria, na Itália Meridional, conquistando muitos adeptos.

A Inquisição teve muito trabalho com eles até a época do Renascimento. Muitos valdenses foram levados à fogueira e outros reconquistados pela persuasão pacífica.

Para a recuperação dos valdenses, Inocêncio 111 reuniu, em Milão, os Humiliati numa ordem religiosa e fundou as companhias dos Católicos Pobres (1208) e dos Lombardos Reconciliados (1210). Mas esta dissolveu-se muito cedo, tendo as Ordens Mendicantes assumido as suas atribuições pouco tempo depois e de modo mais amplo.

A doutrina valdense

Essa crença herética declarava que a Igreja fora pura e incorrupta até a época de Constantino, quando o Papa Silvestre ganhou a primeira possessão temporal para o Papado, começando, assim, o sistema de uma Igreja rica, poderosa e temporal, tendo Roma como sua capital.

O inquisidor Sacconi dá uma idéia do que era a crença dos valdenses. Ele divide-os em duas classes: os do Norte dos Alpes e os da Lombardia.

A primeira classe assegurava, entre outras coisas, que:

1) os juramentos são proibidos pelo Evangelho;

2) a pena capital não é permitida ao poder civil;

3) todo leigo pode consagrar o sacramento do altar;

4) a Igreja Romana não é a Igreja de Cristo.

A seita lombarda assegurava que nenhum pecado mortal poderia consagrar o sacramento, e que a Igreja **[Pg. 064]** de Roma era a mulher marcada do Apocalipse, cujos preceitos não deveriam ser obedecidos, especialmente os apontados como dias de jejum.

Diferentemente dos cátaros, opunham-se ao ascetismo e não tinham um sacerdócio oficial; mas, ao mesmo tempo, aproximavam-se deles por serem também contrários aos juramentos e à pena capital.

O mais antigo documento valdense é o relato de uma conferência realizada em Bérgamo, em 1218, entre os transalpinos e os lombardos, na qual estes apresentaram grande oposição ao sacerdócio de seus irmãos do Norte.

A seita e a heresia dos valdenses reconhecia em sua própria Igreja uma tríplice hierarquia de diácono, presbítero e bispo, conforme nos relata Bernardo Guy em seu Manual do Inquisidor:

a) A Ordem do Bispado - o bispo era chamado entre eles de maioral; era eleito para esse cargo pelos presbíteros e diáconos. A cerimônia da eleição de um bispo era realizada com uma prece comum, uma confissão privada e depois pública de seus pecados. Em seguida, um maioral ou, na falta deste, um dos presbíteros presentes recitava o Pater Nosier, impondo as mãos sobre o eleito, a fim de que recebesse o Espírito Santo. Logo depois, todos os presentes, segundo a sua hierarquia, impunham as mãos sobre o eleito e com isso completava-se a eleição.

   Competia ao bispo administrar os sacramentos da penitência, da ordem e da eucaristia e outorgar aos presbíteros o direito de pregar o Evangelho e de ouvir as confissões. O maioral podia absolver todos que confessassem seus pecados.

b) A Ordem do Presbiterato - A ordenação do presbítero era feita da seguinte forma: após a oração e a confissão dos pecados, o maioral e os outros presbíteros presentes impunham suas mãos. Era o maioral que conferia a Ordem do Presbiterato por imposição das mãos.

Esses presbíteros deviam ouvir as confissões dos pecadores mas não podiam absolvê-los dos **[Pg. 065]** pecados e tampouco celebrar. Podiam, contudo, ordenar um maioral, caso todos os outros maiorais estivessem mortos. c) A Ordem do Diaconato - O diácono era ordenado deste modo: após a prece e a confissão dos pecados, o maioral recitava o Pater Nosier e somente ele impunha as mãos ao ordenado, a fim de que este recebesse o Espírito Santo. Com isso terminava a cerimônia. Depois de ordenado, o diácono passava a pertencer ao estado e à condição de valdense pelos votos de pobreza, castidade e obediência. Só após a ordenação é que eram considerados Perfeitos; os demais eram os Crentes que deveriam prover à subsistência dos Perfeitos.

Ao diácono competia ajudar o maioral e os presbíteros em suas necessidades materiais. O diácono não tinha o direito de ouvir as confissões.

Os bispos, os presbíteros e os diáconos eram ordenados com a oração e com a imposição das mãos sem qualquer outra cerimônia complementar. Eram escolhidos dentre os leigos, sem distinção entre ignorantes e letrados, com a condição de provarem ter pertencido anteriormente à seita.

Os valdenses, apesar das perseguições permanentes que sofreram durante toda a Idade Média, conseguiram, como se sabe, sobreviver até os nossos tempos.

Certas concepções da seita, como o fato de não aceitarem a autoridade eclesiástica e, conseqüentemente, negarem a autoridade papal[4] antecederam heresias posteriores que se prenderam nestes aspectos da Igreja para ciiticá-los com severidade. Alguns autores chegam a ver na heresia valdense uma antecipação do desenvolvimento de idéias apresentadas por Marsílio de Pádua em seu ataque ao poder papal.[5] **[Pg.066]**

---

[4] «Tractatus de haeresi pauperum de Lugdunu Auctore Anonymo». In: MARTENE, E. & V. DURAM op. eis., v. V, p. 1779: «Haec fuit prima haeresis eorum, contemius ecclesiasticae potestatis».

[5] LAGARDE, G. La naissance de l*'esprit bique au déclin du moyen dge.* Paris, Presses Universitaires de France, 1948, 3 vols.

CAPÍTULO 4

Os pseudo-apóstolos ou apóstolos de Cristo

Esta seita surgiu em 1260 e foi fundada por Gerardo Segarelli, de Parma, queimado em 18 de junho de 1300. Ele teve como sucessor um certo Dolcino de Novara, filho ilegítimo de um padre, que conseguiu muitos adeptos e foi preso juntamente com sua companheira, Margarida. Ambos foram condenados como heréticos pela Igreja e queimados. Bernardo Guy relata sobre a heresia:

O modo deles receberem aquele que os procuram consiste em, antes de tudo, dar a devida instrução ao candidato de como vivem e da perfeição da vida apostólica. Depois disso, em certa igreja e perante algum altar, na presença de membros da seita, ele se despe de suas roupas, como sinal de renúncia a tudo que possui, para seguir com perfeição a pobreza evangélica. Também se exige que ele prometa não obedecer a nenhum mortal, mas só a Deus, como se fosse um apóstolo sujeito apenas a Cristo e a ninguém mais.

Segarelli, fundador da seita, não lhe transmitiu nenhum ensinamento doutrinal. Iletrado e místico, contentou-se em repetir algumas regras de conduta moral caras a certos meios franciscanos e também se inspirou na linguagem profética de Joaquim de Fiore.

Dolcino de Novara disse, em suas cartas, que Segarelli' era uma planta divina, um ramo da árvore da **[Pg. 067]** fé, e que fora enviado por Deus pura levar a Igreja à perfeição, à vida, à condição e à pobreza da Igreja primitiva, àquele estado em que Cristo confiara a Igreja ao santo Apóstolo Pedro.

De acordo com o testemunho de Bernardo Guy, muitos dos apóstolos de Cristo perseguidos, após o ano de 1300 e até um pouco antes, fugiram de seu país para a Espanha. O próprio Bernardo Guy escreveu, como inquisidor, uma carta à Espanha, em maio de 1316, alertando contra a heresia. Rodriguez, Arcebispo de Compostela, respondeu a Bernardo Guy confirmando a penetração da heresia em certas regiões da Espanha, e pedindo instruções ao inquisidor experiente.

Ainda segundo Bernardo Guy, um dos traços da doutrina dessa heresia manifestou-se no ataque aberto e direto ao Papado, exigindo a limitação de seu poder:

Pois nenhum papa da Igreja Romana pode absolver uma pessoa, salvo se for tão santo quanto o Apóstolo Ped, o, que vivia em completa pobreza e humildade, não fazendo guerras e nem perseguindo quem quer

que fosse, mas permitindo que todos vivessem em liberdade.

Os apóstolos de Cristo também afirmavam que após a época do Papa Silvestre a Igreja abandonara o gênero de vida dos primeiros santos, exceto o Frade Pedro de Morrone, fundador dos celestinos, que mais tarde, a 5 de julho de 1294, tornou-se o Papa Celestino V.

Desde o início usavam cabelos longos, uma túnica branca com uma pelerine da mesma cor presa no pescoço. Seus adeptos deviam percorrer o mundo descalços ou de sandálias, mendigando como os pobres, vivendo de esmolas e pregando ao povo:

Fazei penitência, pois o reino dos céus está próximo (Mt. 3.2).

Após cerca de vinte anos de existência da seita, o Papa Honório IV condenou-a com a Bula Ohm f elices recortationis de 11 de março de 1286. Em 1290, Nicolau IV enviou uma carta aos prelados da Igreja, alertando-os acerca da heresia.

Apesar de certo declínio nessa época, houve, pouco tempo depois, um ‘ressurgimento e expansão da seita **[Pg. 068]** que levou os inquisidores da Itália a procurar seus adeptos e a agir contra eles. A seita sofreu um duro golpe quando Segarelli e certo número de seus seguidores foram aprisionados; segundo o relato de Salimbene,[1] o líder foi condenado à fogueira, apesar da proteção que recebeu do Bispo Opizzo. Com o desaparecimento de Segarelli, Dolcino agrupou, sobretudo na Itália, alguns milhares de pessoas de ambos os sexos, na Toscana e nas regiões circunvizinhas.

Ele escreveu três epístolas, das quais duas foram resumidas por Bernardo Guy em sua Practica Inquisitionis. Na primeira, de agosto de 1300, afirmava que o seu grupo era uma congregação espiritual, caracterizada por um gênero de vida apostólico, com uma pobreza realmente especial, que só admitia uma obediência interna, excluindo toda ligação exterior; essa seita, declarava ele, fora escolhida e enviada para a salvação das almas, e seu líder era um enviado de Deus e fora objeto de

[1] Chronica, Ed. Holder-Egger, in: M C H, SS, t. XXXII, pp. 264-265. Salimbene não os poupou: «Revertamur iam nunc ad Ghirardinum Segalellum, qui fuit primus istorum qui se dicunt apostolos esse et non sunt sed sunt congregatio stullorum et bestialium ribaldorum qui volunt vivere de labore et sudore aliorum et ipsi nulam utilitatem conferunt his qui elemozinas sibi faciunt».

uma escolha especial. Ele recebera as revelações dos acontecimentos presentes e futuros e tinha a missão de explicar as profecias e interpretar, nestes últimos tempos, as escrituras do Velho e Novo Testamento. Todos que o perseguissem, clero secular, pessoas do povo, predicadores e menores, seriam exterminados e os sobreviventes passariam para a seita e juntar-se-iam a ele.

Distinguia, na condição de santo, quatro idades, cada uma das quais caracterizada por um gênero de vida. A primeira pertencera aos patriarcas e profetas do Velho Testamento e a outros justos até a vinda de Jesus. Neste estágio, o casamento era coisa boa e louvável, era a exigência da multiplicação do gênero humano. No fim, porém, os filhos desviaram-se da conduta honesta e espiritual de seus antepassados, e, para sanar sua inconstância, apareceu Cristo com seus Apóstolos, seus discípulos e seus imitadores. Esta fora a segunda idade dos santos e trouxera um novo gênero de vida. Eles foram o remédio perfeito para a enfermidade daqueles que os precederam; manifestaram a verdadeira **[Pg. 069]** fé pelos milagres, pela humildade, pela paciência, pela pobreza, pela castidade e por outros exemplos de vida virtuosa, contrários às tendências que haviam desviado os homens da primeira idade. Nesta segunda fase, a virgindade e a castidade eram preferíveis ao casamento, a pobreza à abundância, e era melhor viver sem nada do que possuir as riquezas terrenas. Esse período durou até os tempos do Papa Silvestre e do Imperador Constantino; já havia, então, distanciamento da perfeição das origens.

A terceira idade começou com o Papa Silvestre e na época de Constantino. Foi nesse período que os gentios começaram gradativamente a se converter à fé de Cristo. O amor a Deus e ao próximo dos recém-convertidos ainda não havia esfriado, e nestas condições foi melhor terem o Papa Silvestre e seus sucessores aceitado e possuído bens e riquezas terrestres do que praticado a pobreza apostólica; melhor para poderem manter e guardar os povos e para dominá-los a fim de conservá-los. Mas quando o amor a Deus e ao próximo dos povos começou a esfriar e eles desviaram-se das práticas de São Silvestre, o melhor gênero de vida passou a ser o de São Bento, por ser o mais severo quanto aos bens terrenos e o mais afastado do poder temporal. Nessa época, era louvável o gênero de vida dos bons clérigos, que se comportavam como monges; a quantidade de seus bens havia diminuído e o número de monges aumentado. Mais tarde, quando o amor a Deus e ao próximo dos clérigos e monges esfriou inteiramente e eles abandonaram quase que por completo a sua condição anterior, o melhor gênero de vida passou a ser o de São Francisco e o de São Domingos - mais estrito que o de São Bento e dos monges, em questão

de posses terrenas e de poder temporal.

Mas quando o amor a Deus e ao próximo dos prelados, clérigos e religiosos definhou e eles abandonaram as práticas de seus predecessores, foi preferível voltar ao gênero de vida dos Apóstolos em vez de adotar qualquer outro. Essa vida apostólica estava reservada por Deus para esses últimos tempos. Exatamente esse tipo de vida foi inaugurado por Gerardo Segarelli de Parma, grande amigo de Deus, e durará e persistirá até o fim do mundo e trará seus, frutos até o dia do juízo final. É a quarta e última idade, caracterizada por um **[Pg. 070]** gênero de vida propriamente apostólico, diferente dos de São Francisco e de São Domingos. Estes possuíam casas e carregavam as esmolas que recolhiam, mas nós, disse Dolcino, não temos casas, porém levamos o produto das esmolas; é por isso que a nossa vida constitui o remédio maior, definitivo e universal.

Mais adiante, profetizou que todos os membros das ordens e da hierarquia eclesiástica seriam exterminados dentro de pouco tempo, por um imperador e por novos reis que Deus constituiria; todos seriam mortos e desapareceriam da face da terra. Esse novo imperador seria Frederico III, Rei da Sicília, filho de Pedro, Rei de Aragão. Os beguinos e os pseudo-apóstolos depositaram suas esperanças em Frederico III (1272-1337), que estava em guerra com a Santa Sé, durante o pontificado de Bonifácio VIII. Em sua profecia, Dolcino disse que um novo papa ascenderia e seria um papa santo. Também falou de sete anjos e sete igrejas do Apocalipse: 1) o anjo de Éfeso[2] que foi o bem-aventurado Bento, sua igreja e sua ordem monacal; 2) o anjo de Pérgamo[3] foi o Papa Silvestre - os clérigos foram sua igreja; 3) o anjo de Sardo[4] foi Francisco, sua igreja, os frades menores; 4) o anjo de Laodicéia[5] foi São Domingos, sua igreja, os frades predicantes; 5) o anjo de Smirna[6] foi Gerardo de Parma, que os pecadores acima mencionados mataram; 6) o anjo de Tiatira[7] é Frei Dolcino, da Diocese de Novara; 7) o anjo de Filadélfia[8] será o mencionado santo papa, e estas últimas três igrejas são constituídas pela congregação apostólica enviada nestes últimos tempos.

---

[2] Apocalipse, 2.2.
[3] Ibid., 2.12,
[4] Ibid., 3.1.
[5] Ibid., 3.14.
[6] Ibid., 2.8.
[7] Ibid., 2.18.
[8] Ibid., 3.7.

Dolcino distinguia quatro etapas na história da Igreja. Na primeira etapa: bondade, humildade, pobreza e perseguição; foi a época de Cristo e dos Apóstolos. Na segunda: bondade, castidade, honra e riqueza; foi o tempo do Papa Silvestre. Na terceira: riqueza, avareza, fornicação, honra e soberba; período que começou há muito tempo e durava até os seus dias. A quarta etapa era parecida com a primeira: teve início com **[Pg. 071]** Segarelli que, enviado de Deus, inaugurara uma vida de perfeição evangélica.

Foi enviada uma Cruzada contra os pseudo-apóstolos, organizada por Clemente V, no ano de 1305, durante a qual muitos foram capturados e supliciados.[9]

No ano de 1307, Dolcino foi preso e encarcerado juntamente com Margarida. Após o julgamento, seus corpos mutilados e queimados. Ainda se encontravam traços de pseudo-apóstolos em Pádua, em 1350, na Sicília, em 1372, em Narbona, em 1374 e em Lübeck, em 1402.[10] **[Pg. 072]**

---

[9] No Floribus Historiarum, qui Mathei Westmonasteriensis dicuntur, em M G H, SS, t. XXVIII, p. 504, lemos uma referência de interesse para o nosso estudo: «Illo quoque anno (1306) quidam haereticus, apostata et pseudopropheta aurrexit in Venecia, nomine Dulcinus, predicans plurima contra lidem, uipote de imperio suscipiendo, de omnium morte cardinalium et pope Clementis infra hunc annum... Plurima enormia... asseruit, que, quoniam a fide discrepant orthodoxa, scribere perhorresco....»

[10] MURATORI, Rerum Italidarum Scriptores, Milão, 1723-1751, 28 vols., t. IX, parte V, p. XXXVIII; MANSI, Concilia, t. XXV, cot. 296.

CAPITULO 5

Joaquim de Flore

Da intensa vida religiosa da Idade Média desenvolveu-se por volta dos meados do século XIII, no seio da Ordem Franciscana, uma alarmante corrente de espiritualismo extremista, que se difundiu amplamente e teve grande importância também no mundo laico, pois coincidiu com a crise do pensamento unitário medieval por causa do averroísmo e com a defesa de uma concepção estatal fortemente secularizada. Essa corrente estava vinculada ao pensamento do Abade Cisterciense Joaquim de Fiore (+ 1202), da Calábria.

Joaquim era um asceta estimadíssimo, devotado à Igreja e fundador de uma congregação cisterciense reformada (Ordo Florensis). Como Gilberto de la Porrée, também foi envolvido por uma especulação estritamente pessoal no erro do triteísmo. O Quarto Concílio de Latrão, em 1215, no Can. 2, condenou o seu escrito, para nós perdido, De unitate trinitatis. Suas especulações a respeito do curso da história do mundo e da Igreja e suas profecias de caráter apocalíptico-reformista trouxeram conseqüências ainda mais fatais. Foram expostas por ele em três escritos fundamentais, Concordia Novi et Veteris Testamenti, Expositio in Apocalypsim e Psalterium decem chordarum, nos quais **[Pg. 073]** desenvolveu amplamente um fantástico simbolismo numérico e uma profunda interpretação alegórica e tipológica das Sagradas Escrituras. Seu pensamento culminava na profecia da última idade do Espírito Santo, perto de se realizar, que deveria levar a Igreja secularizada a uma reforma radical.

Joaquim não pôs a cristologia como centro de sua teologia da história, como até então se fizera, mas sim a Trindade. Segundo ele, as três pessoas em Deus corresponderiam à três épocas diversas (status) da história da salvação, contendo 42 gerações de 30 anos cada uma; de acordo com Mt. 17, a idade superior a Cristo, ou Idade do Pai, era dominada pela letra da lei e pela carne e também era chamada de a época dos desposados e dos leigos; a Idade do Filho representava um estádio intermediário entre o espírito e a carne, denominada também a época dos clérigos; enfim, a terceira e última idade, a do Espírito Santo e a dos monges, que começaria a partir de 1260, na qual o Evangelium eternum (Apoc. 14.6), isto é, uma interpretação espiritual superior (intelligentia spiritualis) dos dois Testamentos, seria pregado por uma nova ordem monástica (Ordo iustorum ou monachorum) e a corrompida Igreja da carne cederia lugar à perfeita

Igreja do espírito.

É evidente que tal especulação estava em nítida contradição com o conceito corrente da Civitas Dei in terris, e seria capaz de levar ao repúdio e à dissolução dos conceitos da Igreja temporal e da sua hierarquia. Devido às angústias da época, ela teve bastante aceitação, especialmente no ambiente rigorista dos espirituais, que representavam a corrente mais rígida na Ordem Franciscana. O Ministro Geral dos Menores João de Parna (1247-1257) também a acolheu com simpatia.

O franciscano Gerardo de Borgo San Donnino publicou, em 1254, o seu Introductorius in Evangelium eternum, no qual apontava como "evangelho eterno" justamente as obras de Joaquim, exaltava São Francisco como o novo legislador e profeta enviado por Deus e indicava os franciscanos (espirituais) como sendo a nova ordem da última idade anunciada por Joaquim. Foi desencadeada imediatamente uma feroz perseguição contra eles. **[Pg. 074]**

Em conseqüência de uma inquirição realizada por uma comissão pontifícia em Anagni, o Introductorius foi condenado por Alexandre IV em 1255, e Gerardo sentenciado à detenção perpétua num convento, sendo os escritos de Joaquim condenados num Sínodo Provincial de Arles (depois de 1263).

Não foi possível, porém, sufocar a corrente joaquimita; e a idéia de renovação da Igreja, que seria alcançada com a supressão de seu poder terreno, dominou, mesclada com idéias políticas de natureza variada, durante toda a Idade Média, a mente de muitos.

Ao lado dessa corrente, deve-se mencionar também certas manifestações de devoção exacerbada como as procissões dos flagelantes em 1260-1261, que, partindo da Perúgia, se espalharam pela Itália Central e Setentrional, chegando até à Alemanha, e obrigando as autoridades eclesiásticas a intervir.

As idéias joaquimitas influíram também na eleição de Celestino V, em 1294, considerado por muitos o "Papa Angélico".

Pouco mais tarde esse movimento foi representado pelo médico e teólogo laico Arnaldo de Vilanova, homem de confiança de Bonifácio VIII.[1]

A divisão histórica de Joaquim teve seus antecedentes no tipo de divisão histórica criada por Santo Agostinho e que serviu de base para

---

[1] PELAYO M. M. Op. cit. pp. 479-512.

interpretações místicas mais profundas durante a Idade Média. Santo Agostinho inspirou-se, antes de tudo, nos fatos estabelecidos no Evangelho de São João, berço e incubadora das grandes visões escatológicas e apocalípticas dos séculos posteriores. Segundo Santo Agostinho, temos as seguintes etapas na história da humanidade: a) de Adão ao Dilúvio; b) Abraão; c) David; d) o Exílio; e) o nascimento de Cristo; f) o momento atual; g) o dia da paz que anuncia o futuro, que não terá crepúsculo.

Um dos predecessores de Joaquim de Fiore, quanto ao tipo de divisão histórica adotado (segundo etapas), foi Escoto Erígena (810-877) que estabeleceu **[Pg. 075]** três grandes divisões, todas elas marcadas por um sacerdócio: a) o primeiro sacerdócio, o do Velho Testamento, viu a verdade através das nuvens de mistérios ininteligíveis; b) o segundo sacerdócio, o do Novo Testamento, foi iluminado por alguns raios da verdade e com alguns símbolos obscuros; c) o terceiro sacerdócio, o da vida futura, permitirá a visão de Deus sem mediação. O primeiro corresponde à lei natural, o segundo à lei da graça e o terceiro ao reino de Deus. O primeiro levantou a natureza humana corrompida; o segundo enobreceu-a pela fé, esperança e caridade; o terceiro ilumina-la-á pela contemplação. O primeiro, representado pela arca material, foi dado a um povo carnal, que só se comovia com a letra. O segundo, com os símbolos tangíveis dos sacramentos, encaminhou as almas à vida espiritual, mas elas só se realizarão plenamente no Paraíso. Assim, dissipar-se-á na luz da Igreja futura a aparência da Igreja presente.

Escoto Erígena, em sua homília sobre o primeiro capítulo de São João, não temia dizer que o Espírito Santo, quer em Jesus Cristo, quer sob uma figura humana, era o princípio da vida divina.[2] A Igreja do Novo Testamento não era, pois, mais que a imagem simbólica da Igreja eterna. E desde a sua vida terrena, os cristãos da ordem contemplativa haviam penetrado nesta Igreja superior e participado da espiritualidade da vida celestial. Segundo a afirmação de Escoto, houve uma ascensão da Igreja do Verbo à Igreja do Espírito.

A doutrina de Escoto reaparece na escola de Amaury de Chartres que dizia:

> O poder do Pai durou tanto quanto a lei mosaica, e, como está escrito, na aparição das coisas novas as velhas desaparecerão, depois da chegada de Cristo todos os sacramentos do Velho Testamento foram abolidos, e a nova lei permaneceu em vigor até

[2] COMMMENT. In: Evang. Joann. M. P. L., CXXII, p. 303.

hoje. Mas de agora em diante, os sacramentos do Novo Testamento terminaram e a era do Espírito Santo começou. O Pai está encarnado em Abraão, o Filho em Maria, o Espírito Santo encarna cada dia em cada um de nós. O Filho atuou até o presente, mas o Espírito Santo opera agora e sua obra durará até o fim do mundo.

Essa lei definitiva era, segundo ele, o Terceiro Testamento. **[Pg. 076]** Giovanni dei Gioachini, ou Joaquim de Fiore, nasceu em Celico, perto de Cosenza, na Calábria, em 1135. Seu pai pertencia à burguesia nobre do reino normando. Ao converter-se à fé fez uma viagem a Constantinopla e à Terra Santa, e ao voltar à Calábria ingressou na Ordem Cisterciense em Sambucina, em 1160. Em 1177 recebeu a dignidade abacial no Mosteiro de Corazzo. Considerado um profeta e homem santo, Joaquim encontrou-se com personalidades importantes de sua época, inclusive com Ricardo Coração-de-Leão, em Messina, durante a Terceira Cruzada (1190-1191). Mas certo dia fugiu do mosteiro e foi para Roma a fim de suplicar a Lúcio III que o tirasse do cargo, que o impedia de meditar na palavra de Deus. O papa devolveu-lhe a liberdade e Joaquim voltou à Calábria. Ermitão, retirou-se para o deserto de Pietra-lata, onde compôs a Concórdia, o Comentário sobre o Apocalipse e o Saltério de dez cordas. Em 1188, retirou-se para Sila (num planalto da Calábria), onde fundou uma comunidade de eremitas em San Giovanni de Fiore, da qual se originou a Ordem Florense. A sua regra foi aprovada em 1196 pelo Papa Celestino III. Em seus últimos dias foi levado a Tebaida de Pietralata, ao pequeno Convento de São Martinho, onde morreu em 30 de março de 1202.

O primeiro estádio religioso, na célebre divisão de Joaquim, era o período em que os homens viviam segundo a carne e que se estendia de Adão a Jesus Cristo, dando seus frutos desde Abraão até Zacarias; o segundo estádio religioso foi o período em que os homens viveram entre a carne e o espírito, tendo começado com Osias e Eliseu e chegado até a época em que Joaquim escrevia, dando seus frutos desde Zacarias até São Bernardo; o terceiro estádio era aquele no qual se viverá apenas segundo o espírito, e que começara com São Bento e duraria até a consumação dos séculos. Destes três períodos ou estádios, os dois últimos concorriam, por sua origem, com o fim da época precedente; os três correspondiam a ordens de pessoas às quais Deus se encarregara de manifestar a vida religiosa em seu mais alto grau:

1) a ordem dos esposos, isto é, dos patriarcas, e depois, dos reis; **[Pg. 077]**
2) a ordem dos clérigos, que começou com a trilha sacerdotal de Judá e de Osias, e produziu a sua maior figura em Jesus Cristo, rei e sacerdote supremo;

3) a ordem dos monges, da qual São Bento foi o primeiro. Houve algo antes dele, mas foi somente com ele que o monacato recebeu o "Espírito Santo que mostrou a sua autoridade perfeita".

Os três estádios, ou tempos, possuíam um caráter próprio em relação a muitos valores, diferenciando-se nitidamente um do outro. Como dissemos acima, Joaquim considerava a Trindade o fundamento para a especulação teológica, e são poucos os místicos medievais que seguiam esta linha de pensamento.

Os diversos valores distribuídos nos três tempos são os seguintes:

Tempo I	Tempo II	Tempo III
Conhecimento	Sabedoria	Inteligência plena
Obediência servil	Servidão filial	Liberdade
Prova	Ação	Contemplação
Temor	Fé	Amor
Idade dos escravos	Idade dos filhos	Idade dos amigos
Fulgor das estrelas	Jovens	Crianças
Velhos	Aurora	Dia
Inverno	Princípio da primavera	Verão
Urtigas	Rosas	Açucenas
Erva	Espigas	Trigo
Água	Vinho	Azeite
Septuagésima	Quadragésima	Festa da páscoa
Pai	Filho	Espírito Santo

O Evangelho eterno seria compreendido pela inteligência espiritual, misticus intellectus, a única que chegaria ao Espírito Santo, e faria, então, florescer uma Igreja completamente mística.

As interpretações da doutrina de Joaquim e de sua personalidade são muitas. Um de seus primeiros biógrafos, Luca, Arcebispo de Cosenza, disse que conhecera Joaquim na Abadia Cisterciense de Casamari, que **[Pg. 078]** sentira o fascínio de sua forte personalidade, e que passara a ser seu amanuense para poder segui-lo em suas incansáveis peregrinações. Autores modernos consideram Joaquim um seguidor de uma tradição eclesiástica oriental, como, por exemplo, o medievalista italiano Tocco. Outros julgam-no ajustado ao monacato de seu tempo, observando que era filho do espírito cisterciense, isto é, de uma reforma eclesiástica tipicamente latina.

O que se pode constatar é que Joaquim via na unidade da Igreja, tanto da Oriental como da Latina, o início da palingenesia espiritual anunciada em seus escritos. A conversão de Israel também era condição para a transformação universal, cujos sinais se encontravam na reforma cisterciense e florense.

As preocupações financeiras da Igreja na época de Celestino III e as controvérsias com Henrique VI por elas causadas, levava provavelmente aqueles que sonhavam com uma cúria menos ligada aos interesses terrenos a entusiasmar-se pelas idéias de Joaquim de Fiore.

É preciso salientar que a crítica joaquimita foi feita no seio da Igreja e em sua obediência, ao contrário da rebelião aberta dos seguidores de outras heresias, como, por exemplo, a dos valdenses. Na introdução que fez ao Tractatus super quatuor Evangelia, Buonaiuti diz: *"che sono uno degli* ultimi suoi grandi scritti, e che quindi possono considerarsi come il suo *testamento"*.[3] Nesta obra, Joaquim refere-se aos Pobres de Lyons para reprovar a sua hostilidade ao trabalho em outra parte deplora a sua indisciplina; e novamente para repudiar sua atitude perante o trabalho. O fato de ter apregoado a unidade da Igreja Grega e Latina não significa que via nisso a salvação da idéia cristã; acreditava que a salvação viria do monacato, de um monacato purificado e simplificado cujos germes já encontrava em seu próprio tempo. O novo tipo de ordem contemplativa e missionária tinha como regra a pobreza e a contemplação. A Igreja hierarquizada cederia o seu lugar para a Igreja espiritual, e Elias, o Profeta da nova verdade, que já viera, e a nova sociedade **[Pg. 079]** dos viri spiritales, regrada pela pobreza e contemplação, se afirmaria,

> *"praesente iam in mundo, ut credimus, Helya". Deus* prostrat superbiam diabo li *in voluntaria paupertate electorum 'suorum', "prior enim fuit vita contemplativa in* paradiso, quem activa in inundo et tamen ob peccatum primi hominis factum est *praecederet quod animale est, sequeretur quod spiritale"*.[4]

Enfim, o profeta calabrês iria fornecer com tais idéias os elementos para o desenvolvimento de novas heresias. Joaquim não foi esquecido e exerceu, talvez, sem desejá-lo, durante mais de um século, um patronato espiritual na história da heresia medieval. **[Pg. 080]**

---

[3] GIOACCHINO DA FIORE. Tractatus super quatuor Evangelio. Roma, Istituto Storico Italiano, 1930, pp. XXXVIII-XXXIX. 78

[4] Ibid., p. XLI.

CAPITULO 6

Os beguinos

A seita dos beguinos, ou Irmãos Pobres da Penitência da Ordem de São Francisco, aceitava a terceira regra de São Francisco.[1] A partir de 1315 já eram considerados suspeitos e eram perseguidos em Narbona, Toulouse e Catalunha, onde grande número deles foi preso e queimado.

Eles foram muito influenciados pelos escritos de Pedro João Olivi, nascido em Sérigman, perto de Béziers, por volta de 1248 ou 1249, e morto em 1298. Seus comentários sobre o Apocalipse foram lidos em latim e língua vulgar. Também se dizia ser o autor de outros tratados lidos pelos beguinos: um sobre a pobreza, outro sobre a mendicidade e um terceiro sobre as dispensas religiosas. Mas o que despertou maior preocupação por parte da Igreja foi o seu comentário ao Apocalipse.

No ano de 1319, em Avignon, oito mestres de teologia examinaram o seu comentário ao Apocalipse: muitos artigos foram considerados heréticos e outros tachados de falsos. O julgamento definitivo da obra não ficou nisso, pois o Papa João XXII reservou-se o **Pg. 081]** direito de promulgar uma sentença final ulterior em 27 de setembro de 1322.[2] A condenação solene da Postilla super Apocalypsim de Olivi foi feita em consistório, a 8 de fevereiro de 1326.

Mas além dos beguinos temos de mencionar as beguinas, cuja origem e papel na heresia medieval passaremos a tratar.

O fenômeno das beguinas (mulieres religiosae beginae, begginae), conseqüência da reforma gregoriana e da tendência à vida apostólica, foi promovido pelos pregadores ortodoxos e hereges. Sob a direção de uma mestra, levavam vida em comum, sem votos propriamente ditos, dentro de "cortes de beguinas", dedicando-se à oração, ao trabalho manual, à assistência aos enfermos, ao cuidado dos cadáveres e à educação das crianças. A corporação teria sido fundada, de acordo com uma lenda do século XV, por Santa Bega (+ 694), filha de Pepino, o Velho, ou pelo pregador penitencial Laberto, le bègue (o gago) ou le bèguin, em Liége, em 1177. Outros pensam que o nome deriva de al-bigenses, ou talvez do hábito beige (= bege, lã em seu estado natural) das mulheres.

As beguinas apareceram pela primeira vez nos ambientes da bem-aventurada Maria de Oignies (+ + 1213) em Nivelles, no Brabante Meridional, por volta do fim do século XII. Propagaram-se em Liége e em

[1] Pauperes de penitencia de Tertio Ordine Saneei Francisco.
[2] EUBEL. Bullarium Franciscanum. t. V, n.o 483, p. 233.

outras cidades da Bélgica, dos Países Baixos, da França e da Alemanha.[3] Gregório IX baixou em seu favor um breve de proteção (1233). Mas muitas beguinas deixaram-se influenciar pelas idéias panteístico-quietistas dos Irmãos do Livre Espírito e tornaram-se suspeitas da Inquisição, de sorte que a associação toda foi desacreditada e o Concilio de Viena de 1311 ordenou a sua supressão. Contudo, João XXII ainda permitiu que as beguinas ortodoxas levassem vida em comum e exercessem sua atividade caritativa. Alguns conventos de beguinas uniram-se à Ordem Terceira de São Francisco ou de São Domingos. **[Pg. 082]**

Os begardos (beguines, begines), associação masculina paralela à das beguinas, surgiram por volta de 1220 nos Países Baixos. Atuavam na assistência aos, enfermos e no sepultamento dos mortos, e difundiram-se tão extensamente quanto as beguinas. Bem cedo se desviaram de suas tendências iniciais e se tornaram suspeitos de heresia, de modo que desapareceram antes do século XVI.

No comentário ao Apocalipse, Pedro João Olivi combinou os devaneios apocalípticos de Joaquim de Fiore com as elocubrações do Frade Menor Gerardo de Borgo San Donnino, expressas em 1254, em seu famoso opúsculo, acima citado. O sucesso de Pedro João Olivi entre os beguinos e os espirituais franciscanos deveu-se ao fato de ter escrito uma síntese bem ordenada das teorias aceitas por eles. Segundo Gebhart,[4] Pedro João Olivi foi moderadamente criticado por vários ministros gerais da Ordem: por Gerônimo de Ascoli, futuro Papa Nicolau IV, por Bonagracia de Bérgamo, em Strasburgo e depois em Avignon, por Arlotto de Prato, em Paris, onde teve de explicar-se outra vez, em 1292, perante o Capítulo Geral presidido por Raimundo Gaufridi. Mas Olivi veio a falecer tranqüilamente em Narbona, depois de uma edificante profissão de fé católica e um ato de submissão ao Papa Bonifácio VIII. Durante alguns anos, o aniversário de sua morte foi celebrado com grande devoção pelo clero e pelo povo da Provença. Mais tarde, durante o pontificado de João XXII, os monges que se obstinavam em ler seus escritos foram maltratados e perseguidos.

---

[3] MATHEUS DE PARIS. Chronica Maiora. In: M G H, SS, t. XXVIII, p. 234, faz um relato sobre as beguinas na Alemanha: «De Beguanorum multiplicatione. Eis denique temporibus quidam in Alemannia precipue, se asserentes religiosos, in utroque sexu sei maxine in muliebri habitum religionos set levem susceperunt continentiam et vite simplicitatem Privato voto pro/itentes... »

[4] GEBHART, Emílio. La Italia mistica. Buenos Aires, Ed. Nueva, 1943, p. 172.

Acusado formalmente de heresia, seu cadáver foi desenterrado e queimado.[5] Os beguinos e os espirituais adoravam-no como a um santo.

Pedro João Olivi escreveu, além dos dois tratados De Paupere usu e De Perfectione evangelica, que desapareceram, comentários sobre o Gênese, os Salmos, os Provérbios, o Cântico dos Cânticos, os Evangelhos e o Apocalipse, um tratado sobre a autoridade do papa e do concílio e uma exposição da Regra de São Francisco, cujo manuscrito possuímos e que foi publicado **[Pg. 083]** recentemente com comentários eruditos do estudioso franciscano David Flood.

Seus pontos de vista, resumidos por Angelo Clareno na Historia Septem Tribulationum Ordinis Minorum, são claros: não concedia a seus irmãos mais que o consumo de alimentos necessários para a vida de cada dia e o uso de objetos, breviários ou vestimentas sagradas que servem para o ofício divino. Proibia-os de receber donativos pelas sepulturas outorgadas em igrejas de frades menores ou qualquer outra doação. Segundo seus censores e apologistas, a idéia mais profunda de sua doutrina era claramente de influência joaquimita. Proclamava um estado futuro da Igreja, mais perfeito que o anterior, do qual São Francisco era o precursor, e cujo advento seria apressado pelas reformas monacais.

Nicholas Eymeric, arrolou as heresias contidas nas obras de Pedro João Olivi em seu Directorium inquisitorum

A Regra de São Francisco é verdadeiramente a lei evangélica. A lei dos franciscanos é reprovada pela Igreja carnal, como o era a lei dos cristãos pela sinagoga. Para merecer a sua destruição, é necessário que a Igreja carnal condene a Regra de São Francisco. A lei evangélica de São Francisco está destinada a prosperar mais entre gregos, judeus, sarracenos e tártaros do que na igreja carnal dos latinos. Esta Igreja, que se diz universal, católica e militante não é mais que a Babilônia impura, a grande pervertida, a prostituta magna, cuja simonia, cujo orgulho e cujos vícios todos precipitam para o inferno. Corresponde aos pregadores do estado de perfeição muito mais do que correspondia aos Apóstolos abrir as portas espirituais da sabedoria cristã.

Frei Ângelo Clareno foi perseguido e condenado à prisão perpétua, mas foi posto em liberdade, em 1289, pelo Ministro Geral Raimundo Gaufridi. Embora tivesse sob o pontificado de Celestino V um breve

---

[5] EHRLE, F. Archio fur Literatur und Kirchengeschichte. t. II, 1886, p. 293, e t. II, 1887, p. 443.

repouso, foi obrigado, logo depois, a refugiar-se em uma ilha do Adriático ou nas ermidas da Campânia e do Reino de Nápoles a fim de escapar de Bonifácio VIII, vindo a falecer em 1337. Em 1317, escreveu ao Papa João XXII uma ampla epístola apologética para defender a ortodoxia de seus frades adeptos; na mesma época, de Avignon e depois dos arredores de Roma, escreveu cartas aos espirituais espalhados por toda a Itália para encorajá-los em sua fé. São preciosos os testemunhos **[Pg. 084]** de Angelo Clareno para o estudo da questão dos espirituais na Ordem Franciscana.

Apesar da Igreja ter-se mostrado mais indulgente com a memória de Pedro João Olivi, depois de acalmada a oposição dos fraticelli, e apesar de Sixto IV, papa franciscano, ter permitido a leitura de seus livros, sabemos a que excessos se entregaram os conventuais, que aceitaram a remodelação da Regra Franciscana, contra os discípulos diretos de Olivi. Conforme o livro das tribulações de Clareno, um destes discípulos, Pôncio de Buontugato, que se recusou a entregar os escritos de seu mestre, foi encarcerado e esperou pela morte com "alma jubilosa e ardente de amor". Tomás de Casteldemilio teve a mesma sorte. Outros que, como Pedro de Macerata, estavam condenados, foram libertados a tempo pelo Ministro Geral Raimundo Gaufridi, e pediram para serem enviados às missões do Oriente, certos de que encontrariam entre os sarracenos a misericórdia e a liberdade que já não esperavam de seus irmãos da Ordem. Assim, entre os religiosos da Itália, que pretendiam viver em pobreza absoluta, e os outros da família franciscana, menos exigentes, mais razoáveis e satisfeitos, a Ordem acabou elegendo o caminho menos espinhoso para a salvação.

Grande número de membros da Ordem Terceira, que procurava escapar das obrigações de sua vida social e buscava no seio das cidades populosas a paz e o egoísmo do claustro, aderiu a esse desprendimento de tudo, que não é muito simples. O papa franciscano Nicolau IV renovou, em 1289, com a Bula Supra Montem, a constituição dos terciários, ou dos Irmãos da Penitência, cuja primeira Regra surgiu cinco ou seis anos após a morte de São Francisco.

Em 1290, com a Bula Unigenitus, confirmava aos visitadores da Ordem a vigilância dos afiliados que, subtraídos à fiscalização de seus bispos, formavam uma espécie de instituição religiosa. Em cada comuna, parte considerável da burguesia dependia, em virtude desta Regra, dos ministros dos menores e, por conseguinte, da Santa Sé. Em 1291, a Bula Ad Audientiam, de Nicolau IV, dirigida ao Bispo de Florença, informa-nos sobre a crise que ocorreu entre os terciários: aqueles que se rebelaram contra a constituição da Bula Supra **[Pg. 085]**

Montem uniram-se em torno do bispo e receberam como recompensa por seu apego à velha disciplina os privilégios, os breviários, os móveis e os bens da antiga confraria. O papa levou então à Santa Sé a defesa dos mais dóceis, que aos olhos do bispo e do clero paroquial de Florença eram verdadeiros apóstatas. Esta resistência do episcopado italiano às reformas de Nicolau IV foi um dos numerosos incidentes da luta da Igreja secular contra as ordens mendicantes. Mas no curso desta crise nota-se um conflito menos grave entre a sociedade civil e os Irmãos da Penitência. As relações entre o Estado e esta vasta comunidade eram difíceis. Desde suas origens, os terciários subtraíram-se ao serviço militar, ao dever feudal de exercer cargos públicos. Os papas estavam constantemente ocupados em liberá-los das exigências da lei comunal. Gregório IX determinou os casos estritos nos quais poderiam prestar juramento na justiça e concorrer aos compromissos solenes de suas cidades. Nicolau IV confirmou "por indulgência da sede apostólica" as exceções à regra geral da abstenção civil. Renovou, ademais, o privilégio dado aos terciários de dispor de seus bens em favor dos pobres ou da Igreja, com exceção de suas famílias ou do Estado, aos quais esses cristãos extremistas recusavam o pão e o imposto em nome da pobreza evangélica.[6]

Os beguinos viviam nas cidades e nos burgos em pequenas "casas da pobreza". Em dias festivos e nos domingos, os beguinos que viviam em comunidade reuniam-se com seus familiares ou amigos. Liam juntos opúsculos ligados à sua doutrina que tratavam dos mandamentos, dos artigos da fé e das lendas de santos. Alguns deles mendigavam de porta em porta a fim de cumprir o voto de pobreza evangélica; outros trabalhavam e ganhavam, mas levavam sempre uma vida paupérrima.

Os beguinos sustentavam que Jesus e seus Apóstolos, em sua vida mortal, não haviam possuído nada, quer em particular, quer em comum, pois nesse mundo eram pobres perfeitos. Afirmavam também que a Regra de São Francisco era a mesma regra que Jesus Cristo **[Pg. 086]** observara nesse mundo e legara aos seus apóstolos. Aquilo que São Francisco dissera aos seus irmãos quanto à pobreza evangélica deveria ser interpretado deste

---

[6] GEBHART, Emilio. Op. cit. Baseia-se em K. MULLER, Die Anfänge dês Minoriten-Ordens únd der Bussbrüderschaften, Freiburg Br., 1885, Cap. III.

modo: os que professam a Regra não poderiam possuir nada quer em particular, quer em comum, mas ter apenas o necessário à vida, adotando somente o uso "pobre" [7] que frisa a indigência e proscreve todo supérfluo.

Para eles, São Francisco fora, após Jesus e os Apóstolos, o principal e o maior observador da vida e da regra evangélica; fora, também, o renovador nesta sexta idade da Igreja, que era a sua época. Afirmavam que a Regra era o mesmo que o Evangelho de Cristo, e quem a combatesse opor-se-ia ao Evangelho e, portanto, não passaria de um herético. Assim como o papa ou qualquer outra pessoa não poderiam modificar o Evangelho, ninguém poderia alterar a Regra de São Francisco e nem adicionar ou suprimir algo em seu texto. Portanto, o papa não teria o direito de anular a Regra evangélica de São Francisco pois ela era a ordem evangélica. Isso também era válido para a Regra dos terciários de São Francisco. E seguindo o mesmo raciocínio, os beguinos afirmavam que um papa ou um concilio geral não poderiam anular ou contradizer as aprovações, decisões ou ordenações confirmadas por seus antecessores; deste modo, as duas Regras de São Francisco, confirmadas pelos pontífices romanos, bem como todas as regras, não poderiam ser anuladas por nenhum papa e nem mesmo por qualquer concilio geral. Caso isso ocorresse, ninguém deveria obedecer, mesmo sob pena de excomunhão.

O papa não poderia dispensar uma pessoa dos votos feitos à Regra de São Francisco, isto é, à castidade, à pobreza e à obediência, e mormente do voto de pobreza feito a Deus, quando este voto foi simples e não solene. A pessoa que fizesse um voto de pobreza teria de observá-lo o resto de sua vida, pois a dispensa implicaria em descer de um grau de virtude e de perfeição mais elevado para um grau baixo e inferior; neste caso, o papa só poderia usar o seu poder para construir e não para destruir. O papa não teria o direito de editar uma bula ou decretal que permitissem ou **[Pg. 087]** concedessem aos frades menores a prerrogativa de conservarem, com previsão do futuro, nos silos e celeiros, o grão e o vinho para o seu uso e alimentação, pois isto seria contrário à Regra evangélica de São Francisco e, conseqüentemente, ao Evangelho de Cristo.

Nicolau III aprovou pela Bula Exiit qui seminal a abdicação à toda propriedade:

O Cristo, dizia, traçou a via da perfeição, ensinou-a oralmente e pô-la em prática.

Os imóveis adquiridos pelos menores ou recebidos por doação, bem

---

[7] Pedro João Olivi compôs, em 1279, um tratado sobre o usus pauper publicado por F. EHRLE, op. cit., t. IU, 1887, pp. 507-517.

como seus objetos móveis eram bens da Santa Sé. Clemente V, no Concílio de Viena, confirmou a decisão de seu precursor pela Bula Exivi de Paradiso. O Papa João XXII, pela Bula Quorundam,[8] permitiu que os frades menores, e segundo o arbítrio dos superiores da Ordem, mantivessem reservas de grãos e vinho, colocando-se, de acordo com os espirituais franciscanos, em oposição à pobreza evangélica e portanto ao Evangelho de Cristo. Para eles, o papa caíra em heresia, e enquanto perseverasse em sua posição perderia o poder papal de ligar e dissolver, bem como os outros poderes. Também os frades menores, cuja instância provocara tal constituição ou bula, e que a aprovaram, a aceitaram e a usaram, foram declarados heréticos.[9] O papa não teria o direito de dispensar contrariamente à Regra de São Francisco no que concerne ao tamanho e à qualidade do hábito dos frades menores, no qual todo supérfluo deveria ser eliminado; não se deveria segui-lo nisto, bem como em tudo que fosse oposto à Regra. Mesmo os prelados que tivessem saído da Ordem de São Francisco deveriam continuar mantendo a perfeição evangélica, de acordo com o que **[Pg. 088]** era imposto pela Regra.[10] Em 1318, quatro heréticos foram condenados em Marselha pelo Inquisidor Michel Lemoine, também franciscano, designado por João XXII para perseguir os espirituais. Segundo os beguinos, eles foram queimados por

---

[8] 7 de outubro de 1317. EUBEL, op. cit., t. V, pp. 128-130. Na Bula Quorundam há referência à vestimenta dos frades: era proibido aos frades os hábitos curtos, estreitos e remendados, do tipo que os espirituais usavam. DENIFLE e CHATELAIN, em Chartularium Universitates Parisienses, t. II, nº 760, p. 215, publicaram uma consulta de treze teólogos relativa às objeções formuladas pelos espirituais contra a Bula Quorundam.

[9] Trata-se dos conventuais da Ordem Franciscana. Foi por instigação do Ministro Geral Michel de Cesena e dos chefes dos conventuais que João XXII interviu no litígio que dividiu depois durante muito tempo a Ordem dos Menores em duas facções inimigas. Desde 1316 ele pediu insistentemente que se pusesse fim às extravagâncias dos espirituais nos conventos de Narbona e de Béziers, dizendo que adotavam costumes estranhos, praticavam um ascetismo rigoroso e expulsavam os conventuais que lá moravam, declarando-se independentes de seus superiores.

[10] A Santa Sé considerava, de fato, os cardeais e os bispos que tivessem saído da Ordem dos Menores desligados do voto de pobreza, pois dava-lhes numerosos benefícios e autorizava o seu direito de possuí-los. João XXII orientou o Espiritual Ubertino de Casale para entrar no Mosteiro Beneditino de Saint Pierre, em Gembloux, apesar dos estatutos e costumes da Ordem Franciscana, a fim de acabar com as discussões que o líder suscitava entre os irmãos pela publicação de seu livro Arbor Vitae. Bula de 1 de outubro de 1317, in EUBEL, op. cit., t. V, p. 127. Isto demonstra que a mudança de ordem de um frade franciscano não o desligava do voto de pobreza.

julgarem que era seu dever manter a pureza, a verdade e a pobreza da Regra de São Francisco, por não terem aceito o abrandamento desta Regra e a dispensa concedida pelo papa neste ponto e, por conseguinte, negarem-se à obediência papal; no entender dos espirituais, foram condenados injustamente pela sua defesa da Regra evangélica. Portanto, não eram heréticos, mas católicos e mártires gloriosos, "e por isso imploramos por eles orações a Deus". Para muitos beguinos, Cristo fora novamente crucificado nas pessoas dos quatro frades menores, como que sobre os quatro braços da cruz; neles, a pobreza de Cristo e a sua vida foram condenadas. Pensavam que se o papa ordenara e aprovara a condenação feita por seu inquisidor, ele próprio é que era o maior herético de todos, pois, como chefe da Igreja, deveria ter assumido a defesa da perfeição evangélica. Concluíam que ele perdera, deste modo, o poder pontifical e que não era mais papa entre os fiéis, não lhe devendo estes obediência; a sede, neste caso, deveria ser considerada vacante.

Certo número de beguinos foram condenados, após 1318,[11] como heréticos pelos prelados e inquisidores na Província de Narbona, em Narbona, Capestang, Béziers, Lodève, na Diocese de Agde, em Lunel. Os quatro frades menores queimados em Marselha, como santos mártires, foram vítimas desta onda perseguidora. **[Pg. 089]** Chamavam-se João Barrou (Barravi), Deodato Michel, Guilherme Sancton (Sanctonis), Pons Roche (Rocha), conforme consta na sentença formulada pelo Inquisidor Michel Lemoine.[12] Eles consideravam o ensinamento de Pedro João Olivi a verdadeira doutrina católica, e a Igreja camal, isto é, a Igreja Romana, a Babilônia, a grande prostituta que seria destruída e demolida, sicut olim destructa fuit synagoga Judeorum, incipiente ecclesia primitiva.

Para eles, os prelados e religiosos que usassem roupagens supérfluas e ricas agiam contrariamente à perfeição evangélica e aos preceitos de Cristo, mas em favor do Anticristo; esses e os clérigos que ostentassem pompa eram considerados da família do Anticristo.

---

[11] ANGELO CLARENO, em sua Historia Septem Tribulationum Ordinis Minorum, in F. EHRLE, op. cit., t. II, 1886, pp. 142-147, narra as perseguições injustas aos beguinos feitas pelos prelados e inquisidores após 1318 em muitas localidades da Província de Narbona, em Narbona, Capestang, Béziers, Lodève, na Diocese de Agde, em Lunel e Marselha, e na Catalunha. Quatro foram condenados e queimados em Marselha a 7 de maio de 1318, como já dissemos acima, além de outros condenados a diversas penas.

[12] EUBEL, op. cit., t. V, p. 133.

Outro aspecto da doutrina dos beguinos era que aceitavam a afirmação de Pedro João Olivi de que Cristo vivia quando foi crucificado e que a sua alma residia realmente em seu corpo. O Concílio de Viena (6 de maio de 1312) decretou, contrariamente a Pedro João Olivi, o seguinte acerca da morte de Jesus:

Nós declaramos que o dito Apóstolo e Evangelista João apresentou os fatos com exatidão quando disse que Cristo já estava morto no momento em que um dos soldados abriu o seu lado com um golpe de lança.[13]

Eles consideravam Pedro João Olivi como sendo o anjo do Apocalipse, Cap. 10, de modo espiritual, e diziam que a sua face era como o sol e que tinha um livro aberto em sua mão. Entre todos os doutores, foi para ele que a verdade de Cristo e o entendimento do Livro do Apocalipse se manifestaram. Se o papa condenou a doutrina e os escritos do Frade Pedro João Olivi, ele deveria ser considerado herético, pois rejeitara a vida e a doutrina de Cristo.[14] Conseqüentemente, os beguinos declararam que mesmo sendo excomungados não se considerariam como tal e não obedeceriam. **[Pg. 090]**

Diziam que no fim da sexta idade da Igreja, na qual estavam e que começara com São Francisco, a Igreja carnal, a Babilônia, a grande prostituta, seria rejeitada por Cristo, como o fora outrora a sinagoga dos judeus. E se estes crucificaram Cristo, a Igreja carnal crucificava e perseguia a vida de Cristo nas pessoas daqueles que se denominavam Pobres Espirituais da Ordem de São Francisco (quo vocant pauperes et spirituales ordinis sancti Francisci). Do mesmo modo que, após rejeitar a sinagoga dos judeus, Cristo escolhera um pequeno número de homens que, na primeira idade da Igreja, fundaram a Igreja primitiva, assim, após a rejeição e a destruição da Igreja Romana carnal, na sexta idade da Igreja, haveria um pequeno número de eleitos, espirituais, pobres evangélicos, cuja maioria pertenceria às duas Ordens de São Francisco, à Primeira e à Terceira. Por seu intermédio é que seria estabelecida a Igreja espiritual, que seria humilde e boa, na sétima e última idade da Igreja, a qual se iniciaria com a morte do Anticristo. Todas as ordens religiosas seriam destruídas pelas perseguições do Anticristo, com a exceção da Ordem de São Francisco.

---

[13] Ibid., t. V, p. 86.

[14] Logo depois de um inquérito feito pelo Ministro Geral dos Menores, o Capítulo, reunido em Marselha em 1319, autorizou a cóndenação dos escritos de Pedro João Olivi como heréticos. e Petrus Johannes Olivi, sein Leben und seine Schrifted», in F. EHRLE, op. cit., t. III, 1887, p. 451.

Os beguinos distinguiam três partes na Ordem: a primeira constituía o que chamavam de a massa da Ordem; a segunda compreendia os fraticelli da Itália, espirituais que haviam formado comunidades independentes na Ordem dos Frades Menores e sob a cobertura dos privilégios concedidos, em 1294, por Celestino V, mas revogados por Bonifácio VIII, e que moravam, em geral, na Itália Meridional; a terceira compunha-se dos irmãos chamados espirituais, que observavam, em sua pureza, a acepção da Regra de São Francisco, bem como os irmãos da Terceira Ordem que aderiam às suas doutrinas. Segundo os beguinos, os dois primeiros grupos seriam destruídos e o terceiro duraria até o fim do mundo; para eles, esta era a promessa feita por Deus a São Francisco.

O Espírito Santo seria distribuído com liberalidade sobre os eleitos espirituais e evangélicos, como fora, no dia de Pentecostes, sobre os Apóstolos, discípulos de Cristo, na Igreja primitiva. Eles ensinavam que haveria dois Anticristos: um espiritual ou simbólico e outro verdadeiro e principal. O primeiro iria preparar o caminho do segundo. Ele era o papa, isto é, o Papa João **[Pg. 091]** XXII, sob cujo pontificado ocorreriam as suas próprias perseguições e condenações. A época da vinda do grande Anticristo, do início de sua pregação até a sua morte, terminaria, segundo uns, em 1325, de acordo com outros, em 1330, e ainda outros, no máximo em 1335. Os espirituais que eram chamados evangélicos estabeleceriam a nova Igreja, pregariam às doze tribos de Israel e converteriam doze mil homens de cada tribo, ou seja, 144 mil homens; esta seria a milícia marcada pelo anjo que levava o signo do Deus vivo, isto é, São Francisco que portava os estigmas de Cristo. Ela combateria o Anticristo e matá-lo-ia antes da vinda de Elias e Enoque (figuras do pensamento apocalíptico joaquimita). Haveria uma sucessão de grandes guerras e muita carnificina de povos cristãos; um número considerável de seres humanos tombaria durante estas guerras. De acordo com a revelação feita a Pedro João Olivi, em Narbona, após a destruição da Igreja carnal viriam os sarracenos e ocupariam a terra dos cristãos.

Depois da destruição restariam doze homens espirituais que converteriam o mundo à verdadeira fé de Cristo: todos seriam bons e misericordiosos, não mais seriam maliciosos, mas sem pecado; todos os bens seriam de uso comum (et omnia erunt communia quoad usum) ; ninguém ofenderia o próximo ou levá-lo-ia ao pecado, e a caridade reinaria entre os homens, havendo um rebanho e um pastor. Conforme alguns, este estado duraria cem anos; depois a caridade diminuiria, a malícia introduzir-se-ia aos poucos entre os homens e chegaria a excessos tais que Cristo

forçosamente viria para o julgamento final.

As invectivas contra o papa foram violentas na crítica que os beguinos desenvolveram contra a Igreja: símbolo do Anticristo, precursor e aprestador de seu caminho, chamavam-no de lobo rapace que deveria ser evitado pelos fiéis; de profeta tortuoso e cego, sumo-sacerdote Caifás, que condenara Cristo; de javali da floresta, besta feroz que destrói o muro da Igreja de Deus para deixá-la exposta aos cães e porcos, isto é, aos que pisoteiam a perfeição da vida evangélica; de o pior herético que já houve, que levou a Igreja de Deus a, ser uma sinagoga do diabo.

A perseguição contra os beguinos foi iniciada com a publicação da Bula Sancta Romana, em 30 de dezembro **[Pg. 092]** de 1317. A Inquisição começou a atuar contra eles na Província de Narbona, em 1318, em Toulouse e em Pamiers, em 1322, quando João XXII ordenou, a 26 de fevereiro desse ano, ao bispo de Pamiers que investigasse os beguinos. O próprio Bernardo Guy, que descreve os beguinos, agiu contra eles em 1322 e 1323, como relata em seu Liber Sententiarum.[15] De acordo com Wadding[16] os inquisidores franciscanos condenaram, em 1323, 114 à fogueira. M. Tanon, em sua Histoire de tribunaux de Inquisition, afirma que conhecemos apenas uma pequena parte das execuções que ocorreram. Mosheim, em sua obra De Begardis et Beguinabus commentarius, menciona, em um julgamento da Inquisição de Carcassonne, uma lista de 113 supliciados, a partir de 1318. **[Pg. 093]**

---

[15] LIMBORCH, Ph. Historia Inquisitionis. Amsterdan, Ed. Henrirumn Wetstenium, 1692, pp. 393-394.

[16] WADDING, L. Annales Minorum. Roma, t. VI, 1730, nº 44, ano 1317, p. 296.

CAPITULO VII

Conclusões

Vimos na Introdução a esse trabalho que as heresias dos séculos XII e XIII tinham uma profunda base popular decorrente de um processo que vinha alterando paulatinamente as bases tradicionalistas mais estáveis da sociedade medieval, configurando-a com novos elementos antes inexistentes.

Apontamos o crescimento demográfico, o impulso mercantil renovado, a aglomeração na urbe, com sua nova divisão social, como fatores que atuaram para semelhante transformação.

Por outro lado, sob o ângulo das idéias, vimos o impacto sofrido pela camada ilustrada, causado pela introdução do pensamento aristotélico e sua interpretação arábico-judia no mundo latino, que forneceu alguns elementos teóricos para a formulação da heresia.

Com essa expansão social e os novos elementos naturais, ocorre o crescimento do individualismo religioso, típico dos séculos XII e XIII. A religiosidade desta época foge aos padrões oficiais porque tudo leva à busca de novas interpretações. Não foi por acaso que, neste período histórico, surgiram as novas ordens religiosas, com personalidades como as de São Francisco **[Pg. 094]** de Assis e São Domingos. Pois atrás de tudo isso podemos verificar o profundo abismo que começou a se formar, separando a religião oficial, ditada por seus representantes, e a religiosidade popular, emanada de novas circunstâncias.

A Igreja dessa época foi incapaz de enfrentar a crescente onda de anticlericalismo, característica desta nova religiosidade que parecia ansiar por uma religião mais humana, mais próxima do sentimento popular. Podemos ver um traço de humanização, inspirado num cristianismo popular, até no repentino despertar da adoração pela Virgem dessa época.

Dominada por canonistas e administradores de talento, a Igreja desse tempo preocupava-se com a criação de um importante e complexo corpo político, jurídico e financeiro, que implicava realizar acordos, assumir compromissos e fazer concessões a reis e imperadores limitando, portanto, a sua capacidade de enfrentar as novas exigências religiosas. Mesmo Inocêncio III, ou Gregório IX, que se aproximaram do novo espírito de religiosidade, estavam demasiado ocupados com o mundo legalista, político e diplomático do corpo eclesiástico para dedicarem parte de seu tempo à compreensão do novo fenômeno. Não é que o papado tivesse abandonado os ideais da reforma gregoriana, mas preocupava-se outrossim

com o aspecto mais palpável dessa reforma: a fortificação e a independência da Igreja e do poder laico. Também a ordem monástica perdera em boa parte a austeridade que caracterizara a sua conduta no passado é era desprestigiada por freqüentes escândalos e por sua vida clerical.

Daí a aspiração das heresias, em oposição a uma Igreja mundana, a um futuro no qual reinasse uma Igreja espiritual, desvinculada de todo bem terreno e, ao seu ver, a verdadeira Igreja de Cristo e seus Apóstolos. Tratava-se do ideal de uma Igreja Santa, com um sacerdócio purificado, vivendo em pobreza evangélica.

Podemos concluir que o Evangelho Eterno, a última idade da Igreja e tudo que é prenunciado no Apocalipse fazia parte da visão herética e era comum à maioria das heresias do período. A pobreza evangélica, a volta à simplicidade do cristianismo primitivo também foram idéias centrais e marcantes destas heresias, desde **[Pg. 095]** os valdenses até os beguinos, a ponto de serem declaradas heréticas pelo papado do século XIV. Poderíamos julgar o pronunciamento de Pascoal II (1099-1116), ardoroso partidário da reforma gregoriana, ao encerrar a controvérsia das investiduras, abandonando a riqueza e o poder da Igreja germânica ao rei germano, como precursor da doutrina da pobreza apostólica da Igreja. Leigos devotos também não deixavam de criticar em termos severos o papado e o sacerdócio, sem estarem filiados à heresia. Eis como se expressou um homem como Walter von den Vogelweide:[1]

> St. Peter chair is f illed to-day as well
> As when *'twas fouled by Gerbert's sorcery;*
> For he consigned himself alone hell,
> While this pope thither drags all Christentie.
> Why are the chastisements of Heaven delayed?
>
> How long wilt thou in slumber lie, O Lord?
> Thy work is hindered and Thy word ganisaid,
> Thy treasurer steals the wealth that Thou hast stored
> Thy ministers rob here and murder there.
> An o*'er Thy sheep a wolf has shepherd's care.*

[1] Extraído de The Medieval World, 300-1300, Ed. Norman F. Cantor, N. York, Columbia University, 1963, p. 261.

No fundo, a heresia reformulou a missão espiritual da Igreja, após muitos séculos de esforços de seus representantes para fortificarem a concepção de que todo poder emanaria dela. Essa volta completa a uma religião puramente espiritual foi, talvez, a maior contribuição do pensamento herético nos séculos XII e XIII. Porém, sua idéia central, que era a sua força, continha, ao mesmo tempo, a sua debilidade. A aspiração de transformar o corpo místico de Cristo em uma verdadeira Igreja espiritual não se ajustava ao seu tempo (é sintomático o fato de ter transferido a realização de suas concepções para um futuro distante, freqüentemente envolto em mistérios apocalípticos). Quando o Papa eremita Celestino V foi eleito e esperava-se que conseguisse adiantar-se à sua época, realizando parte das aspirações dos espirituais, ele viu-se dominado por seus conselheiros, aturdido pelo aparato material da Igreja, massacrado por uma função que não era mais de santos e puros. As chaves de São Pedro eram demasiado pesadas para o papa eremita, que acabou **[Pg. 096]** agindo como uma figura estranha e pequena, perdida na imensidão do palácio papal. A realidade vencera esse tipo de cristianismo ingenuo e puro, e a história da Igreja parecia irreversível. Quem poderia, então, construir a Cidade Celestial, a ambicionada Civitas Dei agostiniana? **[Pg. 097]**

SEGUNDA PARTE:

ELEMENTOS DO DOSSIÊ E OUTROS PROBLEMAS

O estado atual da questão e uma avaliação bibliográfica sobre o tema das heresias medievais

[Pg. 098]

As heresias medievais mereceram a atenção de estudiosos do século passado e algumas de suas obras que trataram do assunto, ainda que de modo geral, continuam sendo clássicos que devem ser constantemente consultados. Entre eles destacam-se várias obras como a Histoire du panthéisme populaire de Auguste Jundt, publicada em 1875, que desenvolve boa parte de seu trabalho numa linha filosófica que vai do neoplatonismo e sua influência na Idade Média até o misticismo de Mestre Ekhart. Em 1890 foi publicado outro trabalho que serviu para algumas gerações de estudiosos, de autoria de Ignaz von Dóllinger, sob o título de Beitrüge zur Sektengeschichte des Mittelalters, que tem anexo ao segundo volume uma coletânea importante de documentos e textos. Poucos anos antes, Felice Tocco também fazia um trabalho pioneiro publicando o seu *L'eresia nel Medio Evo. Tocco* dedicou atenção aos espirituais franciscanos e procurou dar ênfase às causas sociais da heresia medieval; foi um ponto de partida para despertar o estudo sobre os espirituais.

É claro que muito antes desses historiadores do século passado o interesse pelo estudo das heresias medievais já haviam encontrado seus escritores, e muitas obras de conjunto que trataram da história da Igreja forneceram elementos inestimáveis para aqueles que mais tarde se dedicariam ao estudo específico das heresias. Referimo-nos, em especial, às obras monumentais que trataram da história eclesiástica como a de Cesar Baronius com seus Annales Ecclesiastici ou a do menos conhecido Louis Ellies Du-Pin que, em 1696, escreveu a importante Histoire des Controverses et des matières ecclesiastiques traitées dans le douxième siècle, **[Pg. 099]** ou ainda a de Cottfried Arnold com a sua Unpartheys che Kirchen-und-Ketzer-Historien vom Anfang des Neuen Testaments bis auf das Jahr Christi 1688. Entre estas destacou-se durante muito tempo a obra de Jean Basnage, Histoire de la religion des Églises reformées depuis Jesus-*Christ jusqu'à présent,* editada em 1725. Lorenz von Mosheim, que publicou vários estudos sobre as heresias medievais, fez uma contribuição substancial com o seu Versuch einer unpartheyschen und grüundlichen Ketzergeschichte, editado em 1739. Muitas outras poderiam ser lembradas, mas as acima mencionadas são suficientes para ilustrar a historiografia que se acumulou com o tempo, mesmo sem levarmos em consideração o fato de que os manuais dos inquisidores representam por vezes uma espécie de

história incipiente das heresias tratadas em nosso estudo.

Entre os estudiosos contemporâneos acentuou-se cada vez mais a tendência de elaborar investigações mais específicas ou de pesquisar de um modo particular certa heresia, o que possibilitou a publicação de monografias eruditas e muitas vezes realmente esclarecedoras. Nesse aspecto é impossível enumerarmos os trabalhos de alto valor científico que foram publicados nas últimas décadas, pois tal levantamento bibliográfico ultrapassaria inteiramente a intenção de nosso modesto estudo, que é a de fornecer ao leitor uma síntese e uma orientação inicial. É importante, porém, mencionarmos alguns trabalhos que expressam algumas das tendências modernas na historiografia ligada às heresias dos séculos XII e XIII, e que se salientam como estudos de conjunto ou sínteses e que não deixaram de aprofundar o nosso conhecimento histórico. A seleção de autores não obedeceu a um critério rígido, pois estaríamos cometendo uma injustiça caso não reconhecêssemos o valor dos estudiosos não citados, cujos trabalhos são recomendáveis aos interessados nos temas relacionados às heresias medievais.

Devemos lembrar a monumental History of the Inquisition in the Middle Ages de H. Ch. Lea, publicada em três volumes, em 1888, que incentivou uma plêiade de historiadores a seguirem as suas pegadas no estudo da instituição inquisitorial. A obra de Lea abordou não apenas a história da Inquisição mas forneceu também indicações preciosas relativas às heresias. **[Pg. 100]**

Para o estudo dos espirituais franciscanos, cerca de um ano após a publicação de F. Tocco, H. Denifle e F. Ehrle começaram a publicar o Archiv für Literatur and Kirchengeschichte des Mittelalter, que completou sete volumes em 1892. Os textos publicados continuam até hoje servindo aos medievalistas contemporâneos.

Além dessas menções bibliográficas, é preciso lembrar que o número de concepções que orientaram os estudos ligados às heresias é suficientemente alto para impedir unia classificação fácil e única, visto que as tentativas feitas por alguns autores demonstram as dificuldades existentes em todas as sistematizações muito elaboradas.

Entre o novo grupo de historiadores que nos últimos anos trataram das heresias medievais merece atenção G. Volpe que, em seu Movimenti religiosi e sette ereticali nella societá medievale italiana, procurou estabelecer uma relação mais íntima entre as idéias heréticas e a sociedade medieval, ainda que se limitasse às heresias italianas. Focalizando mais a ligação entre heresia e crítica às instituições eclesiásticas destacam-se os

estudos de H. Grundmann em seu Religiose bewegungen in Mittelalter, publicado em 1935; M. Esposito, com seu Sur quelques écrits concernants les hérésies et les hérétiques aux XIIe et XIIIe siècle, publicado em 1952; e, em especial, os excelentes estudos de R. Manselli, Studi sulle eresie del secolo XII, publicado em 1953 e Spirituali e Beghini en Provenza, publicado em 1959. Das últimas décadas temos, como bom exemplo de erudição, o trabalho realizado por J. Guiraud, *Histoire de l'Inquisition,* que estuda as heresias cátara e valdense sob o ângulo institucional da perseguição inquisitorial. Mais recentemente, e seguindo as diversas tendências historiográficas de nossos dias, dispomos do importante estudo de Gordon Leff, que abrange parte dos espirituais franciscanos e vai até os precursores da Reforma religiosa do século XVI, abordando amplamente as doutrinas de Wyclif e Huss. Em 1953, foi publicado o livro de Arno Borst, Die Katharer, que dedica atenção especial ao catarismo mas não deixa de mencionar as demais heresias medievais, acompanhando a sua pesquisa de uma introdução historiográfica ligada ao estudo dos cátaros no passado e no presente. **[Pg. 101]** A bibliografia que o autor fornece no fim da obra enriquece ainda mais o volume publicado na coleção da Monumenta Germaniae Historica.

De resto, remetemos o leitor à bibliografia geral, que faz referência a cada um dos capítulos de nosso trabalho, permitindo ao estudioso interessado em alguma das heresias mencionadas ter uma orientação para uma investigação própria. **[Pg. 102]**

DOCUMENTOS E TESTEMUNHOS

Documento 1:
PARA RAINIERO SACCONI AS CAUSAS DO SURGIMENTO DA HERESIA SÃO VÁRIOS:

A primeira causa da heresia é a vaidade. A segunda é a de que todos os heréticos, homens e mulheres, pequenos e grandes. dia e noite, não cessam de ensinar e estudar. Pois os trabalhadores, trabalhando durante o dia, estudam ou ensinam à noite; e por se dedicarem ao estudo, possuem pouco tempo para a oração. Eles ensinam e estudam sem livros; mesmo em casas de leprosos, estudam e ensinam. Como introdução ensinam as pessoas a evitarem os sete pecados mortais e três outros, maliciar, mentir e difamar e praguejar e jurar. Fundamentam isso em várias autoridades e chamam de os Dez Mandamentos. Na maioria das vezes, um converso de dez dias procurará outro para ensiná-lo, de modo que uma cortina corre a outra (alusão a Êxodo 36.10). Se alguém se desculpa dizendo "Não posso estudar" eles então lhe respondem "Estude então somente uma palavra por dia; e no fim de um ano você acabará sabendo trezentas; e assim você progredirá". Isto que digo é verdade; um certo herético, com o propósito de desviar um homem de nossa fé, nadou com ele durante uma noite de inverno através do Rio lbs. Daí podermos recriminar a negligência dos mestres católicos que não são tão zelosos pela verdade de sua fé, como o são estes heréticos pelas suas crenças enganosas. A terceira causa da heresia é a de que eles traduziram o Velho e o Novo Testamento para a língua vulgar, e assim ensinam-nos e estudam-nos. Eu ouvi e vi um homem rústico e ignorante que repetia Jó, palavra por **[Pg. 103]** palavra; e muitos conheciam perfeitamente o Novo Testamento. E, vendo que eles eram gente ignorante, expunham as Escrituras falsa e corruptamente... Eles prescrevem que sua doutrina seja escondida dos clérigos. Assim como certas pessoas conversam por meio de sinais conhecidos apenas por eles, os heréticos empregam palavras cujo significado é entendido somente por eles. Chamam uma igreja de casa-de-pedra; um altar de pilar-de-pedra; o clero de escribas, os monges e frades de fariseus, e assim com outras coisas. Eles nunca dão respostas diretas. A quarta causa das heresias é o escândalo causado por certos homens de má conduta. Por isso, quando eles vêem um homem de má conduta, dizem: "Os Apóstolos não viviam assim; nem tampouco nós, que somos seus imitadores". A quinta causa é o conhecimento insuficiente de alguns católicos licos que pregam muitas

vezes frivolidades e muitas vezes falsidades. Daí, quando um doutor da Igreja ensina algo que ele não prova por um texto do Novo Testamento, eles consideram como uma mera fábula. A sexta causa é a irreverência com que certos ministros da Igreja tratam os Sacramentos. A sétima é o ódio que têm contra a Igreja. Eu ouvi da boca de heréticos que eles se propunham a reduzir o clero e os religiosos à situação de escavadores, tirando-lhes os direitos e as possessões, pela ação e força da multidão de seus seguidores e cúmplices. Um certo heresiarca chamado Henrique, um Cheroin, foi levado à morte; ele gritou para que todo mundo ouvisse: "Vocês nos condenam justamente, porque se vosso poder fosse diminuído, nós usá-lo-íamos contra vocês todos - clérigos, religiosos e leigos - este mesmo poder que agora vocês utilizam contra nós". Mas em todas as cidades da Lombardia e da Provença e de outros reinos e territórios há muito mais escolas de heréticos do que de teólogos, e mais oradores disputando publicamente e desafiando o povo a discussões for mais. Eles pregam no mercado e nos campos e nas casas, e ninguém se atreve a impedi-los, devido ao poder e à multidão de seus sequazes. Eu, por várias vezes, estive presente na inquirição e exame de heréticos; e nós pudemos enumerar cinqüenta e uma escolas de heréticos na Diocese de Passau.

(RAINIERO SACCONI, "Contra sectam Waldensium", em DE LA BIGNE, Marima Bibliotheca Veterum Patrum, t. XXV, pp. 266 e ss.)

Documento 2:

NO DIA DE SUA COROAÇÃO, FREDERICO II PROMULGOU VÁRIAS LEIS, ENTRE AS QUAIS SE ENCONTRAM ALGUMAS QUE SE REFEREM AS HERESIAS CONHECIDAS

5 - Os cátaros, patarinos, speronistas, leonistas, arvaldistas, circuncisos e todos os outros heréticos são declarados infames e todos os seus bens serão confiscados.

6 - Os magistrados jurarão expulsar os heréticos. (M G H, Leges, t. II, p. 264;)

[Pg. 104]

Documento 3:

O AUTOR DA HISTORIA PONTIFICALIS REFERE-SE ASSIM A ARNALDO DE BRESCIA:

Falava mal dos cardeais, dizendo que sua soberba, avareza, hipocrisia e toda classe de torpezas não eram da Igreja de Deus, senão casa de

negócios e covil de ladrões, sucessores dos escribas e fariseus dentre o povo cristão; que o papa não era o que o seu nome significava, varão apostólico e pastor das almas, senão varão sangüinário, que se faz respeitar por meio de incêndios e homicídios, verdugo das igrejas, atormentador da inocência, que não faz no mundo mais do que apascentar sua carne, encher seus bolsos e esvaziar os alheios.

("Historia Pontificalis", M G H, SS, t. XX, p. 538.)

Documento 4:

SOBRE OS CATAROS, BERNARDO GUY ESCREVE NO MANUAL DO INQUISIDOR:

Pois, dizem que todos os sacramentos da Igreja Romana de Nosso Senhor Jesus Cristo, ou seja a eucaristia ou o batismo do altar que se faz com água, a confirmação, a ordenação, a extremunção, a penitência, o matrimônio entre homens e mulheres, todos e isoladamente, são inúteis e vãos. E fazem para si, em certos lugares parecidos uns com outros, lugares de batismo com água ou espiritual, a que chamam consolamnentum do Espírito Santo, e, como se pode constatar, recebem alguma pessoa, sã ou enferma, para a sua seita por imposição das mãos de acordo com o seu execrável rito.

Nos lugares onde consagram o pão da eucaristia do corpo de Cristo, repartem certo pão, a que chamam o pão abençoado ou o pão da santa oração, e aquele que se encontra à cabeceira da mesa, segurando-o em suas mãos conforme o seu rito, abençoa-o e distribui-o entre os presentes e seus crentes.

(BERNARDO GUY, Manuel de l'*Inquisiteur,* Paris, Ed. Les Classiques de l'Histoire de France au Moyen Age, 1964, p. 34.)

Documento 5:

RAINIERO SACCONI, NA SUMMA DE CHATHARIS ET LEONISTIS SEU PAUPERIBUS DE LUGDUNO, OBSERVA QUE OS CATAROS CONSIDERAVAM O MATRIMONIO UM PECADO MORTAL:

O casamento carnal na opinião aceita dos cátaros sempre foi um pecado mortal e os adúlteros e incestuosos não serão mais gravemente punidos do que os que contraem matrimônio.

(MARTENE, E. e DURAND, V., Thesaurus novus anedoctorun:, Paris, 5 vols., 1717, t. V, col. 1761.)

[Pg. 105]

Documento 6:

NO MANUAL DO INQUISIDOR, BERNARDO GUY REFERE-SE DESTE MODO AOS VALDENSES:

... Dizendo-se imitadores e sucessores dos Apóstolos, adotando uma falsa pobreza e assumindo uma falsa imagem de santidade, afirmando despudoradamente que os prelados e os clérigos vivem em luxúria e abundam em riquezas.

Que os prelados e os clérigos e religiosos da Igreja Romana perderam a sua autoridade, condenam-nos e reprovam-nos declarando-os cegos e condutores de cegos, que não servem mais à verdade evangélica e nem seguem a pobreza apostólica.

Pois eles se chamam entre si de irmãos e se dizem ser os pobres de Cristo ou pobres de Lyons.

Encontramos dois tipos naquela seita: aqueles que são os "perfeitos" e estes são os chamados propriamente de "Valdenses". Estes dizem nada possuir, nem casas, nem possessões, nem residência fixa.

... e argumentam e concluem que o papa, os bispos, os prelados e os clérigos, que possuem bens neste mundo e não imitam a santidade dos Apóstolos, não são os verdadeiros pastores e governadores da Igreja de Deus, mas lobos rapaces e devoradores, aos quais Cristo não se dignaria confiar a sua esposa, a Igreja, e que portanto não se deve obediência a eles.

(BERNARDO GUY, op. cit., pp. 48, 50, 52, 58.)

Documento 7:

PEDRO VON PILICHDORF, QUE ESCREVEU POUCO APÓS 1300, FAZ UMA OBSERVAÇÃO IMPORTANTE SOBRE O MOTIVO DA ACEITAÇÃO DA HERESIA VALDENSE ENTRE O POVO:

E, porque aqueles que acreditam (nos valdenses) vêem, e diariamente, que estes revelam uma forte santidade externa, e que muitos sacerdotes da Igreja, ai de nós!, seguem os vícios, e em especial os da carne, por conseguinte eles acreditam que podem ser absolvidos mais facilmente de seus pecados pelos valdenses do que pelos sacerdotes. E, a menos que a graça de Deus permita inspirar os prelados da Igreja com uma maior vigilância, é de temer-se que estes homens, por força das circunstâncias, acumulem um poder cada vez maior.

(PEDRO VON PILICHDORF, "Contra Waldenses", em DE LA BIGNE, op. cit., t. XXV, p. 278.)

[Pg. 106]

Documento 8:

O CRONISTA GAUTIERO MAP, QUE PARTICIPOU DO CONCILIO DE LATRAO, EM 1179, NO QUAL SE APRESENTOU PEDRO VALDO COM ALGUNS DE SEUS SEGUIDORES, DESCREVE OS VALDENSES DE TAL FORMA QUE ELES LEMBRAM OS PRIMEIROS FRANCISCANOS:

Não possuem casa própria, caminhando em pares, com os pés descalços, sem provisões; possuem tudo em comum, a exemplo dos Apóstolos, e seguem desnudos a Cristo desnudo.

(GAUTIERO MAP, De nugis curialium, Londres, Camden Society, T. Wright, pp. 64-65.)

Documento 9:

A CRÔNICA DE SALIMBENE DE ADAM E UMA FONTE IMPORTANTE PARA O CONHECIMENTO DAS HERESIAS DE SEU TEMPO E MUITAS VEZES MENCIONA OS PSEUDO-APÓSTOLOS:

Assim, estes pastores de porcos e gado quiseram regalar-se facilmente e sem esforço com as esmolas daqueles que, como os frades menores e os predicantes, com muito trabalho e exemplo viveram durante muito tempo... Pois este Gerardo Segarelli, do qual se sabe que iniciou (a heresia), queria apresentar-se como o filho de Deus.

Voltemos pois agora a Gerardo Segarelli, que foi o primeiro daqueles que se dizem apóstolos e não são, que não passam de uma comunidade de tolos e bestas perniciosas que querem viver do trabalho e suor de outros e não trazem nenhuma utilidade àqueles que lhes propiciam esmolas.

Estes, porém, que se denominam apóstolos e não são, não possuem ciência e nem sabedoria, intrometendo-se em questões de "lana caprina" e da "quinta roda do arado"; arrogando-se predicar sem conhecimentos das Escrituras, levando assim a disseminar mentiras e heresias...

(SALIMBENE de ADAM, "Chronica", em M G H, SS, t. XXXII, pp. 257-276)

Documento 10:

O AUTOR DA HISTORIA FRATIS DULCINI HERESIARCHE DESCREVE O COMBATE AOS PSEUDO-APÓTOLOS:

E um grande exército reuniu-se contra eles, atendendo ao apelo do

bispo de Vercelli e dos inquisidores com as bulas pontificiais contra os heréticos, e naquele exército muitos eram da Diocese de Vercelli, que o bispo. enviou para exterminar aquela seita e para defender a fé católica e o seu povo cristão. Vendo Dolcino e seus sequazes que não poderiam resistir ao exército e aos fiéis cristãos que os perseguiam, resolveram empreender a sua fuga durante a noite.

("Historia Fratris Dulcini Heresiarche", em MURATORI, Rerum Italicarum Scriptores, Milão, 28 vols., 1723-1751, t. IX, parte V, p. 4.)

[Pg. 107]

Documento 11:

ASPECTOS DA DOUTRINA DOS BEGUINOS SÃO LEMBRADOS POR BERNARDO GUY NO MANUAL DO INQUISIDOR:

... pois possuem e mantêm muitas idéias errôneas, opondo-se à Igreja Romana e à sede apostólica e seu primado, bem como contra a autoridade apostólica do papa e dos prelados da Igreja de Roma.

Pode-se constatar que entre eles existem aqueles que mendigam constantemente em público, pois, assim dizem, seguem a pobreza evangélica; outros não mendigam publicamente, mas alguns de seus membros trabalham e ganham seu sustento, levando porém uma vida pobre.

(BERNARDO GUY, op. cit., pp. 110 e 116.)

[Pg. 108]

APÉNDICE I

De acordo com Runciman, são diversos os nomes dados aos heréticos dualistas na Europa:

1. Bogomils. Este nome, que deriva do heresiarca búlgaro, era empregado pelos escritores de seu país e comumente pelos autores bizantinos. Fora da Bulgária e de Bízâncio parece ser desconhecido.
2. Phoundaites. Deriva de ¢ovvSa, sacola, que os heréticos levavam. Encontra-se apenas entre os autores bizantinos do século XII.
3. Koudougères. No século XV é mencionado por Syméon, metropolitano bizantino de Tessalônica. O nome vem, provavelmente, da cidade de Koutogertsi, perto de Kioustendil, ou de Kotougeri, perto de Vodena, na Macedônia.

4. Babouni. Nome dado, assim parece, aos heréticos, no século XIV, na Sérvia e na Bósnia.
5. Calhares, cathari, kat/:ari, catari, em alemão Ketzer (herético). Também cazari ou gazari como se encontra em Etienne de Bellavilla: *"Dicuntur a Lombardis Gazari".* KaOapot, provavelmente originário do nome que os heréticos davam a seus "eleitos", a classe dos purificados, empregado pela primeira vez por Eckbert, na Alemanha, em meados do século XII. Na Itália, Moneta e Sacconi empregavam-no.
6. Patatinis, patareni, palerini, patrini, paterelli, patalini. Este nom foi dado, na primeira parte do século XI, ao partido das reformas radicais na Igreja de Milão. Muito empregado na Itália e Dalmácia após o século XIII.
7. Poplicains, publicani, populicani. Este nome latiniza "pauliciano". Espalhado sobretudo no Norte da França no fim dos séculos XI e XII.

[Pg. 109]

8. Deonarii, Aparece uma vez na Chronica de Vézelay. Talvez seja uma corrutela de tlonarii, variante natural de publicam.
9. Pipl:les, piphiles, piffi. Nome dos heréticos em Flandres, corrupção provável de poplicani.
10. Bougres, bulgari, bulgaros.
11. Albigenses. Etienne de Bellavilla diz: Dicti suai Albigenses, propter hoc, quia illam parem primo in Provinciae quae este versus Tolosam et Agennensem urbem, circa fluvium Albam infecerunt. Empregava-se na segunda metade do século XII ao falar-se dos cátaros de Albi. Com a Cruzada contra os heréticos, aplicava-se a todos eles e mesmo aos que na Igreja Católica opunham-se aos cruzados. Por outro lado, toulousam ou provençal visam, em geral, um cátaro.
12. Textores. Eckbert: hos... Gallia Texerant, ab usu texendi, apellat.
13. Runcarii, rungarii. Em alemão, runkeler. Foi aplicado este nome a uma seita cátara do século XIII. Em sua lei contra os heréticos, Frederico II chama-os de roncaroli. É provavelmente um nome geográfico.
14. Bonshommes. É o nome que os heréticos franceses davam aos seus Perfeitos, na conversação. Os católicos generalizavam.

15. Garatenses. Supõe-se que designa a Igreja fundada pelo Bispo Garatus de Concorezzo.

[Pg. 110]

BIBLIOGRAFIA

Para o estudo das heresias medievais assim como outros aspectos da história do período, é indispensável consultar as grandes coleções de textos gerais e, em especial, as ligadas à história da Igreja:

HEFELE-LECLERCQ, Histoire des conciles d*'après les docum*ents originaux. Paris, 1907-1921, 8 vols.

MANSI, Sacrorum conciliorrun nova et amplissima collectio, Paris, 1901.

MMARTENE, E. & DURAND, V. Thesaurus *"ovos anedoctorum seu* collectio monumentoruml. Paris, 1717, 5 vols.

MIGNE. Patrologia Latina. Paris, 1844-1864, 221 vols.

Monumenta Germaniae Hisiorica, Hannover e Berlim, de 1826 em diante, mais de 200 vols.

MURATORI. Rerun, Italicam,n, Scriptures. Milão, 1723-1751, 28 vols.

Recueil des historiens des gaules et de Ia France, Paris, 17371786, 13 vols., Paris, 1806-1904, vols. XIV-XXIV.

Rerun Britannicarun, Medii Aeri Scriptores, Londres, 18581896, 244 vols.

Fontes impressas:

ABELARDI, Indroductio ad Theologian, in M P L, II, 4. col. 1056.

RERNARDUS GUIDONES (BERNARDO GUY). Practica inquisitionis haereticae praevitates. Paris, Ed. Les Class. de l'Histoire de France au Moyen Âge, 1964.

BONACURSUS. Manifestatio Haeresis Catarorun,. In: M P l., vol. CCIV.

GAUTIERO MAP. De nugis curialium, Londres, Camden Society, 1850.

GIOACCHINO DA FIORE. Tractatus super quatuor Evangelia. Roma, Istituto Storico Italiano, 1930.

Historia Fratris Dulcini Heresiarche. In: MURATORI, vol. 9, t. V, Città di Castello, 1907.

INNOCENTIUS III. Epistolae. In: M PL, vols. CCXIV-CCXVI MONETA DE CREMONA. Summa contra katharos et valdenses. Roma, Ed. Ricchini, 1743.

NICHOLAS EYMERIC. Directorium inquisitorum. Roma, Ed. F. Pegna, 1578.

OTTO DE FREISINGEN. Chronicon Frederici I. In: M G H, SS., vol. XX.

PEDRO VON PILICHDORF. Contra Waldenses. In: DE LA SIGNE, t. XXV.

PETRUS VALLIUM SARNAII MONACHUS. Hystoria Albigensis. Paris, Ed. Guébin et Lyon, 1926-1939, 3 vols.

PETRUS VENERABILIS. Epistola adversus Petrobrusianus. In: MPL, vol. CLXXXIX.

Traetatus adversus Petrobrusianus. In: MPL, vol. CLXXXIX.

RAINIERO SACCONI. Contra sectam Waldensium. In: DE LA SIGNE, t. XXV.

_____ . Summa de Catharis et Leonistis seu pauperibus de Lugdunu. In: MARTENE, E. e DURAND, V. Thesaurus novus anedoctorum seu collectio monumentorum, t. V.

SALIMBENE. Chronica. In: M G H, SS., t. XXXII, 1905.

S. BERNARDUS. Epistolae. In: MPL, vol. CLXXXII; Sermo in Cant. vol. CLXXXIII.

Santo Domingo de Guzmán, su vida, su orden, sus escritos, Madri, B.A.C., 1966.

Bibliografia geral

DAVIS, Georgene W. The Inquisition at Albi (1299-1300), Nova York, Columbia Press, 1948.

DOLLINGER, I. V. Beitrage zur Sektengeschichte des Mittelalters, Munique, 1890, vol. 2.

ESPOSITO, M. Sur quelques écrits concernant les hérésies et les hérétiques au XIIe et XIIIe siècles. In: RHE, 1940, 26, pp. 143-162.

GEBHART, E. La Itália mística. Buenos Aires, Ed. Nueva, 1943.

GRUNDMANN, H. Reiigiõse Bewegungen im Mittelalter. Berlim, 1935.

[Pg. 112]

HASKINS, C. H., The Renaissance of the Twelfth Century, Cambridge, 1927.

HAVET, Julien. L*'heresie et le bras séculier au Moyen Âge jusqu'au le XII* siècle. In B. de l'Ecole de Chartres, 1880, t. XLI.

LEA, H. Ch. The Inquisition of the Middle Ages. Londres, Eyre and Spottiswoode, 1963.

LIMBORCH, Ph. Historia Inquisitionis. Amsterdã, Ed. Henricum Wetstenium, 1692.

MAISONNEUVE, H. *Étude sur les origines de l'Inquisition.* Paris, Lib. Philosophique J. Vrin, 1942.

PELAYO, M. M., Historia de los heterodoxos, Madri, B.A.C., 1965, 2 vols.

PERRIN, Ch. Edmond. L*'église et la vie religieuse de 1305 a 1378.* Paris, Centre de Documentation Universitaire, s.d.p. (mimeografado).

TOCCO, F. L*'eresia nel Medio Evo.* Florença, 1884. TUECHLE, H. & BIHLMEYER, K. História da Igreja. São Paulo, Ed. Paulinas, 1964.

VOLPE, G. Movimenti religiosi e sette ereticali nella società medievale italiana. Florença, 1926.

Amaury de Bène

ALPHANDÉRY, P. Les idées morales chez les hétérodoxes latins au début du XIII siècle. Paris, 1903.

BAEUNKER, C. "Contra Amaurianos". In: Beitrage zur Geschichte der

Philosophie des Mittelalters, 1926, t. XXIV, Heft 5-6.

CAPELLE, G. C. Autur du décret de 1210: Amaury de Bène, Étude sur son panthéisme formel, Paris, 1932.

Pedro de Bruys e Henrique de Lausanne

MANSELLI, R. Studi sulle eresie del secolo XII. Roma, 1953. -. Il monaco Enrico e la sua eresia. In: Bulletino dell*'Istituto Storico Italiano per* il Medio Evo, 1953, 65.

REAGAN, J. C. Did the Petrobrusians Teach Salvation by Faith Alone? Journal of Religion, 1927.

Arnaldo de Bráscia e Hugo Speroni

HALPHEN, E. *Étude sur l'administration de Rome au Moyen Âge, 752-*1257. Paris, 1907.

[Pg. 113]

HOMO, L. Rome médiévale, 476-1420. Paris, 1934.

ILARINO DA MILANO, L*'*eresia di Ugo Speroni nella eonfu. tazione del maestro. Vacario. Cidade do Vaticano, 1949.

Albigenses ou cátaros

AEGERTER, E. Les hérésies du Moyen Âge. Paris, Ed. Lib. Ernest Leroux, 1939.

BELPERRON, P. La croisade contre les Albigeois, 1209-1229. Paris, 1942.

BORST, A. Die Katharer. Stuttgart, Hiersemann Verlag, 1953.

Chanson de la Croisade Albigeoise, Paris, em Les Classiques de l*'Histoire* de France au Moyen Âge, 1931.

DOUAIS, C. Les Albigeois, leurs origines. Paris, 1879.

_____ . L*'Inquisition, ses o*rigines et sa procédure, Paris, 1906.

DOUDAINE, A. Un traité neomanicheen du XIIIe siècle. Roma, 1939.

GUERAUD, H. Les routiers au XIIe siècle. In: *B. de L'École de Chartres,* 1841-42, pp. 125-147; 417-447.

GUIRAUD, J. Histoire de l'Inquisition au Moyen Âge, 1 Cathares et Vaudois. Paris, 1935.

_____ . Le consolamentum cathare, in Revue des Questions Historiques, 1904, t. XXV.

HOLMES, E. The Albigensian or Catharist Heresy. Londres, 1925.

LEA, H. Ch. A History of the Inquisition of the Middle Ages. Nova York, 1888, 3 vols.

LUCHAIRE, A. "La croisade des Albigeois". In: innocent 111, Paris, 1911.

ROCHÉ, D. Le catharisme. Toulouse, 1947.

_____ . L'*Église romaine et les cathares albigeois,* Paris, 1957.
RUNCIMAN, S. Le manichéisme médiéval. Paris, 1949.

VACANDART, E. Les origines de l'hérésie albigeoise. Revue des Questions Historiques, 1894, n.^{0} 55, pp. 50-83.

Valdenses

COMBO, E. Storia dei valdesi. Torre Pellice, 1935.

DAVIDSON, S. E. Forerunners of S. Francis and other Studies. Londres, 1928.

GAY, T. Histoire des Vaudois. Paris, 1912.

GONNET, G. 1l raldismo medievale. Torre Pellice, 1942.

[Pg. 114]

_____ . Fronti per la storia del valdesismo medievale. Roma, 1951.

GONNET, G. & HUGON, A. A. Bibliografia valdese. Torre Pellice, 1954.

THOUZELLIER, C. Catharisme et valdeisme en Languedoc à la fin du

XII- et au debut du XIII*' siècles.* Paris, 1966.

Pseudo-apóstolos

KERAMP, J. Miscellanea Ehrle. Roma, 1924. MOR, W. Annales Universitates Saravienses. 1954.

SPATLING, L. De Apostolicis, Pseudoapostolis, Apostolinis. Munique, 1947.

TOCCO, F. "Gli Apostolici e fra Dolcino". In: Archivo Storico Italiano, 1897, série V, t. XIX.

_____ . Guglielma boema e i Guglielmiti. Roma, 1901. Joaquim de Flore

BONDATTI, Guido. Gioachinismo e Francescanesimo nel Dugento. Assisi, 1924.

BUONAIUTI, E. Introduzione ao Tractatus super quatuor Evartgelia. Roma, 1930.

DENIFLE, F. "Das Evangelium aeternum und die Comission zur Anagni". In: Archiv für Literatur tend Kirchengeschichie, 1885, t. I.

REEVES, M. The Influence of Prophecy in the Later Middle Ages. Oxford, 1969.

Beguinos

ALLARD, Paul. Saint François d'Assise et la féodalité. Revue des Questions Historiques, 1890, t. XLVIII, p. 567-576.

CONGAR, Y. "Aspects ecclésiologiques de la querelle entre mendiants et séculiers dans la seconde moitie du XIIIe et le début du XIVe". In: *Arch. d'Hist. Doctrinale et Litteraire du Moyen Âge,* 1961, t. XXVIII, pp. 35-151.

EHRLE, F. "Petrus Johannes Olivi, sein Leben und seine schriften". In: Arch. f. Literatur und Kirchengeschichte, 1887, t. III.

GREVEN, J. Die Anfünge der Beginen, Münster i W., 1912.

LAMBERT, D. Franciscan Poverty. The Doctrine of the Absolute Poverty

of Christ and the Apostles in the Franciscan Order. Londres, 1961.

[Pg. 115]

LEFF, G. Heresy in the Later Middle Ages. Nova York, 1967, 2 vols.

MANSELLI, R. Spirituali e Beghini in Provenza. Roma, 1959. MARTI, J. M. & POU, O. F. M. y. Visiondrios, Beguinos e Fraticellos catalanies (séc. XIII-XV). Vich, 1930. MOSHEIM. De Begardis et Beguinabus commentarius. Leipzig, 1790.

WADDING, L. Annales Minorum. Roma, t. VI, 1730.

ZANONI, L. Gli Umiliati nei loro rapporti con l*'eresia.* Milão, 1911.

http://groups.google.com.br/group/digitalsource

http://groups.google.com/group/Viciados_em_Livros